



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**MARLENE BRITO DE JESUS PEREIRA**

**GÊNERO COMO VARIANTE DO MICROPODER FAMILIAR**

SALVADOR  
2010

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P436 Pereira, Marlene Brito de Jesus.

Gênero como variante do micropoder familiar/ Marlene Brito de Jesus  
Pereira. – Salvador, 2010.

114 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em  
Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes.

Linha de Pesquisa: Família e Subjetividade.

1. Família 2. Gênero 3. Poder 4. Desigualdades 5. Psicologia -  
Relação familiar I. Título.

CDU 316.356.2

**MARLENE BRITO DE JESUS PEREIRA**

**GÊNERO COMO VARIANTE DO MICROPODER FAMILIAR**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea.**

**Orientador: José Euclimar Xavier de Menezes**

Salvador  
2010

**BANCA EXAMINADORA**

Dissertação apresentada a Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea, à seguinte Banca Examinadora:

**MARY GARCIA CASTRO**

Mestra em Sociologia da Cultura – Universidade Federal da Bahia - BR

Mestra em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro - BR

Doutora em Sociologia – University of Florida - EUA

**MARIA GABRIELA HITA**

Mestra em Ciências Sociais – Faculdade Latino Americana de Ciência Sociales - MÉXICO

Doutora em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Campinas – São Paulo - BR

Pós doutorado em Sociologia – Manchester University – Grã- Bretanha - REINO UNIDO

**JOSE EUCLIMAR XAVIER DE MENEZES**

Mestre em Filosofia da Psicanálise – Universidade de Campinas – São Paulo - BR

Doutor em Filosofia – Universidade Estadual de Campinas – São Paulo - BR

Pós doutorado em Filosofia – Universitate Lateranense de Roma - ITÁLIA

**DEDICATÓRIA:** Dedico este trabalho às famílias, mas, sobretudo, aos homens e mulheres que nutrem o sentimento de ficar juntos, e constroem suas histórias, com amor e respeito por si próprios.

## AGRADECIMENTOS

Não há contradição em supor que todo objeto de pesquisa pressupõe o interesse por um tema a ser investigado e que tal interesse, não raro, se constrói a partir das histórias e experiências vividas pelas (os) pesquisadoras (es).

Das experiências vividas lembro-me que na minha infância era comum nas reuniões em família ou festas comemorativas mulheres e homens se separarem para realizar tarefas: as mulheres costumavam ir para a cozinha e os homens ficavam nos arredores da casa, caso fosse necessário sair para comprar algo que estava faltando para os preparativos da festa. Mas, o mais comum era ver os homens no pátio da casa jogando dominó ou “batendo bola”. Não havia nada de errado em tais práticas, nem havia queixa das mulheres por parte dos homens. Mas havia uma grande repreensão se alguma mulher tivesse interesse em participar do jogo de dominó, ou “bater bola”. A coisa ficava pior se fosse junto com os homens.

Muito embora no dia a dia e na rotina de vida, as mulheres e homens da minha família tivessem tarefas bem específicas acerca do que seria “tarefas de homem” e “tarefas de mulher”, aos meus 12 anos (final da década de 70), era nas reuniões festivas, devido a um grande contingente de pessoas juntas, de diferentes gerações, que tal realidade ficava mais evidente e costumava me intrigar: não entendia porque os homens não podiam ficar na cozinha e as mulheres “bater bola” ou ambos fazerem as duas coisas, caso desejassem. As condutas marcadas por determinações com base no gênero masculino e gênero feminino, sobre o que deveria ser ‘tarefa de mulher’ e ‘tarefa de homem’ não tinha lógica no meu pensamento. Assim como também não havia nenhuma explicação que justificasse o fato da mulher prestar obediência ou ser submissa ao homem. Na minha adolescência acreditava que havia algo de errado em tais condutas.

Mas as situações vividas também mostraram que as relações entre homens e mulheres podem ser vividas sem grandes conflitos quando não há o maniqueísmo que faz aparecer dois lados em contraposição permanente. Há diferenças fundamentais em ser macho e fêmea, em ser feminino e masculino, e tais diferenças dão sentido as relações que estes estabelecessem. Mas se tais diferenças são interpretadas de modo que favorece desigualdades, em que um sexo ou gênero se sobrepõe ao outro, deve-se questionar a interpretação ou o uso que se faz delas. Entende-se, portanto, que as desigualdades engendradas por classificações ideológicas que determinam as condutas de ser mulher, ou de ser homem constringendo os sujeitos, estão extremamente relacionadas aos conflitos de gênero.

Desde da infância até o período em que me tornei psicóloga, houve mudanças significativas nas relações entre homens e mulheres e novos modelos familiares foram constituídos, rompendo com os padrões em que o homem centra sobre si a autoridade familiar. Mas ainda se faz pertinente questionar relações familiares que determinam as suas condutas através do maniqueísmo que determina a divisão sexual do trabalho e instaura nas relações interpessoais estereótipos de gênero.

Através de experiências relatadas por homens e mulheres acerca das suas relações interpessoais e familiares, no cotidiano das práticas de trabalho clínico em psicologia, pude conhecer relatos de vida que evidenciaram disputas de poder, autoritarismo, submissão e violência. Em destaque, relatos em que mulheres sofreram de violência familiar perpassando gerações. Tais mulheres relataram sofrer violência psicológica e física dos seus maridos, namorados ou parceiros. Por outro lado, homens relataram o constrangimento, vergonha e intolerância de não poder prover a família, de perder a autoridade e não ser mais respeitado como o “chefe da casa”. Com a escuta sensível pertinente ao exercício da psicologia clínica parecia possível estabelecer uma estreita relação entre os relatos de vida que demonstravam sofrimento, com conflitos de gênero engendrados por desigualdades de poder.

Faço essas declarações não para justificar o tema em estudo, mas para evidenciar como as questões de poder estão fortemente atreladas as relações interpessoais e familiares e como tais questões participam das questões individuais dos sujeitos humanos. Também não se trata de propor a eliminação do gênero masculino e do gênero feminino como ponto de resolução de conflitos relacionados à dissimetria de poder e de desigualdades, mas sim de expor como estes são utilizados para determinar condutas fazendo-as parecer imutáveis. Como ainda faz parecer naturais relações fundamentadas em desigualdades.

No resgate da genealogia dos discursos de intolerância e vergonha por parte dos homens; medo, insegurança e opressão por parte das mulheres. As desigualdades de poder fundamentadas em ideologias que classificam as condutas em femininas e masculinas e caracterizam as violências de gênero parecem responder por tais fenômenos.

Ressaltar as conseqüências de modelos familiares que se pautam por condutas de exploração, dominação que têm sido submetidas às mulheres e a intolerância e vergonha que demonstram os homens, revela a necessidade de desconstrução de modelos familiares pautados na divisão sexual do trabalho que atribuí aos sujeitos humanos tarefas que os aprisionam em estereótipos de gênero.

As experiências vividas me guiaram na percepção de formas relacionais familiares que promovem sofrimento. Em respeito aos relatos sobre suas vidas, agradeço as mulheres e

homens que na busca incessante para dar significado as suas condutas e cessar o sofrimento, reclamam pelo reconhecimento de ser respeitadas e respeitados em suas diferenças, sem o viés que os classifica e determina suas condutas em padrões hierarquizados.

Acredito que não há realização pessoal que se faça possível sem o apoio, a motivação, o interesse e o respeito do Outro.

E por acreditar nisso quero agradecer ao meu grande amigo de todas as horas, meu marido Messias por acreditar junto comigo e sempre me apoiar nos caminhos escolhidos. O amigo de sempre nos momentos difíceis e nas alegrias e conquistas.

A minha filha Bia (em seus 05 anos) pela compreensão nas minhas ausências e motivação em suas palavras “mamãe como está a sua dissertação, precisando de ajuda?...”

Agradeço aos meus pais biológicos Dejanira e Nelson e do coração Maria José e Augusto (em memória), por me ensinar a amar a mim mesma e aos outros. Estes por me ensinar a acreditar que não há verdade absoluta.

Aos meus irmãos e irmãs que sempre me recebem com alegria.

Ao mestre e orientador José Euclimar Xavier de Menezes, agradeço pelo acolhimento, disponibilidade, interesse, e constante ação motivadora nas idas e vindas do meu percurso. As pontuações firmes, os elogios nas superações e o reconhecimento das conquistas me fizeram superar os difíceis momentos de dúvidas e seguir em frente.

A Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, pelo apoio e incentivo a pesquisa.

A profa. Dra. Mary Garcia Castro pelo reconhecimento do trabalho ainda na fase de qualificação e pelas recomendações e sugestões.

A profa. Dra. Maria Gabriela Hita pelo apoio e cuidado nas sugestões e orientações sobre o trabalho.

As minhas colegas e amigas de caminhada no mestrado Lúcia, Haydée, Fabiana e Suzane, que nas trocas de ideais trouxeram grandes momentos de alegria.

Aos meus amigos e amigas pela atenção em sempre ouvir os meus questionamentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea em especial aos professores:

Elaine Rabinovich, Anamélia Franco, Lúcia Moreira, João Carlos Petrini, Livia Fialho, Ana Carvalho e Vanessa Cavalcanti. Agradeço aos funcionários do programa de pós-graduação da UCSAL, pela atenção de sempre.

A Deus!

Muito Obrigada!

### **UM É O OUTRO**

O amor ideal, cuja a primeira virtude  
é nos proteger contra a solidão,  
é geralmente percebido como um diálogo permanente  
que tem por fonte o respeito e a ternura pelo Outro,  
e se exprime por uma atenção particular para com este [...]  
Amo a ti tanto quanto a mim mesmo,  
com a condição de que tu me ames,  
tanto quanto a ti mesmo.

(ELISABETH BADINTER, 1986, p.203)

## RESUMO

PEREIRA, Marlene Brito de Jesus. Gênero como Variante do Micropoder Familiar, 2010, 114 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea)- Universidade Católica do Salvador. Salvador, BA.

A família, em sua origem, é tida como matriz fundamental nas relações sociais, na medida em que se constitui como locus de transmissão de sentimentos e afetos, como também de proibições e permissões fundamentadas nas relações de poder. Este estudo teve por finalidade compreender como tais relações se estabelecem, bem como evidenciar as implicações dos microexercícios de poder dentro da família. Alicerçada numa abordagem interdisciplinar, buscou-se construir uma teia argumentativa a partir de reflexões encetadas por saberes e teorias das ciências humanas e sociais, como a antropologia, a história, a ciência política, a psicanálise, a psicologia e a filosofia. Os dados utilizados provêm primordialmente da história da família e da sociedade ocidental-européia. O método utilizado foi à revisão de literatura sobre família, poder, patriarcado, gênero, feminismo e psicologia. As bases de dados a que se recorreu advêm de documentos bibliográficos especializados, artigos científicos, teses e dissertações sobre o tema. Através do trabalho ensaístico pretendeu-se evidenciar que a família como locus de controle é fonte de desigualdades e conflitos. O fio condutor do trabalho foi o conceito de gênero, poder e suas relações com as desigualdades familiares. Questiona-se a perspectiva da Psicologia, em particular a teoria psicanalítica, frente às desigualdades de gênero nas relações familiares. Pode-se supor que a família seja um locus de controle dos sujeitos que a compõem, dando maior evidência à dissimetria de gênero nas relações entabuladas, resultando dessa microfísica de poder, tensões e conflitos que desestruturam a relação familiar. Infere-se, portanto, que através de relações mais equânimes homens e mulheres possam atenuar desigualdades e conflitos nas relações que estabelecem tornando a família um genuíno locus de cuidado.

Palavras chave: Família; Gênero; Poder; Desigualdades; Psicologia.

## ABSTRACT

PEREIRA, Marlene Brito de Jesus. Gender as a Variation of the Family Micropower, 2010, 114 f. Dissertation (Master's at Family in the Contemporary Society) - Universidade Católica do Salvador. Salvador, BA.

The family, in its origin, is had as first basic in the social relations, in the measure where it constitutes as place of transmission of feelings and affection, as well as of prohibitions and permissions based on the relations of being able. This study it had for purpose to understand as such relations if they establish, as well as evidencing the implications of the microexercises of being able inside of the family. Anchored in a boarding to interdisciplinary, one searched to construct argumentative a from reflection found for knowing and theories of sciences social human beings and, as the anthropology, the history, the science politics, the psychoanalysis, the psychology and the philosophy. The used data primordially come from the history of the family and the society occidental European. The used method was the revision of literature on family, power, patriarchate, gender, feminism and psychology. The databases the one that if it appealed happen of specialized bibliographical documents, scientific, thesis articles and dissertation on the subject. Through the essay work the family intends itself that as place of control is source of inequalities and conflicts. The link of the work is the concept of gender, power and its relations with the family inequalities. It of Psychology, in particular is questioned perspective the psychoanalysis theory, front to the inequalities of sort in the family relations. As hypothesis, it is considered that the family is one place of control of the citizens compose that it, giving bigger evidence to the difference of gender in the ground relations, resulting of this microphysics of being able, tensions and conflicts that unbalanced the familiar relation. It is inferred, therefore, that through relations more equality men and women can attenuate the inequalities in the relations that establish becoming the family genuine place of care.

Key words: Family; Gender; Power; Inequalities; Psychology.

## SUMÁRIO

### RESUMO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
------------------------	-----------

<b>CAPÍTULO I – FAMÍLIA E PODER .....</b>	<b>17</b>
---	-----------

1.1 Origens da família.....	17
-----------------------------	----

1.2 Desigualdades de poder reguladas por contratos .....	26
--	----

1.3 Famílias modernas e o viés da desigualdade .....	31
--	----

1.4 Poder e forma de atuação familiar burguesa.....	36
---	----

1.5 Histeria: “a salvação das mulheres”.....	44
--	----

1.6. Relações familiares e os dispositivos de controle.....	49
---	----

1.7 Modelo familiar patriarcal: características, forma de atuação e vigência.....	53
---	----

<b>CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE PODER REDESENHADAS.....</b>	<b>61</b>
--	-----------

2.1 Feminismos: entraves e destraves .....	61
--	----

2.2 Gênero e conflitos.....	73
-----------------------------	----

2.3 Relações de poder na contemporaneidade.....	78
---	----

<b>CAPÍTULO III - PSICOLOGIA, GÊNERO E FAMÍLIA.....</b>	<b>80</b>
---	-----------

3.1 Perspectivas da Psicologia frente às desigualdades de gênero nas relações familiares.....	80
---	----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
-------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

A compreensão da família reclama dos (as) pesquisadores (as) um esforço mais apurado acerca da complexidade da pessoa humana, das suas necessidades básicas essenciais à sobrevivência, das suas demandas volitivas, dos desejos, da afetividade e de todos esses elementos permeados pelas instâncias do poder. Família, poder e o entrelace destes sobre a sexualidade dos sujeitos constituem a base das relações humanas (THERBORN, 2006). Tais relações são construídas através do manejo do simbólico, dos significados atribuídos pelos sujeitos humanos aos fenômenos que os cercam (FREUD, 1913). Nesse sentido, toda relação humana se fundamenta nas construções simbólicas que os sujeitos estabelecem entre si, edificando valores, normas e prescrições que estrutura e funda a noção de sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1982). Nessa perspectiva, a família, em sua origem, é tida como matriz fundamental nas relações sociais, na medida em que se constitui como lócus de transmissão de sentimentos e afetos, como também de proibições e permissões fundamentadas nas relações de poder.

Poder é aqui entendido como um fenômeno que produz “coisas”: discursos, saber, ação (FOUCAULT, 1984). Sua eficácia consiste na plasticidade com que atua, bem como em permitir à crença no ideal de liberdade dos sujeitos, mesmo quando estão albergados sob as instâncias de controles. Assim, cada sociedade carrega consigo formas não universais de interpretação dos fenômenos naturais e sociais criando, portanto, diferentes culturas e formas de relações entre os sujeitos.

Na sociedade ocidental, as histórias contadas sobre as origens da sociedade e da família indicam a existência de hierarquias de condutas nas relações entre homens e mulheres. Tais histórias parecem basilares na fundamentação dos debates em torno dos conflitos de gênero. Tais conflitos são propostos em análise a partir da dissimetria que se fundamenta na concepção de um agente do domínio sexual como signo ou elemento de troca. Esta interpretação das origens da família, da tensão entre os gêneros, das relações elementares, faz com que os discursos reguladores propositores da noção de homem e de mulher como sujeitos do gênero sejam representados pelos mesmos sujeitos que sofrem a sujeição.

Assim, as concepções que pretendem contar a história das origens são apresentadas como se tais fossem reguladas por *contratos* (PATEMAN, 1993). Que se supõe serem os pilares para a consolidação de normas, de controles e da liberdade. A noção de contratos se fundamenta na

premissa de que os sujeitos fazem acordos, e as relações que estabelecessem são mediadas por este. Dessa maneira, o “contrato original” como símbolo de edificação da sociedade estabelece dois contratos: o contrato sexual que regula as condutas do homem e da mulher nas relações familiares, e o contrato social que engendra o permitido e o proibido, e é evocado pela vertente dos ideais de liberdade, engendrando a noção de indivíduo (PATEMAN, 1993).

A família moderna indica ter incorporado os ideais contidos nas propostas dos *contratos*, e transforma-se fundamentalmente ao estabelecer fronteiras entre o público e o privado, bem como ao modificar completamente as relações internas entre pais e filhos (ARIÉS, 2006). No entanto, tal mudança foi utilizada por um viés que acentuou as desigualdades de poder nas relações entre homens e mulheres, principalmente ao engendrar limites às condutas e ações destas (POSTER, 1979). Dividida entre a proposta de “tornar-se indivíduo” e ocupada em suprir as demandas da família, a mulher em seu novo estatuto de mãe, parece reconhecer as limitações das narrativas que lhe conferem uma condição de fragilidade. Contudo, titubeia diante do questionamento a estes discursos que insistem em delinear para ela um lugar de objetividade. A histeria parece revelar essa ambivalência (KEHL, 2008).

Especialistas (Badinter, 1985; Foucault, 1984; Pateman, 1993; Poster, 1979) ressaltam que é na família burguesa que as determinações da moderna sociedade civil revelam a família como um locus de controle. De suas vozes, o crivo foucaultiano se destaca ao ressaltar que na família moderna, os acordos que estabelecem as proibições e prescrições passam a funcionar em concomitância com um novo dispositivo: o controle da sexualidade. Em sua compreensão, a família se fundamenta em dispositivos ou redes que reúnem um conjunto de distintos elementos. Tais dispositivos tornam-se os regentes das ações dos sujeitos e são utilizados para estabelecer fronteiras entre o permitido e o proibido, entre o saber e o fazer (FOUCAULT, 1984).

Através dos dispositivos de controle foi possível legitimar a história das origens ou da civilização, no que concernem as prescrições normativas que caracterizam a família ou na medida em que esta só pôde ser ordenada sob a autoridade do patriarca. Sob esse foco, o modelo familiar patriarcal, é apresentado como um modelo baseado no parentesco masculino e no poder do pai. Sua característica fundamental consiste no poder exercido exclusivamente pelos homens (PATEMAN, 1993).

Em contraponto a esta análise angulada tendenciosamente, o feminismo surge como um movimento que pretende revelar e anular a dissimetria de poder entre os sexos. Com essa finalidade, propõe a equidade e a igualdade de direitos para as mulheres em equivalência aos direitos dos homens. O movimento feminista pretendeu tornar evidente que os ideais

estabelecidos na moderna sociedade civil, que preconizava a igualdade de direitos para todos os indivíduos, não consideravam as mulheres como sujeito seja de desejos, seja de direitos. Esse importante movimento destaca que o gênero é usado para colocar em relevo as diferenças biológicas entre homem e mulher, como se tal diferença fosse natural e imutável (SCOTT, 1988). E ainda, pudesse ser tomada como paradigma para revestir a dinâmica social, determinando lugares a serem ocupados; situações a serem vivenciadas, condições às quais os sujeitos estariam submetidos. Nesse sentido, a investigação que suporta o presente texto, cria como hipótese a idéia de que a categoria gênero pode ser incorporada aos discursos científicos, como categoria política, sobretudo quando se pretende repensar as relações assimétricas entre homem e mulher, particularmente no que tange ao paradoxo liberdade e sujeição.

Na segunda metade do século XX, num período caracterizado pelos especialistas como segunda modernidade, houve mudanças significativas na sociedade ocidental, como a criação de leis que possibilitaram a equidade de poder nas relações entre homens e mulheres (SINGLY, 2007). Porém, tais mudanças não foram suficientes para promover a igualdade de direitos e acabar com os conflitos de gênero (BOZON, 2003). A existência de relações que sustentam as desigualdades de poder, ainda se faz objeto de problematizações e questionamentos. Essas tensões impõem a necessidade de reconstituir a história das origens, bem como evidenciar os efeitos causados pelas relações desiguais de poder entre os sexos. Nesta perspectiva, torna-se imperativo questionar: a relação desigual de poder na família promove conflitos e tensões? Esta instituição, historicamente favoreceu ao fortalecimento dos sujeitos enquanto seres que a constituem, ou, em contrário, foi locus promotor de uma assimetria que conjurou um dos sujeitos da família em objeto?

A literatura aqui arrolada desenha um estado de coisas em que as regras que governam as condutas de homens e mulheres parecem estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo a separação entre o público e o privado; a hierarquia entre masculino e feminino; e um complexo padrão emocional nas relações interpessoais, possibilitando a existência de conflitos e violências. Nesse sentido, faz-se necessário compreender de que maneira são construídas as relações familiares objetos de conflitos, e como são consideradas as circunstâncias históricas e sociais em que as relações familiares se inscrevem. O que diz a Psicologia a esse respeito? As relações desiguais de poder que culminam nas desigualdades de gênero promovem conflitos e tensões na família? Quais as perspectivas da psicologia, e aqui em recorte, da psicanálise, frente às desigualdades de gênero nas relações familiares?

Tais questões de pesquisa convocam um repertório conceitual interdisciplinar em razão de sua complexidade, bem como da natureza polemizadora de toda a problemática que envolve gênero, afeto e poder.

Se as condutas de homens e mulheres são entendidas como pertencentes exclusivamente às personalidades destes, isto é, como organizações hermeticamente realizadas em âmbito psicológico, ignorando-se, portanto, que são construções sociais determinadas por um contexto histórico, político, social e por uma visão de mundo sustentada pela hierarquização das diferenças entre os sexos, tanto a cultura como os indivíduos estão falsamente atrelados a uma hierarquia natural. Esse naturalismo, nessa investigação é deliberadamente questionado.

### **Referencial Teórico e Universo Estudado**

Muito embora possamos considerar que os pressupostos das relações dissimétricas entre os sexos não se encerrem nas relações familiares (CASTRO, 2000; PATEMAN, 1993; SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1988), e sejam elementos que constituem os discursos que sobre eles se dedicam também fora do âmbito doméstico e familiar, a desigualdade de poder na família apresenta uma complexidade que afeta as relações fora dela, e não se encerra em um tipo específico de família, a exemplo da família nuclear. Contudo, tais pressupostos parecem estar assentados em visões de mundo pertencentes a diferentes configurações familiares (VAITSMAN, 1994) <sup>1</sup>. Diante de tal complexidade, faz-se necessário a utilização de constructos interdisciplinares, de saberes e teorias das ciências humanas e sociais como a antropologia, história, ciência política, psicanálise, psicologia e filosofia. Os dados utilizados provêm primordialmente da história da família e da sociedade ocidental-européia sistematizados por um estado da arte aqui trabalhado.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva compreender como são constituídas as relações desiguais de poder dentro da família e as conseqüências de tais relações no âmbito da intimidade dessa instituição, bem como investigar as origens da família na narrativa especializada com o propósito de iluminar se os discursos que enunciam categorias familiares não estão comprometidos ideologicamente. Analisa-se, também, o conceito de poder e formas de atuação na relação familiar; a origem do modelo familiar patriarcal, suas características, forma de atuação e vigência. Convoca-se para o debate as concepções teóricas do movimento

---

<sup>1</sup> A autora ressalta que os estereótipos sexistas que determinam ações e condutas de homens e mulheres fazem parte de diferentes configurações familiares sejam nuclear, recompostas, extensa, monoparental e/ou omoparental.

feminista, particularmente o uso que os especialistas (BUTLER, 2008; CASTRO, 2000; GROSZ, 1994; HARAWAY, 2004; KEHL, 2008; MACHADO, 2001; RAGO, 2001; SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1988; VARIKAS, 1994), que conferem sustentação a este movimento fazem do conceito de gênero e suas relações com as desigualdades familiares. Sopesa, por fim, a compreensão da perspectiva da Psicologia, com recorte específico da teoria psicanalítica, frente às desigualdades de gênero nas relações familiares, objetivando compreender os seus limites e as suas possibilidades quando “explica” o processo de subjetivação em relações desiguais de poder. Pretende-se ressaltar que a família, como locus de controle e com características relacionais que impetram a dissimetria de gênero, é fonte de tensões e conflitos. Infere-se, portanto, que através de relações mais equânimes, homens e mulheres possam atenuar os conflitos pertencentes a relações familiares marcadas pelas desigualdades. A psicologia como ciência e a teoria psicanalítica impõem-se uma exigência de incorporar a categoria gênero aos princípios que utilizam para a compressão dos sujeitos humanos, promovendo uma abertura imprescindível em sua rede semântica para compreender as relações intersubjetivas e o processo de subjetivação dos sujeitos humanos, estabelecendo uma certa porosidade do seu tendencioso hermetismo, como indica Foucault em sua crítica dirigida a este campo de saber (2002).

Do ponto de vista da sistematicidade, esse percurso é feito a partir do Capítulo I com o objetivo de compreender a origem da família, destacando teorias fundamentais, nas quais os constructos que engendram a noção de família e sociedade, a noção de modelo familiar moderno e dos modelos familiares contemporâneos ganham destaque. Esse debate mobiliza idéias como dispositivos de controles e prescrições normativas, noção de contratos, bem como o conceito de patriarcado. Estas idéias e conceitos, discutidos a partir de uma perspectiva interdisciplinar, envolvem diversos aspectos, dentre eles ganha relevo diferentes explicações para a organização da relação familiar; a forma pela qual são estabelecidas as relações de poder, que se projetam sobre as características das famílias contemporâneas. No Capítulo II, objetiva-se ressaltar as relações de poder resenhadas nas famílias, com considerações metodológicas relativas às abordagens feministas, sobretudo no que tange as relações que envolvem conflitos de gênero. No Capítulo III, questiona-se a voz representativa da psicologia, em recorte, à psicanálise, acerca de suas perspectivas frente às desigualdades de gênero nas relações familiares.

## CAPÍTULO I - FAMÍLIA E PODER

### 1.1 Origens da Família

De acordo com Lévi-Strauss (1980), a espécie humana só pôde se perpetuar mediante a afirmação do social, das alianças estabelecidas com base na troca<sup>2</sup>, da negação da família como ordem natural, ou seja, através das alianças estabelecidas entre os grupos humanos não ligados entre si pela consangüinidade. Destaca-se, portanto, a afirmação decisiva de Lévi-Strauss:

Só se permite a vida das famílias restritas que durem senão por um período limitado de tempo, curto ou longo segundo o caso, mas sob a estrita condição de que seus membros sejam incessantemente deslocados, emprestados, apropriados, dados ou devolvidos, de modo a que novas famílias restritas possam ser permanentemente criadas ou destruídas. Assim, as relações entre o grupo social como um todo e as famílias restritas que parecem constituí-lo não são estáticas [...] É antes um processo dinâmico de tensão e oposição com um ponto de equilíbrio muito difícil de encontrar [...] Mas, as palavras das escrituras – ‘Deixarás o teu pai e a tua mãe’ – proporcionam a regra de ferro para o funcionamento de qualquer sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1980, pp.378-379).

Para o autor, a família restrita contradiz a sociedade e a aliança, que requer previamente a existência de duas famílias, dispostas ao contato com outros grupos, mediante a negação do incesto<sup>3</sup>, sob cujo pilar se estruturam as bases para a existência da sociedade, bem como se

---

<sup>2</sup> O autor salienta que o sistema de troca estabelece a aliança entre os grupos. A aliança ocorre pelo matrimônio, que acontece quando há uma mulher e dois homens: um que oferece a mulher de sua unidade familiar e outro que recebe instalando-se, portanto, a relação exogâmica. Porém, a exogamia é um tema controverso no que concerne ao papel das mulheres nos sistemas de trocas. Lévi-Strauss (1982), alega a existência empiricamente observável, embora não universal, da supremacia masculina. Para ele, o fato fundamental reside em homens trocarem mulheres. Na remissão que Bourdieu (2003), realiza a Lévi-Strauss (1982), tanto homens quanto mulheres circulavam entre os grupos. Não seriam apenas as mulheres os instrumentos de troca ou de aliança entre os povos, mas também os homens, nas chamadas comunidades fraternais. Gayle Rubin (1986), ressalta que à teoria da aliança de Lévi-Strauss (1982), coloca a mulher no lugar de objeto de troca sem valor equivalente ao homem.

<sup>3</sup> Tanto Freud (1913), quanto Lévi-Strauss (1982), corroboram o tabu do incesto como regra universal. Mead (1999), refuta a proposição apresentada por ambos, a partir do estudo de povos como os do Egito, da Pérsia, do Sião, da Birmânia e do Havai. Acorde a autora, nesses grupos o incesto seria permitido e mesmo incentivado devido a interesses econômicos e políticos. Cultivavam a tradição de casamentos entre irmãos e irmãs, e mesmo entre pais e filhos, a fim de manter intacta a linhagem das casas reais. Porém, a explicação lévi-straussiana para a relevância do tabu do incesto consiste no fato de o tabu, não ter como fundamento um impedimento biológico. Ou seja, não há nada que ameace a reprodução da espécie humana. No entanto, tendo em vista a prática natural feita dentro da família, prática que impõe aos adultos educar os filhos, o incesto viria desorganizar as distinções de idade e a manutenção de uma ordem estável entre gerações; sob esse ângulo o incesto desorganizaria os sentimentos e traria uma violenta troca de papéis, num contexto em que a família é o principal agente educacional e de mediação social.

estrutura o sistema exogâmico. Dessa maneira, a família não pode ser pensada sem a noção de troca e reciprocidade<sup>4</sup>.

A aliança foi a base de constituição da família pré-moderna, através do sistema de matrimônio, de fixação dos nomes e dos bens (LÉVI-STRAUSS, 1982). O matrimônio baseado numa relação de troca entre os grupos rompe com a noção de família como unidade autônoma e individualizada e consolida o tabu do incesto, possibilitando maior abertura entre os membros, negando a exclusividade das relações entre si, permitindo que outras famílias possam ser constituídas. A partir de então, o matrimônio entre homem e mulher deve obedecer à ordem de proibição e prescrição. Há uma lei que interdita o grupo manter-se fechado em si mesmo: a família constitui-se como tal, na medida em que os interesses materiais e sexuais do grupo devem ser satisfeitos na relação com outros homens e mulheres fora da unidade familiar. “As trocas são guerras pacificamente resolvidas [...] E a troca de noivas é apenas o termo de um processo ininterrupto de dons recíprocos, que realiza a passagem da hostilidade à aliança, da angústia a confiança, do medo à amizade” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.107). Nessa perspectiva, o acordo da aliança tem o propósito de fazer com que grupos estabeleçam laços com outros, proteja a propriedade e inicie o sistema de parentesco com uma abertura social que possibilita a interação entre diferentes gerações: a família torna-se a relação entre pai, mãe, filhos (as), irmãos (as), tios (as), sobrinhos (as) e não mais exclusivamente entre pai, mãe e filhos.

De acordo com Lévi-Strauss (1982), as alianças formadas entre os grupos pelos casamentos pretendiam fortalecer as redes de parentesco, bem como assegurar a paz entre diferentes grupos, garantindo a reprodução e a multiplicação da força de trabalho necessária à sobrevivência. Por via da antropologia estrutural, a análise lévi-straussiana pretende revelar que através das relações com base na troca ou da estrutura inconsciente da troca pode-se conhecer a significação dos sentimentos humanos (ESPINA BARRIO, 2008). Revela-se, portanto, o interesse em demonstrar que as ações humanas estão sustentadas pelas leis da linguagem e do simbólico<sup>5</sup>, cujo simbolismo regula as trocas. “As regras do parentesco e do

---

<sup>4</sup> De acordo com Espina Barrio (2008), Lévi-Strauss (1982), fundamenta a noção de parentesco influenciado pelo princípio de reciprocidade contido na obra de Marcel Mauss (1974), *O ensaio sobre a dádiva*, cuja interpretação aponta para o significado da dádiva como forma de reafirmar a reciprocidade como um sistema de troca que organiza as relações e o mundo social. O objetivo lévi-straussiano é evidenciar que as trocas têm um caráter amistoso, relacionada a fatores psicológicos, como a vivência de sentimentos. Porém, esse fenômeno só é analisado pela atuação dos grupos que fazem as trocas.

<sup>5</sup> “O simbólico é uma forma de elaborar mais primitiva que a linguagem, que está na base não só dos mitos, mas de outras muitas realidades culturais humanas. Não há tradução constante para o simbólico ou, o que é o mesmo. O símbolo transmite-nos o sentido na transmissão opaca do enigma e não por via de tradução” (ESPINA BARRIO, 2008, p.116).

casamento não se tornaram necessárias pelo estado da sociedade. É o próprio estado da sociedade, remodelando as relações biológicas e os sentimentos naturais, impondo-lhes tomar posição em estruturas que as implicam” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 530). Isso significa que as ações humanas não são regidas por determinações biológicas ou naturais, de caráter imutável. É o simbolismo que rege e regula as relações e estabelecem as regras, que diferenciam os sexos e as gerações.

Para a psicologia é fecunda a remissão ao aporte antropológico que observa e descreve a diversidade das atividades do comportamento humano, seus desempenhos nos rituais e sua presença no imaginário mítico como reveladores de desejo. Porém, muito embora enuncie que o humano constitui-se pelo simbólico, a interpelação lévi-straussiana suscita controvérsias no que tange as relações de poder. As observações etnográficas de Lévi-Strauss (1982), sobre as regras de troca permitem conceber um dos sexos como propriedade permutável, como um elemento relacional que diferencia e vincula a família a uma identidade pertencente apenas aos homens:

O que significa isso senão que as próprias mulheres são tratadas como signos, que são impropriamente usados quando não empregados com o fim reservado aos signos, que é o de serem comunicados? A emergência do pensamento simbólico deve ter requerido que mulheres, como palavras, deveriam ser trocadas. De fato, esse foi o único meio para superar a contradição em que a mulher era vista sob dois aspectos incompatíveis: de um lado como objeto de desejo pessoal, excitando instintos sexuais e proprietários. De outro como sujeito do desejo e vista como tal, isto é, como meio para vincular outros pela aliança "(LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 296).

A interpretação lévi-straussiana evoca que as trocas de mulheres devem ser analisadas como trocas de linguagem em comunicações: a troca de mulheres é o meio pelo qual os grupos se comunicam. E as mulheres não podem servir a outros propósitos senão comunicar. Há uma suposição implícita em tal interpretação: que o pensamento simbólico concebeu as mulheres como um veículo de comunicação com a mesma função das palavras. Essa função é apresentada como superior ao lugar em que a mulher é vista como objeto sexual do homem de um determinado grupo, e também objeto sexual de homens de grupos diferentes. Como signo comunicável, a mulher torna-se o instrumento que permite selar a aliança entre os homens. Nesse sentido, a troca é o meio pelo qual os homens estabelecem acordos entre si. Em decorrência, na aliança, a mulher não é qualificada como tendo uma identidade, nem como sujeito de desejo, mas apenas como um instrumento que diferencia e promove as relações entre os homens grupos diferentes. A organização social é criada pelo acordo entre os homens. Dito de outra forma, as mulheres, como signo de troca, não participam do pacto

social que funda a noção de sociedade. Como elementos cambiáveis, as mulheres não fazem parte do acordo que estabelece a aliança. Elas são o objeto do acordo.

Essa concepção, que pretende contar a história das origens, engendra a noção de uma lei imperativa, como se tal fosse uma inevitabilidade histórica; como se os sexos, macho e fêmea só pudessem conceber relações dissimétricas ou hierarquicamente determinadas. Essa construção de troca entre os homens pressupõe uma não reciprocidade entre os sexos, e, portanto, em termos contemporâneos, pressupõe a construção de gêneros hierarquizados ou conflitos de gênero. A dissimetria entre os sexos é sustentada por determinações que estabelecem que uma agente do domínio sexual – a mulher possa ser excluída do poder de ação na expressão do simbólico. Neste sentido, pode-se supor que o determinismo biológico que diferencia e cristaliza a masculinidade e a feminilidade como elementos naturais inerentes aos sexos macho e fêmea ou às condutas relacionais do homem e da mulher nas relações sociais e familiares deve ser posto em questão.

Sarti (2005), salienta que, embora a teoria da aliança de Lévi-Strauss (1982), forneça elementos significativos para uma compreensão possível das origens da família rompendo com o fundamento biológico que toma a família como célula mãe da sociedade, há contradições que precisam ser observadas: a idéia de troca e reciprocidade; a noção do compulsório parentesco heterossexual; e a concepção da mulher como exclusivo objeto de troca atrelada a falta de análise do significado do objeto dessa troca.

Escrutinando essa análise antropológica, faz-se mister interrogar o que levou o pensamento simbólico a constituir aliança. Desconfiança, angústia, medo, temor da ameaça do outro? De acordo com Espina Barrio (2008), o incesto é vivido inconscientemente pelos sujeitos humanos como uma agressão sexual a eles próprios.

Nesse sentido, a aliança parece indicar que a família restrita era objeto de ameaça de si mesma. Possivelmente, foi necessário aliar-se ao estranho, muito menos por necessidade econômica ou de satisfação de necessidades materiais, que pela força imperativa da ambivalência dos sentimentos. Possivelmente tornou-se necessário diferenciar-se, abrir-se para outras unidades, sob pena das famílias se tornarem objeto de ameaça dos próprios valores que cultivavam.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913), supõe que o nascimento da cultura e da organização familiar, ocorreu após o sentimento de culpa dos filhos, responsáveis pelo ato de assassinato do próprio pai (chefe da horda primitiva). Um pai tirânico que tomava para si todas as mulheres suscitou o ódio dos filhos, que ao serem excluídos do usufruto das fêmeas, se reuniram para realizar a morte do pai. Porém, após o parricídio, os filhos se sentiram

culpados, e como autopunição estabeleceram a proibição ao acesso as mulheres do mesmo grupo familiar. A partir de então, as mulheres da mesma família, cobiçadas pelos filhos, tornaram-se signos do proibido, tornaram-se um tabu, ou seja, algo que deve ser evitado sob pena de sanções e punições severas. O tabu revela-se, portanto, como o símbolo originário de um sentimento de ambivalência frente ao objeto desejado. Os filhos devem buscar mulheres fora do grupo familiar: estabelece-se, o tabu do incesto. Através deste, a família torna-se exogâmica e instituem relações com outras famílias permitindo a construção das relações sociais. Há, portanto, o entendimento que o tabu do incesto é a lei que permite o nascimento da organização social.

A teoria freudiana do tabu do incesto supõe a ambivalência dos sentimentos dos pais e dos filhos e o nascimento da cultura<sup>6</sup>. “Foi permitido a Freud, finalmente, apresentar uma espécie de teoria de contrato social” (RIEF, 1979, p. 205). Uma teoria que através da utilização do mito pretendesse revelar como o humano utiliza os símbolos para estabelecer relações. Em sua suposição, Freud (1913) também indica a hierarquia relacional entre homem e mulher e o caráter assimétrico do pacto que os uniu.

No entanto, para Lévi-Strauss (1982), essa teoria freudiana explica com êxito não o início da civilização, mas seu presente. “Tendo partido à procura da origem de uma proibição, Freud consegue explicar não por que o incesto é conscientemente condenado, mas como acontece que seja inconscientemente desejado” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.531). A crítica lévi-straussiana a *Totem e Tabu*, parte do suposto que Freud (1913), utiliza as observações de fatos da sociedade da sua época, para dar sentido aos mitos, e ressalta os mitos para dar fundamento a tais fatos. Dito de outra forma, Freud (1913) interpreta os mitos, dando-os sentido através de fatos reais. Para Lévi-Strauss (1982), a cena primitiva que representa a morte do pai pelos filhos é um mito, e a importância deste reside na interpretação da sua experiência, ou na maneira como o ser humano os cria. Isso significa que o assassinato do pai e a culpa dos filhos da horda primitiva, não correspondem a uma história real, mas permite conhecer, em

---

<sup>6</sup> Pateman (1993), ressalta que Freud (1930), escreveu suas narrativas sobre o pacto original como se estivesse escrevendo histórias da gênese da “civilização”. Para a autora, civilização não é sinônimo de sociedade humana: “o termo “civilização” passou a ser amplamente utilizado por volta do século XVIII, sendo precedido pelo termo “civilidade” e expressava um estágio final ou definitivo da evolução histórica da sociedade européia. A idéia de civilização celebrava o sentido de modernidade a ela associado [...] Em poucas palavras, civilização refere-se a uma forma histórica e culturalmente específica de vida social, e o conceito está rigorosamente relacionado à emergência da idéia de sociedade civil – a sociedade criada através do contrato original” (PATEMAN, 1993, p.46). Infere-se que “civilização” deve ser entendida como fenômeno pertencente a uma realidade histórica e específica de um modo de vida não universal. Nesse sentido, civilização é uma nova ordem estabelecida pela efervescência dos clamores do século XVIII instaurando uma nova organização social que estabelece trocas entre indivíduos e Estado, em nome da segurança individual e social e, como tal, protetora da nova ordem familiar.

forma simbólica, algo que é pertencente ao humano, ou seja, a ambivalência dos sentimentos de amor e ódio nas relações de convivência entre os sujeitos, principalmente na família.

Costa (1986), observa que em *Totem e Tabu*, Freud (1913), propõe uma teoria da gênese da cultura baseado numa crença evolucionista com elementos inconsistentes. O fato de os filhos terem sentido culpa pelo assassinato do pai requer o conhecimento de uma norma que condene o ato. Do mesmo modo, renunciar as mulheres em nome da preservação da ordem natural implica em aceitar que o interesse do todo social se sobrepõe aos interesses dos indivíduos em particular. Sem consciência da obrigação moral em relação ao pai não haveria a culpa, não haveria por que privar-se da satisfação instintiva. O que se pode compreender é que a horda primitiva freudiana continha os mesmos elementos pertencentes a uma sociedade organizada, com um sistema de prescrições e normas que regulam os comportamentos individuais e coletivos. “Nesta hipótese, o que está implícito, é que um chefe detém um poder equivalente ao do déspota, nas sociedades com estado, e ao do pai, na família nuclear conhecida por Freud” (COSTA, 1986, p. 41). O que está implícito é que o poder exercido pelo homem na moderna sociedade civil é o poder que mantém sobre o seu domínio, a família, promovendo os conflitos de gênero.

As suposições freudianas acerca da organização da família e do nascimento da cultura e a teoria da aliança lévi-straussiana para origem da família e da sociedade propõem a existência de uma linguagem universal que exprime os sentimentos humanos, principalmente através dos símbolos, expressos nos mitos, reveladores das instâncias formadoras do psiquismo. O mérito consiste em destacar que a cultura só pode ser considerada como algo pertencente à humanidade porque o ser humano simboliza. Isso significa que a pessoa humana, seja homem ou mulher, não comporta ser equivalente ao signo, ou seja, não pode ser o elemento significante e significado que caracteriza o símbolo. A ambos, portanto, cabe o manejo do símbolo. Porém, tais teorias excluem do manejo do simbólico uma agente do domínio sexual, e fazem isso ao descrever as relações humanas sustentadas na crença de uma subordinação universal da mulher ao homem.

Nos relatos etnográficos lévi-straussianos e nas conjecturas freudianas a respeito da família e da origem da civilização, a mulher é tida como elemento cambiável para a realização de acordos e estabelecimento de relações sociais. Com isso não ressaltam que o valor do simbólico reside na capacidade humana de realização do desejo, comum ao homem e a mulher, ignorando, portanto, o reforço que realizam sobre a assimetria de poder nas relações entre os sexos. Pode-se supor que tanto Freud (1930), como Lévi-Strauss (1982), representariam o pensamento ideológico contido nos ideais estabelecidos na constituição da

moderna sociedade civil: o homem como ser autônomo, portanto, indivíduo que estabelece troca; o Estado<sup>7</sup> como Lei, mediador do permitido, do proibido e guardião da segurança; e a mulher, “protegida” e “vigiada” pelo indivíduo e pelo Estado. Diante disso, toda narrativa sobre as origens da família e da sociedade feita pela vertente das relações de poder, sustenta-se em determinações sociais que classificam o homem e a mulher como seres inscritos exclusivamente numa realidade sexuada, e como tal, instrumentos de princípios que só concebem os mesmos por via de uma divisão socialmente construída e hierarquizada, engendrando e fortalecendo um dos principais conflitos da família contemporânea, as relações desiguais de poder que culminam nas desigualdades de gênero.

Subsumindo os valores contidos na família conjugal moderna<sup>8</sup>, as famílias contemporâneas constroem-se progressivamente como um lócus privado em que homens e mulheres demonstram interesse em ficar juntos, permeados pelos ideais do amor romântico através de relações mais restritas e da efetiva demarcação entre o espaço público e o espaço privado (SINGLY, 2007).

No entanto, nas famílias contemporâneas, legalmente, suprime-se a referência à noção de chefe familiar: a supremacia da autoridade paterna desaparece, e a criança passa a ser orientada pelo pai e pela mãe como sujeitos legitimamente responsáveis; a incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado altera as relações de poder entre os sexos (SINGLY, 2007). Tais mudanças afetaram a legitimidade da autoridade masculina como provedor familiar. As famílias contemporâneas podem ser definidas pelo fortalecimento dos direitos dos sujeitos menos garantidos em equivalência às famílias modernas. Ou seja, legitimamente: mulheres e crianças passam a atuar como sujeitos na formação de laços

---

<sup>7</sup> Figueiredo (1992), destaca que o “liberalismo na sua versão original, formulada em suas linhas básicas por John Locke (1632-1704), sustentava a tese dos direitos naturais do indivíduo a serem defendidos e consagrados por um Estado nascido de um contrato livremente firmado entre indivíduos autônomos para garantir seus interesses. Ao Estado não cabe uma função primordialmente coercitiva, mas não se separa dele, tampouco, a garantia dos direitos naturais do indivíduo: ele intervém e administra através do controle das privações, das punições e das recompensas liberadas para os comportamentos individuais, instaurando uma nova modalidade de poder” (FIGUEIREDO, 1992, pp.132/134).

A ascensão do "Estado moderno", como um poder público que constitui a suprema autoridade política dentro de um território definido, está associado ao gradual desenvolvimento institucional que começa no final do século XV, culminando com a ascensão do absolutismo e do capitalismo (PATEMAN, 1993).

<sup>8</sup> Compreende-se por famílias conjugais modernas as famílias hierárquicas que se desenvolveram juntamente com os processos de modernização e industrialização: o grupo de parentesco formado a partir da união fundada na livre escolha e no amor, via de regra constituído pelo núcleo do casal (embora possa incorporar outros agregados), mas, sobretudo, caracterizado pela divisão sexual do trabalho nas esferas pública e privada atribuída segundo o gênero (VAITSMAN, 1994).

eletivos, ou contratuais, e, em contrapartida, há um relaxamento dos padrões de rigidez que regiam as relações familiares.

Nesse sentido, Vaitsman (1994), ressalta que “o que caracteriza a família e o casamento na contemporaneidade é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas” (VAITSMAN, 1994, p.19). No entanto, assiste-se a um movimento de crise e transformação das típicas famílias modernas: as diferenças entre os valores igualitários e as práticas hierárquicas presentes nas estruturas das famílias conjugais modernas afloraram, resultando em situações mais evidentes de conflitos e tensões. Assim, embora mudanças possam atestar que as desigualdades de poder nas relações entre os sexos, ou entre homem e mulher, não tenham mais fundamento legal, são incessantemente construídas nos elementos que constituem a noção de feminilidade e de masculinidade pelo determinismo biológico razão e emoção, e dão relevo aos conflitos de gênero. Conforme Bourdieu:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2003, p. 15).

A força da autoridade masculina está fundamentada nas histórias contadas e re-contadas sobre as origens da família. Nas famílias contemporâneas, as diferenças entre o masculino e o feminino parecem serem construídas, mantidas, afirmadas e re-confirmadas pela ideologia que evoca bases naturais e/ou biológicas, negligenciando as construções simbólicas que estabelecem as diferenças entre os sexos e classificam macho e fêmea. Assim, na contemporaneidade, muito embora nas sociedades ocidentais o patriarcado, como modelo estrutural familiar e regimentar das relações sociais não tenha mais fundamento legal, o poder social e autoridade familiar ainda se faz presente como atributo masculino. Pessoas do sexo masculino ou feminino podem exercer condutas, através das quais o poder pode ser exercitado, mas tais condutas permanecem como masculinas (STREY, 2009). Em razão de historicamente serem apresentadas como simbolicamente masculinas, a dissimetria de poder que desfavorece as mulheres recebe sistematicamente, motivação ideológica.

Na busca de um melhor entendimento acerca das transformações da família, faz-se necessário compreender o que aproxima os modos de vida das famílias modernas aos princípios de divisão e hierarquização dos sexos evidenciados nas teorias freudianas e lévi-straussianas, e

que se fazem presentes nas famílias contemporâneas. Propõe-se compreender, em que medida as estruturas familiares modernas favoreceram a intensificação das relações desiguais de poder na relação entre os sexos, e de que maneira características dissimétricas dessas estruturas ainda se fazem presentes na contemporaneidade e podem ser politicamente questionadas.

## 1.2 Desigualdades de Poder Reguladas por Contratos

Tanto quanto o contrato social simboliza o avanço da sociedade, no sentido de uma organização política histórica, não o faz como a vitória de muitos, mas como sua primeira falha modelo. Agora através de novas restrições às conquistas sexuais, ninguém poderia ou deveria atingir novamente o poder supremo do pai, mesmo que isso fosse o que todos procurassem. O desejo de cada irmão de comandar ficou insatisfeito, exceto em algum grau, na família individual (RIEF, 1979, p. 230)

Como compreender as relações de poder nas relações familiares tomando-se como base a história política do período moderno? Como e quais os atores constituíram os acordos políticos que selaram a chegada da moderna sociedade civil? Homens e mulheres?

Pateman (1993), destaca que a história do contrato social ou contratualismo indica uma classe abrangente de teorias que tentam explicar os caminhos que levam as pessoas a formar Estados e/ou manterem a ordem social. Essa noção de contrato consiste no pressuposto que as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo ou outra autoridade, a fim de obter as vantagens da ordem social. Nesse sentido, o contrato social seria um acordo entre os membros da sociedade pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante. Revela o surgimento de uma nova forma de sociedade e de direito político sustentada pela força de um contrato original. Na leitura aqui cometida, esse contrato ganha contornos através da história hipotética contada por Freud (1913), e da antropologia estrutural proposta por Lévi-Strauss (1982). Nas suposições freudianas contidas em *Totem e Tabu*, os filhos subverteram a ordem imposta pelo governo paterno para assegurar suas liberdades e para garantir para si o direito de posse das mulheres. Apresenta as fêmeas da horda primitiva como seres passivos submetidas a uma condição de dominação e submissão dissociada de qualquer manifestação de contrariedade ou desejo: “Tudo que encontramos é um pai violento e ciumento que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem” (FREUD, 1913, p. 145). Das fêmeas não

são reveladas quaisquer manifestações de concordância ou revolta, a exemplo da conduta dos machos. As fêmeas não são mencionadas como indesejadas ou passíveis de expulsão da horda, são mencionadas como pertencentes exclusivamente ao pai, parecem comparecer pacificamente cumprindo as imposições e desejos deste. Nas suposições freudianas também não há indícios sobre supostas ações ou reações agressivas por parte das fêmeas. São, portanto ausentes? Destituídas de desejos? As lutas e os acordos se dão apenas entre os homens, a mulher aparece obediente a um macho forte que se impõe pela força física. As fêmeas são, portanto, relegadas à condição de objetos do desejo masculino, e como tal não fazem parte do ato de subversão que elimina o pai tirânico. As suposições freudianas ressaltam que o tabu do incesto assegura o direito de todos os homens às mulheres e funda a noção de sociedade excluindo a participação destas.

Em *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Lévi-Strauss (1982), ressalta que a mulher como propriedade permutável é a via que permite a aliança entre os homens:

A relação global de troca que constitui o casamento não se estabelece entre um homem e uma mulher como se cada um recebesse alguma coisa. Estabelece-se entre dois grupos de homens, e a mulher aí figura como um dos objetos da troca, e não como um dos membros do grupo entre os quais a troca se realiza [...] o casamento não é estabelecido entre homens e mulheres, mas entre homens por meio de mulheres (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.155).

A troca é então, o meio pelo qual os homens estabelecem acordos entre si. Dito de outra forma, as mulheres, como signo de troca, não participam do acordo que cria o contrato original. Nessa perspectiva, a história que revela a noção de contrato é um exemplo da capacidade dos homens de criar uma ordem em equivalência ao poder da natureza. Nesse sentido, pode-se compreender que o contrato original, como símbolo de edificação da sociedade estabelece dois contratos: o contrato sexual que regula as relações entre o homem e a mulher, determinado os padrões de conduta ou forma como cada um deve conduzir-se em sociedade, mas essencialmente engendrando fronteiras para as ações da mulher. “A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado” (PATEMAN, 1993, p.16). Dessa maneira, o contrato sexual se estabelece através de condições que indica o benefício no manejo do poder de apenas um agente do domínio sexual. E há também o contrato social que engendra o permitido e o proibido, sob a vertente dos ideais de liberdade, e se fundamenta na premissa de que os indivíduos são os regentes de suas ações, fazem acordos, e as relações que estabelecessem na sociedade com outros indivíduos são mediadas por este.

No entanto, Pateman (1993), ressalta que o contrato social só pode existir tendo como base fundamental o contrato sexual:

Através do espelho do contrato original, os cidadãos podem se enxergar como membros de uma sociedade constituída por relações livres. A ficção política reflete nossos próprios seres políticos para nós mesmos – mas quem somos nós? Somente os homens – que criam a vida política – podem fazer parte do pacto original, embora a ficção política fale também às mulheres por meio da linguagem do “indivíduo”. Uma mensagem curiosa é enviada as mulheres, que representam tudo que o indivíduo não é, mas a mensagem deve ser continuamente transmitida porque o significado do indivíduo e do contrato social depende das mulheres e do contrato sexual (PATEMAN, 1993, p. 325).

O significado de indivíduo depende da outra parte do contrato original. Em outras palavras, o indivíduo e o domínio político aparecem como universais somente em contraposição à esfera privada ou ao contrato sexual que comumente é interpretado como o fundamento natural da vida civil. Para que haja o indivíduo, sujeito livre deve haver a pessoa humana “assujeitada”, aquela que está atrelada as obrigações na esfera privada ou na família. O contrato original torna-se, portanto, um contrato sexual-social: consiste na idéia de liberdade, em que todas as pessoas são iguais entre si, autônomas e livres para reger as suas condutas; e é sexual quando pretende tornar natural a hierarquização das relações entre homem e mulher, resultando em atribuições valorativas diferenciadas acerca de garantias e de direitos para o homem e para a mulher, comumente em detrimento desta. “A história da sociedade regulada por contratos revela a história moderna da origem da política masculina” (PATEMAN, 1993, p. 187). Historicamente, pode-se compreender que o contrato original representa os pressupostos que legitimam a hierarquização e assimetria das relações entre os sexos. Porém, o contrato original é justificado como um processo fundamental para a construção e solidificação da “civilização” e da sociedade civil moderna vinculada aos ideais de liberdade.

Pode-se admitir no que se refere ao contrato original, que tanto para teoria freudiana quanto para a teoria lévi-straussiana, as mulheres são excluídas do processo de elaboração de tal contrato, mas são chamadas a este por possuírem um “domínio natural”: são objeto de prazer dos homens e gestam seus filhos. Dessa maneira, as mulheres são consideradas como elementos fundamentais do contrato, muito embora sua autonomia não seja plenamente exercida. Assim, o contrato original passa a ser entendido como o instrumento estruturante da sociedade em que todos os indivíduos adultos são livres e, portanto, usufruem os mesmos direitos e garantias civis amparadas pelo Estado: “A autoridade legal do Estado, a legislação civil e a própria legitimidade do governo civil moderno são explicadas como apreensões de nossa sociedade de referencias desse contrato” (PATEMAN, 1993, p.15). Compreende-se, portanto, que a história real ou hipotética da origem da família contida na idéia do contrato

original, só é contada na parte em que reza o contrato social. Ao adicionarmos uma variante para a narrativa dessa história, a saber, a gênese da dissimetria sexual nas relações entre homens e mulheres, principalmente na família, qual seria o resultado? Pode-se supor que o elemento relevante que resulta dessa adição ficou oculto sob a proposta de cuidado, em nome de uma reciprocidade entre os sexos que desde o início indica ter sido realizada apenas entre os homens. Em nome da liberdade de um agente do domínio sexual ocultou-se a história da reciprocidade ignorada, ocultou-se o contrato sexual que fortalece os conflitos de gênero. Pateman ressalta:

Uma interpretação do contrato original é a de que os homens no estado natural trocaram as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa salvaguardada pelo Estado. A liberdade é universal na sociedade civil; todos os adultos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade como se esta estivesse reproduzindo o contrato original quando participam, por exemplo, do contrato de trabalho e do contrato de casamento (PATEMAN, 1993, p.20).

Assim, o ideal de liberdade contido no contrato original torna legítima as relações desiguais pertinentes às condutas dos homens e mulheres. O contrato social estabelece que todos os indivíduos são livres, e o contrato sexual determina que a mulher é o elemento essencial da casa, o homem a autoridade moral familiar e os filhos seus sucessores. O contrato social transmite o ideal de uma sociedade em que os indivíduos livres se submetem voluntariamente e podem fazer acordos, seguros de que serão regulamentados pela legislação civil e que, se necessário, o Estado mediará para que os acordos sejam cumpridos. Mas, como compreender a existência de liberdade para “todos os indivíduos” nas relações sustentadas em direitos políticos dos homens sobre as mulheres, bem como do acesso dos homens ao corpo das mulheres?

Dessa forma, as idéias hipotéticas do contrato original e os acordos que funda a sociedade civil moderna parecem revelar que o objeto de todos os contratos é a propriedade que os indivíduos querem para si mesmos. Os indivíduos querem o ideal de autonomia, de serem legisladores das suas ações, querem o domínio sob as incertezas (PATEMAN, 1993). Mas tais ideais não se estenderam para contrapor o contrato sexual de subordinação que sustenta a dissimetria de poder nas relações entre os sexos. Nessa medida, a sociedade civil moderna é regida pelos direitos dos homens “A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais. No mundo moderno, as mulheres estão subordinadas aos homens *enquanto homens*, ou enquanto fraternidade” (PATEMAN 1993, p.18). Isso significa que as mulheres só podem exercer uma liberdade vigiada? Mas, os direitos políticos contidos no contrato social propõem a autonomia da pessoa humana. Portanto, direitos que não comportam qualquer moeda de troca ou forma de hierarquização entre os sexos. Entendida

desse modo, a sociedade civil moderna, que funda o contrato, apresenta duas características relevantes e contraditórias: por um lado prega a liberdade da pessoa humana e por outro, revela uma maior rigidez nas relações entre os sexos, fortalecendo a hierarquia através das concepções que pregam a obediência das mulheres aos maridos, das filhas aos pais, portanto, mantendo os entraves do contrato sexual.

Entende-se que as famílias modernas trazem em seu bojo a idéia de liberdade que é louvada por trazer a possibilidade de atenuar as incertezas e pelo alívio emocional que promete (POSTER, 1979). Porém, surge como reveladora de uma maior rigidez frente às desigualdades de poder entre homem e mulher e da efetiva demarcação do espaço social e familiar através de uma visão de mundo que acentua as diferenças de conduta acerca das ações de homens e mulheres no espaço público e o privado.

### 1.3 Famílias Modernas e o Viés da Desigualdade.

Em *História Social da Criança e da Família*, Ariés (2006), evidencia que as famílias modernas rompem com hábitos e costumes característicos das famílias medievais<sup>9</sup>. Nos modos de vida medievais o objeto de valor era o sistema de aliança fundamentado na primazia das trocas entre as famílias com a finalidade de geração e proteção do patrimônio. Porém, a importância maior centrava-se no nome e na honra; nas relações entre os grupos em torno do prestígio social e da linhagem<sup>10</sup>, em que a casa estava muito aberta para fora ou era quase inexistente: “A rua medieval, não se opunha à intimidade da vida privada; era um prolongamento dessa vida privada, o cenário familiar do trabalho e das relações sociais” (ARIÉS, 2006, p. 133). Os modos de vida e costumes tinham como cenário de expressão o espaço público, comum a todos as pessoas, seja para comemorações coletivas, seja para realizar tarefas comuns pertinentes as necessidades básicas de sobrevivência. Não havia distinção entre a casa e a rua.

Parecia não haver um sentimento de privacidade ou idéia de intimidade, peculiar aos modos de vida contemporâneos: nos modos de vida aristocráticos, as crianças eram acompanhadas pelos criados ou amas de leite, e formavam seus primeiros vínculos distantes dos seus pais ou na companhia de pessoas sem qualquer relação familiar. A importância das relações centrava-se na tradição e na submissão à hierarquia; devia-se, acima de tudo, estar em consonância com as normas coletivas comuns. No padrão camponês, a autoridade era centrada na aldeia. A necessidade da criança era tão importante quanto à de qualquer adulto e aquela gozava da configuração emocional de toda a aldeia (ARIÉS, 2006). Faz-se importante ressaltar que não havia um sentimento de infância ou uma consciência da particularidade infantil dentro da família. As relações eram valorizadas pelas questões de ordem pública. Os valores do *antigo regime* estavam pautados pelo aprendizado às normas sociais e a tradição ligada ao status social.

Porém, uma mudança se estabelece e tais relações são modificadas, isso acontece quando a criança deixa de ser considerada como um pequeno adulto. E um novo sentimento de

---

<sup>9</sup> “Nas famílias medievais havia distinções de classe a exemplo da família aristocrática e camponesa: Esta mantinha laços comunitários de dependência com a aldeia, a qual regulava a vida cotidiana através dos costumes e da tradição. Os rituais, como casamentos e enterros, envolviam a aldeia inteira. As crianças dependiam, principalmente, da comunidade e não dos pais, aprendendo a obedecer às normas sociais” (ARIÉS, 2006, p.146).

<sup>10</sup> Ariés (2006), ressalta que o sentimento da linhagem era o único sentimento de caráter familiar conhecido na Idade Média. Estende-se aos laços de sangue, sem levar em conta os valores nascidos da coabitação e da intimidade.

intimidade doméstica favorece o sentimento de família (ARIÉS, 2006). Uma nova percepção de infância se institui, e se concebe a criança sujeito de intensa vulnerabilidade. Separam-se aí, os modos de vida do adulto e da criança; nasce a concepção da necessidade de cuidados especiais e específicos para com a “idade infantil”. A disseminação da escola<sup>11</sup> e ampliação da frequência escolar ou das formas de educação foram fatores essenciais na promoção dessa nova relação com a criança e a família. “A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança” (ARIÉS, 2006, p. 154). O entendimento consiste em que a ocupação fundamental da família concerne na manutenção daquele que necessita de cuidados, cuja consequência foi considerar tal entendimento como o motivo pelo qual a família deveria existir. O reconhecimento da criança como ser vulnerável fez com que à família adquirisse uma posição de extrema relevância frente às disposições sociais. Esse movimento fez com que as crianças, ao nascerem, não saíssem da casa dos pais, e especialmente a mãe se tornasse a principal cuidadora dos filhos. É nesse período que se constitui uma nova estrutura familiar fundamentada pela separação entre o público e o privado<sup>12</sup>.

Essa separação progressiva do espaço público e do espaço privado ocorre ao mesmo tempo em que se observa o crescimento da relevância do valor afetivo na regulação das relações intrafamiliares:

A família moderna separa-se do mundo e opõe a sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família. Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, burgueses, aos

---

<sup>11</sup> Ariés (2006), destaca que a escola cria uma idéia particular de infância que demanda uma tomada de consciência da inocência e da delicadeza da infância e, no dever do adulto de preservar a infância e fortalecer a criança.

<sup>12</sup> De acordo com Figueiredo (1992), “os movimentos de reforma contra-reforma e a efervescência política e cultural dos fins do renascimento geraram um estado de instabilidade social caracterizada pela eclosão de uma série de guerras da consciência” (FIGUEIREDO, 1992, p.108). Com a dissociação das antigas crenças, partidos e facções, seitas e igrejas se organizavam e se combatiam na defesa de suas convicções e ideologias. Essa situação levou a um sentimento de insegurança dando espaço para que os monarcas adquirissem, pouco a pouco, o monopólio da força fazendo com que os súditos adotassem atitudes de obediência contraditórias: os súditos estavam submetidos a dois regimes ao mesmo tempo. Culpavam-se diante do rei quando sucumbiam as suas razões internas e culpavam-se perante a si mesmos quando obedeciam as razões do Estado. Tal realidade fez surgir a crescente cisão entre as esferas da privacidade particular e da publicidade. “Nos campos da privacidade – o dos negócios particulares, os das relações e das atividades domésticas e familiares e em especial o das convicções éticas e religiosas – há uma garantia de liberdade sob o regime de tolerância moderna e vigiada. No campo público, o das ações políticas, imperam, a ordem absolutista e a obediência ao soberano. Thomas Hobbes (1588-1679), é o grande teórico desta separação entre o interno e o externo, entre os domínios da consciência e das opiniões e o domínio da ação. Assim, o homem de Hobbes se desdobra em dois, vem dividido numa metade privada e numa metade pública: as ações e as obras são incondicionalmente subordinadas às leis do Estado, as opiniões, ao contrário, são livres em segredo”(FIGUEIREDO, 1992, p. 109).

artesãos e aos lavradores ricos. A partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco (ARIÉS, 2006, p. 189).

A família passa a ser vista como o único lugar onde a criança pode ser adequadamente cuidada. Com menor ou maior tempo, tal concepção tornou-se a norma em todas as estruturas familiares das sociedades ocidentais. Saindo de uma realidade moral e social para uma mais sentimental, o novo sentimento de família pressupõe que esta é o lugar onde são possíveis as condições satisfatórias de afeto e sobrevivência.

O que está implícito é que a história da família pode revelar questões sobre a vida íntima e que mudanças na ordem familiar geram mudanças emocionais ou de ordem psíquica para todos os membros. O que se faz pertinente ressaltar não é o valor moral dos padrões medievais em contraponto com valores afetivos da família moderna, mas como essas mudanças foram fundamentais para uma nova estrutura familiar, e como tais mudanças seguiram um viés de intensa complexidade emocional nas relações entre pais e filhos, bem como acentuou as desigualdades de poder nas condutas relacionais entre homem e mulher dentro da família (POSTER, 1979).

O que se pretende ressaltar é uma nova estrutura familiar que indica apresentar uma maior intensificação da dissimetria de poder e da hierarquia entre os sexos: o afastamento da família moderna das redes de parentesco e das redes comunitárias resultou na dependência da criança à figura da mãe que se tornou a responsável direta pela sobrevivência e educação dos filhos com a missão de atender as necessidades de cuidado material e afetivo, sem o suporte das redes comunitárias, gerando uma maior dependência da mulher ao marido, inclusive para seu sustento e uma autoridade centrada no homem como provedor econômico, e desvinculado dos cuidados afetivos da própria família. Poster destaca:

As relações na família burguesa eram regidas por rigorosas divisões dos papéis sexuais. O marido era a autoridade dominante sobre a família e provia ao sustento dela pelo trabalho na fábrica ou no mercado. A esposa considerada menos racional e menos capaz, preocupava-se exclusivamente com os filhos e o lar (POSTER, 1979, p.189).

O homem de família provedor e a mulher dona de casa parecem ter sido aceitos como a via, ou melhor, realidade benéfica para a família. Tal fato não foi observado como possível fonte de conflitos e tensões ou como gênese de uma rígida hierarquia e assimetria de poder nas relações entre o homem e a mulher nas famílias modernas, haja vista, esse modelo consolidou-se de maneira plena e adequada, para o cuidado familiar: “um novo grau de

intimidade e profundidade emocional caracterizou as relações entre os pais e filhos dessa classe. Uma nova forma de amor maternal foi considerada natural” (POSTER, 1979, p.188). Se concebermos que uma rígida hierarquia entre marido e mulher baseava-se numa noção de reciprocidade entre os sexos, em que o valor da mulher como mãe e a obediência desta ao marido visava atender ao benefício da família, a observância e análise dos conflitos possivelmente gerados por tal relação familiar parecem ter sido totalmente ignorados.

Na ordem de tais mudanças, em meados do século XVIII nasce então a família moderna burguesa caracterizada pelo fechamento em si mesma. Sennett (1988), ressalta que essa nova família surge não só para responder as mudanças geradas por fatores econômicos ou materiais, mas por uma necessidade psicológica tanto do homem como da mulher em resposta a dificuldade dos mesmos em lidar com aspectos de suas personalidades, que eram difíceis de controlar diante dos parentes e da convivência estreita com as redes comunitárias:

A família nuclear simplifica o problema da ordem ao reduzir o número de atores e com isso o número de papéis que cada pessoa precisa representar. Cada adulto só precisa ter dois papéis: esposo e esposa; pai e mãe [...] Em outras palavras, a forma nuclear permite às aparências humanas se resolverem ordenadamente, numa questão de relacionamentos humanos simplificados. Quanto menos complexos mais estáveis; quanto menos a pessoa tiver que lutar, mais sua personalidade terá de se desenvolver (SENNETT, 1988, p.226).

No lugar de marido e pai, e de esposa e mãe, não há constrangimentos pelas falhas cometidas ou repreensões que pudessem sofrer se estivessem no lugar de filho e filha. Como senhores de sua própria casa, o homem e a mulher poderão expor suas inseguranças. Porém, se tais mudanças foram frutos de escolhas pessoais na evitação de constrangimentos ou da imposição de novas estruturas sociais ou econômicas, tal fato não se deu sem um elevado preço: voltada para dentro e distanciada dos parentes, a família moderna burguesa tem a missão de prover-se sozinha, propiciar o próprio sustento, ordenar a casa, cuidar dos filhos e lidar com as incertezas geradas pela ambivalência dos seus afetos.

Pressupondo-se que as famílias modernas tenham nascido no seio da burguesia européia em meados do século XVIII, pode-se tomar como referência de análise a família burguesa, muito embora outras estruturas familiares tenham existido. Em *Teoria Crítica da Família*, Poster (1979), destaca quatro modelos de estruturas familiares: a família aristocrática e a família camponesa dos séculos XVI e XVII; a família burguesa do século XIX e a família da classe trabalhadora do início do período industrial<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> De acordo com o autor a família aristocrática européia constituía-se por um agrupamento extenso de pessoas: reunião de parentes, dependentes e clientes; as relações pautavam-se em excessiva hierarquia, e os papéis eram fixados por rígidas tradições. O pai/patriarca da família exercia autoridade absoluta; o cuidado com os filhos não

Tais famílias apresentavam características distintas acerca das suas relações interpessoais e dos cuidados com os filhos. Depreende-se, portanto, que não havia na sociedade moderna a predominância de uma única estrutura familiar.

A ênfase dada à família burguesa justifica-se pelo exercício de compreensão no fato desta ter apresentado um padrão emocional distinto e um senso de privacidade pouco visto, indicando a construção de um padrão familiar complexo que promove a dependência dos filhos aos modelos parentais, concomitante com um rígido controle sobre a expressão da sexualidade, bem como sobre as condutas dos próprios pais, em especial da mulher, indicando uma significativa acentuação das desigualdades de gênero. Tais desigualdades estão estreitamente relacionadas com as formas relacionais de utilização do poder. Como o poder servir como instrumento de hierarquização das diferenças? Nas relações familiares quando as diferenças entre macho e fêmea são classificadas em estereótipos que penalizam os sujeitos, via de regra, tem como reais situações de conflitos, tornando a família um espaço de confrontos e disputas.

---

eram considerados como relevantes para uma dama aristocrática, que se empenhavam em organizar a vida social. Via de regra, os filhos e filhas eram amamentadas por amas de leite e formavam seus primeiros vínculos com pessoas não pertencentes à família.

Já a família camponesa era constituída por pequenos grupos, muito embora podia-se conviver três gerações na mesma moradia. A privacidade também não era conhecida. A autoridade social estava centrada na aldeia; a amamentação era realizada pela mãe, mas com pouco envolvimento emocional. As sanções públicas na família camponesa tinham a função de apagar os vestígios de autonomia da criança que pretendesse desafiar a autoridade dos adultos. As implicações psíquicas das sanções e das aprovações externas de ações, que acarretavam em punição, gerava na criança um sentimento de vergonha e não de culpa, pela transgressão das normas da comunidade. “[...] a criança desenvolvia um agudo senso de normas sociais, externas” (POSTER, 1979, p.200). Desta forma, não se identificavam com os pais como na família nuclear burguesa. No modelo aristocrático e camponês, a noção de privacidade e o controle da expressão sexual não tinha significativa relevância acerca da fiscalização por parte dos pais.

A família proletária introjetou as características relacionais da família burguesa, muito embora todos os membros desempenhassem atividade laborativa: as mulheres realizavam tal atividade em casa e fora dela, contribuindo no sustento familiar. Os filhos eram criados sem a constante atenção e fiscalização pela mãe. Porém, com o processo de industrialização crescente, tal estrutura familiar termina por absorver todas as características pertinentes a família burguesa.

## 1.4 Poder e Forma de Atuação Familiar Burguesa

Assim, de acordo com Therborn (2006), a família é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder. Como tal, as relações de poder na família estão envolvidas em proibições e prescrições entrelaçadas por sentimentos e afetos. O mesmo poder que impõe fronteiras prescreve normas de amparo e acolhimento. Mas de que poder se fala?

Para Foucault (1984), o poder pode ser compreendido como um feixe de relações, que se articula através de uma espécie de estrutura mais ou menos coordenada, ou seja, não é possível determiná-lo em um lugar específico. O poder compreendido como um feixe de relações sugere diversas possibilidades, permite compreendê-lo como algo que sempre se renova ou está em constante transformação. Sua força consiste na plasticidade com que atua, e nos lugares que se faz presente, hora delimitando fronteiras, hora supondo a idéia de liberdade e possibilidade de escolhas dos sujeitos por ele atravessados. Dessa forma, o poder torna-se algo que, necessariamente, não precisa ser nomeado, mas está a todo tempo pondo à prova quem deve ordená-lo.

Pela lente foucaultiana deve-se compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força. Dito de outra forma, não se deve compreender o poder como uma instância superior que está acima dos sujeitos que afeta. “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1984, p.89).

Nesse sentido, o poder se constrói através do embate de vontades, da luta constante na aceitação e negação do que é imposto. Mas também, não é algo que apenas limite ou imponha regras, é uma via de potencialização, permissões e realizações, por isso, não pode ser tomado essencialmente como negativo, como um fenômeno de dominação maciço, como algo que apenas reprima. O poder pode ser visto como algo que produz coisas: discursos, saber, ação. Dessa maneira, a eficácia do poder está centrada na sua aparência tolerável, visto pelos sujeitos como não inteiramente proibitivo ou coercitivo: permite aos sujeitos a crença de uma livre atuação, como se fosse um ato volitivo, como se não houvesse qualquer controle sobre suas ações. A eficácia do poder consiste em permitir a liberdade mesmo que diminuída; na crença de que as normas não são arbitrariamente impostas, ou que não se limitam simplesmente a barrar os desejos e vontades (FOUCAULT, 1984).

Se concebermos o poder como uma instância não necessariamente repressiva, poder-se-ia supor que seu exercício no micro espaço familiar instituiu o papel de mãe, cuidadora dos

filhos e da família, bem como o de pai, autoridade subsidiária e provedora da família? Em outras palavras, o homem e a mulher, o pai e a mãe se tornam, como agentes do micropoder no interior da família, reforçadores recíprocos das suas condutas? É possível pensar as condutas da mulher como mãe e do homem como provedor no interior da família, como o lado produtivo do poder? Como compreender a aderência de homens e mulheres ao modelo familiar burguês, com uma rígida divisão de trabalho na sociedade moderna?

No lugar de esposa e mãe, a mulher burguesa deve se dedicar completamente aos filhos e aos cuidados da casa. Cito Badinter:

Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela. A mãe "moderna" pertence à média burguesia, mais apegada às virtudes austeras do que aos sucessos pessoais, mais à vontade no Ser e no Ter do que no Parecer. Mais provinciana do que parisiense, sua casa é um universo fechado em que ela reina soberana. Assim, não foi certamente por acaso que as primeiras mulheres a escutar os discursos masculinos sobre a maternidade foram burguesas. Nem pobre, nem particularmente rica ou brilhante, a mulher das classes médias viu nessa nova função a oportunidade uma promoção e de uma emancipação que a aristocrata não buscava (BADINTER, 1985, p.175).

A mulher burguesa pareceu adaptar-se plenamente as demandas exigidas pelo ideal de família que é centrada no cuidado da criança e na posição da mulher devotada ao lar e aos filhos. Mais apegada às virtudes austeras rendeu-se à idéia de virtuosidade ao assumir o seu lugar de senhora da casa. Possivelmente destituída de projetos pessoais, não tinha aspirações para si mesma e parece enxergar nessa nova posição uma via de valorização no seio familiar. A mãe burguesa aplica-se aos cuidados da casa com a mesma autoridade e o mesmo orgulho com que a mulher aristocrática dedica-se para a manutenção da sua classe ou posição.

No entanto, faz-se mister destacar que, via de regra<sup>14</sup>, as mulheres, sempre cuidaram das crianças, das colheitas, do preparo do alimento e participavam de qualquer atividade no espaço público ou privado, só que não havia o reconhecimento desse cuidado como poder (BADINTER, 1985). É na família burguesa que elas são convocadas a exercerem tal lugar como soberanas. A maternidade torna-se um papel gratificante, pois está agora impregnado de ideal. A mulher burguesa parece tomada pela idéia de poder: o poder da mãe que se torna senhora da casa autorizada a cuidar dos filhos e a fazer disso uma via para firmar-se tão poderosa quanto o marido. Badinter volta a ressaltar:

---

<sup>14</sup> Na família aristocrática era prática comum os filhos serem amamentados por amas de leite e cuidado fora do âmbito familiar (BADINTER, 1985).

Mas, embora a condição da mulher não se tenha modificado notavelmente no século XVIII, nem mesmo com a Revolução Francesa, a da esposa-mãe progrediu. No final do século, o comportamento do marido para com a mulher parece modificar-se na teoria e na prática, não só nas classes abastadas, como também entre os burgueses mais modestos. Há duas razões principais para essa modificação. Por um lado, a nova moda do casamento por amor, que transforma a esposa em companheira querida. Por outro, os homens responsáveis querem que as mulheres desempenhem um papel mais importante na família, e notadamente junto dos filhos [...] o poder dito paterno é, na realidade, partilhado com a mãe. Torna-se, portanto cada vez mais difícil considerar a autoridade do marido sobre a esposa como o poder absoluto do soberano sobre o súdito, e tratar a própria mulher como outrora se tratava o filho (BADINTER, 1985, p.176).

A esposa considerada incapaz e não racional que dependia da condição do marido, era agora mãe. Ao assumir tal lugar, a mulher adquire um status, deixa de ser a esposa totalmente dependente das ordenações do marido compartilhando com este no poder de decisão sobre a educação dos filhos, passando a exercer funções que são consideradas como de seu completo domínio: pelo domínio natural de gestar o filho, a mulher deveria dedicar-se exclusivamente a estes. Por outro lado, ao ocupar o lugar de mãe, e adquirir uma posição de respeito e autoridade, a mulher viu-se subjugada a imposições e limites, principalmente aqueles projetados sobre os seus sentimentos e desejos: “A mãe é agora usualmente comparada a uma santa. Em nome dessa santidade a mulher deve estar desvinculada dos prazeres sexuais” (BADINTER, 1985, p.210). O corpo da mulher é considerado como o símbolo para o novo estatuto social que lhe é apresentado, comparando-se com oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade. Há uma nova divisão fundamentada nas diferenças entre os sexos: a mulher, como mãe, era à única ou a mais apta a cuidar dos filhos e da casa e, portanto deveria manter-se vinculada apenas ao seio familiar. Voltada para o cuidado dos filhos e da casa, a mulher separa-se do mundo e da vida pública. E o pai, chefe da família, torna-se uma figura moral que inspira respeito a toda sociedade.

Essa divisão e a modificação nas relações com as crianças vão contribuir para o aparecimento de um novo sentimento: o ideal do amor romântico (BADINTER, 1986). A idealização da figura da mãe foi parte fundamental da moderna construção da maternidade. A imagem da esposa-mãe acentuou o modelo de dois sexos, das atividades e dos sentimentos: o feminino como mais sensível e frágil, e o masculino como racional e forte. As mulheres eram concebidas pelos homens como sendo diferentes e incompreensíveis. O elemento novo é a associação da maternidade com a feminilidade como sendo qualidades da personalidade das mulheres. O casamento burguês vincula o casal para sempre e introduz a idéia de uma narrativa individual, que faz com que o casal sinta que tudo está sob seu completo domínio.

Dito de outra forma, o homem e a mulher podiam escolher seus parceiros, serem independentes para decidir com quem iriam casar e ter seus filhos. O complexo de ideais vinculadas ao amor romântico forjou um ideal de amor e liberdade, como se ambos fossem estados normativamente desejáveis. No entanto, nas ligações de amor romântico, os elementos do amor sublime tendem a predominar sobre o ardor sexual e, felizes para sempre passa a significar viver juntos, não mais com a paixão intensa dos primeiros encontros, mas com austera respeitabilidade que faziam pertinentes as características da família (BADINTER, 1986). Portanto, não há liberdade para o casal, as relações conjugais na família moderna burguesa, são regidas por uma divisão sexualizante regida por rigorosas divisões de condutas do homem e da mulher. Neste sentido, o confinamento da sexualidade feminina ao casamento fazia-se essencial como um símbolo de mulher respeitável. Ao mesmo tempo suscitava nos homens um sentimento de manter-se distante do reinado da intimidade, mantendo as atribuições do casamento como um desejo exclusivo de mulheres.

Costa (1998), evidencia que o amor romântico só pode existir em sociedades onde os indivíduos, desde o nascimento, têm seus vínculos emocionais cortados da rede cultural mais ampla que a privacidade, ou seja, das redes comunitárias que mantinham relações coletivas:

O amor romântico é um artefato cultural uma emoção histórica, culturalmente codificada e sujeita a transformações impostas pela variação das circunstâncias. É uma forma de interação emocional e de construção de identidades pessoais inteiramente modernas. O amor-paixão romântico é uma invenção histórica que pode ser renovada em sua própria estrutura. O amor romântico foi concebido na esteira da idéia de sujeito como espelho de sentimentos (COSTA, 1998, p. 120).

Nos moldes da sociedade moderna, o amor romântico é uma emoção histórica que parece surgir para responder aos ditames da nova estrutura familiar em que a personalidade deve ser constantemente avaliada. Com essa nova forma de amor e autoridade, a família burguesa gerou uma nova estrutura emocional. Tal fenômeno corrobora para explicar como uma estrutura psíquica pode ser implantada na tentativa de capacitar os indivíduos a agirem de acordo com a sua própria autoridade, ou seja, como o poder se exerce como uma força que não que se constitui como essencialmente coercitiva.

Assim, a ascensão da autoridade privada da família pode ser comumente interpretada como uma contribuição para a emancipação do indivíduo das restrições sociais. No entanto, a família moderna burguesa revela-se o receptáculo de uma complexa lógica afetiva que carrega consigo o controle da sexualidade dos sujeitos, imprimindo uma maior rigidez nas relações entre os sexos, fortalecendo as relações de gênero hierarquizadas. Cito Poster:

Como nenhuma outra classe, a burguesia realizou um esforço sistemático para protelar a satisfação sexual. Isso redundou em incapacidades para homens e mulheres. Quando internalizada essa imagem das mulheres acarretou profundos conflitos emocionais. A respeitabilidade burguesa levou a uma separação muito singular entre o casamento e o amor, de um lado, e a sexualidade, do outro (POSTER, 1979, pp.186/187).

A satisfação sexual está condicionada as condutas exercidas na família: para as mulheres o sexo deve estar totalmente vinculado a reprodução, ao “poder das mães” com as vinculadas limitações formadoras de sentimentos ambivalentes, especialmente na medida em que as mulheres não contam com as redes comunitárias frente às relações com seus maridos, gerando conflitos frente aos clamores de mãe, dona de casa e sua existência como pessoa. Para os homens, o sexo estava dissociado dos sentimentos de amor; enaltece-se a autonomia e autoridade dominante sobre a família, com a obrigação de não falhar como o agente do domínio sexual, que igualmente deve prover o sustento da casa e comandar as diretrizes da família, sob pena da perda da virilidade.

Poster (1979), indica que a família burguesa tornou-se um ideal de conduta que deveria servir como matriz, em que a ordem e a autoridade eram concomitantes ao verdadeiro amor marital e as transações entre os membros da família não suportavam inspeções externas. A família passa a ser percebida como um refúgio contra as ameaças da sociedade e também um parâmetro, em que a privacidade e a idéia de estabilidade pareciam estar unidas na ordem familiar.

No entanto, a família burguesa deve ser entendida não apenas como um progressivo e moralmente benéfico lócus de domesticidade, mas também na medida em que constitui um padrão emocional particular que serviu para promover interesses da nova classe dominante e registrar um modo sem paralelo que culminam em conflitos de geração e sexo. “Na família burguesa nasceram novas formas de opressão de crianças e mulheres que dependiam de mecanismos críticos de autoridade e amor, de intensas emoções ambivalentes” (POSTER, 1979, p.186). O padrão emocional da família burguesa é definido pela autoridade restringida aos pais e profundo amor parental pelos filhos. Porém, as diferenças sexuais entre homem e mulher passam a ser concebidas como profundas diferenças de personalidade: a feminilidade é definida como a capacidade para expressar emoções, para ser dócil não racional e passiva; e as diferenças entre as gerações tornam-se padrões internalizados de submissão; a masculinidade é definida como a capacidade para sublimar, ser racional e ativo e, portanto dominador, livre e autônomo.

Pode-se supor que o poder concedido ao homem como ser autônomo e livre, é o mesmo poder que acarreta limites suscitando incapacidades e tensões como corolário direto para a “adesão” feminina a esse estado de coisas. A ausência de uma linguagem afetiva, a necessidade de mascarar as demandas dos sentimentos e emoções, e nele poder consumir uma experiência de cumplicidade, são para os homens efeito do tratamento que dão aos seus afetos e com isso permanecer na própria armadilha vinculada às prescrições que impõem o dever de engendrar sua virilidade (NOLASCO, 1995).

Nesse sentido, torna-se imperativo questionar: as relações desiguais de poder entre os sexos são fontes de tensões e conflitos nas relações familiares? Esta instituição, historicamente, favoreceu ao fortalecimento dos sujeitos enquanto seres que a constituem, ou, em contrário, foi lócus promotor de uma assimetria que conjurou um dos sujeitos da família em objeto?

Em *Sexo e Poder: a família no mundo (1900-2000)*, Goran Therborn (2006), ressalta que por volta de 1900 os homens haviam estabelecido acordos entre si e cobravam das mulheres uma posição de reciprocidade que política, econômica e socialmente não lhe foi possível. Havia a exigência da fidelidade sob pena de punições severas, havia a imposição de regras de conduta, de privação, da liberdade, de movimento. Havia a imposição de padrões de comportamento, em que a mulher deveria submeter-se em nome de uma reciprocidade para fazer jus ao que pregava-se ter sido acordado no contrato original. Therborn ressalta:

Muitas sociedades cobraram tributos das mulheres. Como filhas tinham pouco ou nenhuma direito a herança. Como seres sexuados, eram sujeitas a mutilação genital em muitas partes da África. Nas principais regiões da China, seus pés eram quebrados e enfaixados em tributo ao senso masculino de beleza feminina. O espancamento da esposa permanecia legítimo na maior parte do mundo. As viúvas estavam socialmente mortas na Índia, e até mesmo impedidas de se casarem na China (THERBORN, 2006, p. 110).

Todos os tributos estão vinculados ao cerceamento dos prazeres sexuais femininos ou aos ideais do imaginário masculino sobre as virtudes ou beleza feminina. Tais tributos são cobrados em nome de que dívida? Reciprocidade? Como a nova sociedade civil foi percebida nas relações dentro da família, em consonância com os desejos e valores de cada um?

Pelos homens possivelmente, como o alcance do ideal de liberdade almejada, e a crença na apropriação do seu próprio destino. Para a maioria das mulheres como uma via de expressão de uma certa autonomia no espaço privado. E para outras, como uma realidade que contrastava com a noção de serem senhoras de si mesmas e com a possibilidade de auferir o poder sobre suas condutas expressamente pertencente à autoridade dos homens. A nova ordem civil proclamava a liberdade, mas demonstrava manter sob controle a família, e a

mulher, como essencial objeto desta. Assim, a posição das mulheres na família e na cultura, estabelecida a partir das exigências da nova racionalidade burguesa, entrou em conflito com a produção de um imaginário libertário que convocava os indivíduos a constituírem perspectivas individuais de liberdade, de aventura, de conquistas, e ao mesmo tempo convocava as mulheres a viver de acordo com os ideais de mãe e dona de casa.

Nesse sentido, para Kehl (2008), a mulher viveu a ambivalência da contradição: desejo de torna-se indivíduo livre, ao mesmo tempo em que é capturada em uma posição na trama simbólica que mistura poder e afeto e a completa dependência em que o homem poderia desejar dela. As demandas dirigidas ao homem no lugar de protetor e provedor familiar, as tentativas de manobrar o desejo do qual se fez objeto e o fracasso subjetivo dessa empreitada, fizeram surgir à mulher histérica.

Por tal entendimento, Beauvoir (1980), evidencia uma dualidade conflitiva entre o que a mulher quer para si mesma e as demandas que o homem lhe dirige. Com a pretensão ética de afirmar-se como sujeito, mas propensa a pegar o desvio e não enfrentar os caminhos para se alcançar a liberdade, porque tal liberdade também traria a angústia e a tensão de uma existência autenticamente assumida, principalmente quando a idéia de liberdade entra em choque com valores que perpassam pelas emoções e afetos, a mulher parece titubear na busca de tornar-se senhora de si mesma:

[...] é que sendo como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição de Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la a imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial (BEAUVOIR, 1980, p.23).

Tida como sujeito essencial na casa e no lugar de mãe, a mulher oscila entre a busca da liberdade e as demandas impostas pelo ideal de família.

Reconhece que para ela não há lugar como sujeito na nova ordem civil, mas demonstra ser atraída pelo chamado de ser a soberana no ideal de mãe. Dividida entre a luta pela liberdade e ocupada em suprir as demandas da família, a mulher parece tomada pela idéia de liberdade contida no contrato social que pressupõe a liberdade para todos os indivíduos.

De acordo com Badinter (1986), foi necessário mais de um século e meio para que as mulheres do Ocidente tivessem reconhecidos os direitos civis; a educação; acesso a esfera privada e a liberdade de escolher pela maternidade. As mulheres americanas começaram por reivindicar o direito ao voto. Após meio século sem nenhuma mudança, voltaram a

questionar, sobre direitos e garantias como indivíduos, na primeira metade do século XIX, em concomitância com o movimento de abolição escravocrata. A partir de então, os protestos continuaram, e no final do século XIX as associações sufragistas era uma realidade. “De modo geral, os grandes combates que pontuaram a história da emancipação feminina não foram feitos da mesma maneira na França, país latino, e nas grandes nações anglo-saxônicas” (BADINTER, 1986, p.135). As manifestações femininas não eram bem vistas, a manifestação das mulheres comumente soavam como ameaça aos padrões morais da sociedade e da família. Diante disto, ao representar o domínio sexual que é excluído do contrato, e ao mesmo tempo está envolvida por este, a mulher reconhece a exclusão, mas parece titubear diante dela. A histeria pode revelar essa ambivalência?

## 1.5 Histeria: a “salvação das mulheres”

A histeria é a salvação das mulheres justamente porque é a expressão (possível) da experiência das mulheres, em um período em que os ideais tradicionais de feminilidade (ideais produzidos a partir das necessidades da nova ordem familiar burguesa) entraram em profundo desacordo com as recentes aspirações de algumas dessas mulheres enquanto sujeitos (KEHL, 2008, p. 182).

Em *Estudos sobre a histeria*, Freud (1893), percebe que a fala afeta o corpo das mulheres. O que a histérica mostra é algo de si, em seu corpo, pela via do sintoma. A histeria<sup>15</sup> é a maneira que o sujeito encontra para apresentar, através dos sintomas, que há algo em sua vida psíquica que não pode ser contido ou que não consegue conter. É o sintoma que faz o diálogo, e o que sobressai deste discurso, é a idéia da presença de um conflito inconsciente proveniente do desejo de ordem sexual.

O corpo da histérica, evidenciado pelo fenômeno da conversão<sup>16</sup>, tende a expressar o psíquico, obedecendo à lei do desejo inconsciente, lei esta coerente com a história do sujeito.

Cito Freud:

Nossas pesquisas revelam para muitos, se não para a maioria dos sintomas histéricos, causas desencadeadoras que só podem ser descritas como traumas psíquicos. Qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos – tais como os de angústia, vergonha ou dor física – pode atuar como um trauma dessa natureza; e o fato de isso acontecer de verdade depende, naturalmente, da suscetibilidade da pessoa afetada (FREUD, 1893, p.40).

Os sintomas histéricos são compreendidos como conseqüência de traumas psíquicos. A histeria se apresentaria como sintomas determinados por traços de memória que ficaram

---

<sup>15</sup> A histeria é tida como uma classe de neuroses que apresenta quadros clínicos muito variados. “As duas formas sintomáticas mais bem identificadas são a histeria de conversão, em que o conflito psíquico vem simbolizar-se nos sintomas corporais mais diversos a exemplo: crise emocional, anestésias, paralisias. A noção de uma doença histérica remonta a Hipócrates. Sua delimitação acompanhou a metamorfose da história da medicina. No final do século XIX, particularmente sob a influência de Charcot, o problema colocado pela histeria ao pensamento médico anato-clínico estava na ordem do dia. A solução procurada era na ausência de qualquer lesão orgânica ou uma doença como as outras. O caminho seguido por Breuer e Freud levou a ultrapassar essa posição. Freud ligou-se a toda uma corrente que considera a histeria uma doença por representação. O esclarecimento da etiologia psíquica da histeria é paralelo às descobertas principais da psicanálise” (Laplanche e Pontalis, 2001, pp.211/212).

<sup>16</sup> A histeria de conversão é caracterizada como a histeria em geral (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001).

fixados, graças a idéias conflitantes do ponto de vista psíquico (obrigações morais e apetites sexuais), gerando experiências traumáticas. Isso significa que os sintomas são substituídos por meio da conversão, associados a experiências traumáticas, que causam desprazer e são armazenadas de forma inconsciente: as mulheres desejam, as barreiras sócio/morais limitam, e estas não sabem conscientemente como lidar com tais elementos.

Em *Estudos sobre a Histeria – Casos clínicos*, Freud (1893), descreve os casos clínicos em que fundamentou seus estudos sobre a histeria e sobre as origens da psicanálise. No *Caso Emmy*, Freud percebe que o tratamento hipnótico, embora melhorasse sua condição, não curava a paciente. Ao abandonar o método hipnótico, Freud descobre uma nova forma de análise e se depara com um novo ponto a ser considerado: as idéias incompatíveis. Estas apresentam uma estreita correlação com os afetos. Embora possa existir em todas as suas formas, são configuradas em algo que o indivíduo deseja, embora as condições externas a ele não o permitam realizar. Tais idéias vão colaborar com a noção de traumas psíquicos<sup>17</sup> ou tensão psíquica. Tais construções anulam a relação da hereditariedade na eclosão da histeria.

No *Caso Kahtarina*, a sexualidade aparece ligada diretamente a tensão psíquica. Freud conclui: “Eu havia constatado com bastante freqüência que, nas moças, a angústia em consequência do horror de que as mentes virginais são tomadas ao se defrontarem pela primeira vez com o mundo da sexualidade” (FREUD, 1893, p. 153). O fator que embasa a inabilidade com o caráter sexual é a conduta moral que as pacientes de Freud apresentam: o pudor em torno da sexualidade é um dos fatores que inviabilizam a sexualidade com o ego<sup>18</sup>. As histéricas expressam a ambivalência frente sua condição de mulher. Estas, pertencentes a uma classe social que possibilitou o acesso ao conhecimento, rejeitando a sua condição de não sujeito e desapropriada do seu próprio corpo, reagem às imposições sociais ao querer expor o seu desejo, mas ao mesmo tempo culpa-se por isso. A histérica é a mulher que deseja, mas receia exercer tal desejo ou não sabe como lidar com ele.

Ao descrever o *Caso Elizabeth*, Freud ressalta que os sintomas histéricos apresentados pela paciente têm como gênese a forma como a mesma lida com os valores da família e com as manifestações dos seus desejos: há culpa por desejar e, portanto, julga-se impura. O conflito de Elizabeth está entre o fato de ter desejos, e o sentimento de castração de não poder sentir

---

<sup>17</sup> “Traumas psíquicos, decorrentes de acontecimentos da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (Laplanche & Pontalis, 2001, p.213).

<sup>18</sup> A teoria psicanalítica procura explicar a gênese de Ego considerando-o como um aparelho adaptativo, diferenciado a partir do id ou desejo instintivo em contato com a realidade exterior, definindo-o como o produto de identificações que levam à formação no interior do sujeito de um objeto de amor investido pelo id (KAHHALE, 2006).

tal desejo, de proibir-se, ou seja, um conflito entre as instâncias psíquicas, da vontade e da moral. Cito Freud:

A saúde da mãe era freqüentemente perturbada por uma afecção dos olhos, bem como por estados nervosos. Foi assim que ela se viu atraída por um contato muito íntimo com o pai, um homem alegre e experiente conhecedor da vida que costumava dizer que a filha ocupava o lugar de um filho e de um amigo com quem ele podia trocar idéias. Embora a mente da moça encontrasse estímulo intelectual nessa relação com o pai, ele não deixava de observar que a constituição mental dela estava, por causa disso, afastando-se do ideal que as pessoas gostam de ver concretizado numa moça [...] Ela se sentia, de fato, muito desconcertante por ser mulher (FREUD, 1893, p. 165).

As descrições sobre o comportamento de *Elizabeth* indicam que esta pertence a uma típica família burguesa. A aproximação com o pai faz com que a moça adquira modos de pensar que não são pertinentes ao sexo feminino. *Elizabeth* sente-se culpada por desejar, sente-se como estranha por ser mulher. Os sintomas histéricos revelam-se frente aos conflitos engendrados pela realização de uma fantasia inconsciente que está a serviço da realização de um desejo: “Ela recalcou uma idéia erótica fora da consciência e transformou a carga de seu afeto em sensações físicas de dor [...] Foi o círculo de representações de natureza erótica que entrou em conflito com todas as suas representações morais [...]” (FREUD, 1893, p.187).

O recalcado age sobre os desejos, que são barrados, julgados impuros ou indignos para as mulheres, refere-se à forma como as mulheres lidam com a sexualidade e devem ser compreendidos como atuantes em uma forma integrada no interior dos valores estabelecidos na sociedade moderna.

O catálogo de queixas da medicina familiar do século XIX consistia em aflições físicas originadas de ansiedade, prolongada tensão nervosa ou temor paranóico “a doença verde era um nome usado para designar a prisão de ventre crônica das mulheres [...] a doença branca acometia as mulheres que temiam sair de casa, pelo medo de serem expiadas” (SENNETT, 1988, p. 227). O autor ressalta que as análises das queixas eram atribuídas às questões fisiológicas, mas todos os relatórios de diagnósticos partiam de um ponto comum: medo de expressar ações espontâneas de se expressar erroneamente, medo das necessidades corporais de sentimentos no círculo familiar. O catálogo de queixas encontrado nos relatos médicos do século XIX atestam para os moldes de controle do comportamento feminino na expressão das ações e sentimentos, principalmente frente à sexualidade. “Quando uma sociedade propõe a seus membros que a regularidade e a pureza de sentimentos são o preço que pagam para ter um eu próprio, a histeria se torna a rebelião lógica se não a única” (SENNETT, 1988, p. 228). A educação ensinada às mulheres evocava uma conduta dissociada de qualquer interesse

sexual. A sexualidade da mulher era tida como ameaçadora para o homem<sup>19</sup>; deveria ser controlada e reprimida a fim de representar o lugar que deveria ocupar na família. Muito embora as causas históricas não se encerrem em uma questão de dificuldades do sujeito em lidar com fatores ambientais, as queixas das mulheres burguesas eram inerentes aos modos de vida que estavam predestinadas. Sennett evidencia que:

Ao descrever as causas para os sintomas apresentados por uma de suas pacientes, Breuer e Freud observam que a vida familiar monótona e a ausência de ocupação intelectual deixavam à paciente enfadonha e tediosa. Breuer observa que sintomas como o riso compulsivo são apresentados como reações a depressões no lar, que evitavam que a pessoa fosse consistentemente agradável; essa reação era “uma queixa tão comum entre mulheres respeitáveis” que parecia comportamento normal. (SENNETT, 1988, p. 228).

Não se ignorava a ausência de perspectivas sublimatórias ou a falta de demanda social como possíveis fatores que suscitavam os sintomas. No entanto, tais sintomas eram considerados como inerentes à conduta feminina, como se fosse uma forma de expressão da personalidade da mulher.

Em finais do século XVIII e em todo o período do século XIX, as moças consideradas de família, ou que recebiam uma “educação adequada”, pertencentes às grandes cidades européias, eram solicitadas a apresentar comportamentos bastante contraditórios. As primeiras pacientes de Freud, via de regra, foram moças educadas da família burguesa, preparadas para uma vida intelectual ou criativa que não tinha lugar no mundo em que viviam (KEHL, 2008). Se por um lado ainda vinham sendo educadas para o papel de esposa e mãe, por outro, o chamado mundo masculino, o mundo da política, das ciências, dos negócios, já não era mais uma referência tão distante e estendia-se aos redutos isolados das donas de casa e das moças solteiras – as quais, no entanto continuavam dependentes judicialmente dos pais e maridos. Diante de tal realidade, a histeria revela-se como uma “salvação para as mulheres” (KEHL, 2008). A histeria é compreendida como uma via de expressão inconsciente das mulheres frente a um período da vida moderna em que os valores inscritos no “ideal de feminilidade”, a exemplo da mulher não sucumbir aos ímpetos da luxúria; está impossibilitada de expressar seus desejos e ser considerada com um ser passivo, frágil, e inábil para os cuidados consigo mesma, entra em choque com as aspirações de tornar-se independente, de poder exercer atividades que estavam fora da esfera familiar ou privada. “A recusa das históricas em aceitar a feminilidade como modelo de subjetivação e de sua sexuação, deve ter criado uma crise para o próprio Freud” (KEHL, 2008, p.183). Ancoradas nos valores da sua época, as teorias

---

<sup>19</sup> Segundo Moraes (1996), em *Emílio ou Da Educação* (1995) Rousseau, descreve a perfeita educação para uma mulher tornar-se esposa e como a sexualidade da mulher era ameaçadora sendo necessário intenso controle para torná-la esposa e mãe.

freudianas indicam só conceber a mulher como signo. Baseadas na observação clínica, as teorias freudianas sobre feminilidade e sexualidade feminina estão fundamentadas na completa dependência da mulher ao homem. O que Freud evidencia é a posição da mulher sustentada pelo discurso da moderna sociedade civil. Nesse período, a sexualidade da mulher era tida como ameaçadora para o homem; deveria ser controlada e reprimida desde cedo pela educação para que a mulher pudesse, por um lado, estimular a virilidade masculina e, por outro, desempenhar a contento os papéis de esposa e mãe. Os ideais que evocaram princípios como autonomia, igualdade e liberdade indicam estar submetidos sob a ordem de controles e prescrições.

## 1.6 Relações Familiares e os Dispositivos de Controle

O crivo foucaultiano ressalta que na família moderna, o sistema de aliança dividiu o poder com uma nova estratégia outrora desconhecida: o controle da sexualidade. A família passa a ser o instrumento de troca entre a sexualidade e a aliança:

Essa fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma da família permite compreender certo número de fatos: que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha como ponto privilegiado de eclosão, a família; que, por esta razão, ela nasça “incestuosa” (FOUCAULT, 1984, p.103).

Compreende-se, portanto, que a família fundamenta-se em dispositivos ou redes que reúnem um conjunto de distintos elementos como leis, instituições, teorias, posições científicas, atos civis e discursos, ou seja, tudo o que pode ser expresso pela via da fala e pela ausência desta. Tais dispositivos tornam-se os regentes das ações dos sujeitos e são utilizados para estabelecer fronteiras entre o permitido e o proibido; entre o saber e o fazer. Nasce, portanto, com um fim específico: responder as inseguranças geradas por mudanças sejam econômicas ou psicológicas, cujo objetivo é regular as relações.

Pela lente foucaultiana o dispositivo de aliança é um sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, e transmissão de nomes e do patrimônio. Faz-se necessário para estabelecer o status social de famílias que detém propriedades e riquezas como também aos propósitos econômicos e as estruturas políticas. A importância da aliança decorre do vínculo entre grupos com o mesmo valor social, que se consolida através do casamento ao estabelecer relações de parentesco e através de prescrições normativas que define o que pode e não pode ser feito. Isso podia ser observado nos casamentos arranjados pelos pais para costurar acordos políticos. O objetivo é manter a trama das relações e manter a lei que as rege. O importante é o vínculo entre os parceiros; se articula com base na economia, com base no papel que os sujeitos podem desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas. O dispositivo está ordenado para a homeostase do corpo social, ou seja, para o equilíbrio entre a busca das necessidades e a satisfação destas. Tal homeostase é conseguida através da reprodução, no fato das alianças gerarem novas famílias, que carregam consigo os valores das antigas, fortalecendo os vínculos entre si. Os acordos da aliança objetiva a circulação de riquezas, de bens, mas também de apaziguamento nas relações sociais: através das alianças torna-se possível a eliminação de conflitos sociais como disputas e guerras entre as famílias, estabelecendo ligações pacíficas entre si. O importante é reproduzir, desmembrar as famílias

para a o engendramento de outras. Dessa maneira pode-se supor a compreensão da família muito menos como uma realidade afetiva que moral.

Já o dispositivo de sexualidade estabelece o domínio sobre as formas de controle. O que importa não é o reproduzir, mas como o reproduzir deve ser feito. Tal dispositivo pretende controlar a forma como homens e mulheres lidam com o prazer: “O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo mais global” (FOUCAULT, 1984, p.101). Por tal perspectiva, o objeto de análise e o controle são os modos como os poderes disciplinadores modernos funcionam no microcosmo da vida privada. Com isso, o dispositivo da sexualidade pretende impetrar controle nas formas de expressão dos prazeres. A técnica visa à edificação de fronteiras. Dito de outra forma, através da ligação de diferentes elementos, também atua na delimitação do permitido e do proibido, mas faz isto sustentado no cientificismo da sociedade moderna, através da implementação das técnicas de saber<sup>20</sup>, que pressupõe o estabelecimento de verdades, em contraposição aos saberes não legitimados. Cito Foucault:

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1983, p.132).

Permeado pelas relações de poder, o dispositivo aciona os sujeitos para determinar o proibido e condicionam os próprios sujeitos como agentes. Através do controle da sexualidade, a sociedade moderna, especialmente a família burguesa, assumiu formas de contenção da sexualidade na expressão dos sentimentos: “[...] foi na família burguesa ou aristocrática que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina” (FOUCAULT, 1984, p. 114). O autor indica o surgimento de quatro grandes dispositivos de saber e poder sobre o sexo, dentre os quais ganha destaque em seu discurso a histerização das mulheres e a pedagogização do sexo da criança. As mulheres, como mães, deviam estar acima da luxúria e dos prazeres sexuais.

Foucault ressalta:

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual esse corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada

---

<sup>20</sup> A exemplo das ciências como a medicina, psiquiatria e pedagogia (FOUCAULT, 1983).

deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua educação em negativo que é a “mulher nervosa” constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1984, p.99).

Longe da vida pública e ocupada com as demandas da família, elemento essencial da casa, a mulher é tida como tendo uma sexualidade excessiva, percepção que dota o sexo de um poder excessivo e, portanto, patológico, mas que deve servir ao corpo social, cujo controle, via fecundidade, deve ser regulado. O dispositivo evoca que a sexualidade feminina deveria seguir exclusivamente ao propósito nobre: gerar vida. Por tal concepção, a mãe, deve abster-se dos desejos sexuais, sua preocupação deve ser apenas com os cuidados com a família. Esta torna-se o lócus de fixação do controle da expressão da sexualidade da mulher.

Interpretada pela via do controle a sexualidade infantil passa a ser vista como algo que deveria ser evitada, coibida e punida. Orientados pelo saber científico, os pais surgem como os principais guardiões da moralidade das crianças<sup>21</sup>. Porém, os pais que barram a criança também são barrados na forma de satisfação dos seus prazeres. A família burguesa acaba por garantir a produção de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança. Dito de outra forma, a família garante a produção de uma sexualidade como objeto de saber. A sexualidade passa a ser utilizada para a determinação do comportamento normal e patológico. Dessa maneira, Foucault (1984), entende a sexualidade como um dispositivo histórico, um novo saber engendrado pelo poder: o saber do produto da estimulação dos corpos; da estimulação dos prazeres, dos novos discursos e o conhecimento sobre todos estes, formando uma nova tecnologia de controle:

As sociedades ocidentais modernas inventaram e instalaram, sobretudo a partir do século XVIII, um novo dispositivo que se superpõe ao primeiro e que, sem o pôr de lado, contribui para reduzir sua importância. É o dispositivo de sexualidade: como o de aliança, este se articula aos parceiros sexuais; mas de um modo inteiramente diferente. Poder-se-ia opô-los termo a termo. O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com as técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder (FOUCAULT, 1984 p.101).

A sociedade moderna instaura um dispositivo que não possui um sistema específico de regras. Pelo controle da estimulação dos corpos e dos prazeres, o proibido e o permitido são permeados por uma plasticidade, podendo atuar sobre o corpo das mulheres na reificação do seu lugar de mãe e no desvalor do próprio corpo da mulher como objeto de prazer dos homens; pode instalar a crença do amor distanciado do sexo e pode reprimir a sexualidade

---

<sup>21</sup> A criança é vista como um ser sexuado e deve ser controlada (FOUCAULT, 1984).

infantil como ordenação de um cuidado parental. O modo como a matriz familiar foi valorizada durante o século XVIII possibilitou que, em suas relações fundamentais, marido, mulher, pais e filhos fossem objetos dos principais elementos de atuação do controle da sexualidade: o corpo feminino e a precocidade infantil (FOUCAULT, 1984). A família nuclear e o lar burguês são tributários da criação de um ideal feminino, de mãe e de mulher que parecem sobreviver aos tempos contemporâneos, cuja principal função foi promover o enlace entre a mulher e o espaço privado, bem como a adequação feminina como detentora de personalidade passiva para sustentar a virilidade masculina. A adequação das mulheres a essas funções foi fruto de uma enorme produção discursiva, que faz parte da história de constituição do sujeito moderno e possivelmente do sujeito contemporâneo.

Kehl (2008), ressalta que o olhar foucaultiano revelador da sexualidade como controle permitiu uma nova compreensão sobre a historicidade do homem e da mulher, “vistos como objetos de um ponto de convergência entre poderes, formações discursivas, dispositivos de produção, de controle e de agenciamento libidinal” (KEHL, 2008, p.33). O sujeito aparece como resultado de uma operação de assujeitamento aos dispositivos. Nesse sentido, a genealogia foucaultiana firmou a ruptura decisiva com os pontos de vista que pregavam a universalidade da noção de como constituir-se sujeito. De acordo com tais princípios, não há sujeito universal. Há a soberania de um sujeito constituído, originado das práticas disciplinares e dos discursos científicos da modernidade (KEHL, 2008).

Compreende-se, portanto, que os sujeitos humanos e as relações que estabelecessem devem ser considerados pelo atravessamento dos fenômenos sócios, econômicos, históricos, políticos e subjetivos inerentes a própria constituição do humano e, portanto desvincilhados de qualquer determinação estrutural universalizante. Em outras palavras, os sujeitos humanos constituem-se através de um conjunto de diferentes elementos marcados pelas relações com o outro e sustentados em visões de mundo que estabelecem a ordenação de hábitos e costumes. Não por acaso os dispositivos de controle estão associados à nova estrutura política da sociedade moderna. Para manter a história das origens parece ter sido necessário a moderna sociedade civil estabelecer estruturas que cimentassem os alicerces de desigualdades: o domínio sexual feminino deveria estar sob a tutela do masculino. Através de dispositivos de controle foi possível legitimar a história das origens ou da civilização, no que concernem as prescrições normativas que caracterizam a família, na medida em que esta só pôde ser ordenada sob a autoridade do patriarca.

## **1.7 Modelo Familiar Patriarcal: características, forma de atuação e vigência.**

O Patriarcado não consiste apenas em uma forma de família baseada no parentesco masculino e no poder do pai. Consiste na premissa de que toda estrutura social nasce de um poder que o governo exerce sobre os membros da coletividade da mesma forma que o pai o exerce sobre as pessoas de sua família (PATEMAN, 1993). Compreende-se, portanto, que o patriarcado é a expressão de poder de um chefe sobre os subordinados, refere-se a uma forma de poder político, econômico e social com matriz familiar, embora o exercício do poder se faça presente dentro ou fora da família; sua característica fundamental consiste no poder exercido exclusivamente pelos homens:

Durante séculos, a família sob o comando da autoridade paterna, forneceu o modelo ou metáfora para as relações de poder e autoridade de todos os tipos. A argumentação patriarcal tradicional atribui todas as relações de poder ao regime paterno, porém a história da civilização é contada pelo surgimento do patriarcado como um triunfo social e cultural. O reconhecimento da paternidade foi interpretado como um exercício de razão, um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização todas elas realizações dos homens (PATEMAN, 1993, pp.49/50).

Pressupondo-se uma interpretação patriarcal do patriarcado, este pode ser entendido como um sistema de ordenações e prescrições que forneceu as bases para o processo civilizatório. O patriarcado é, então, uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: os homens fazem acordos entre si e subordinam hierarquicamente as mulheres; e os jovens e filhos estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. O direito político é, portanto paterno. Tanto as famílias como a sociedade são governadas por este, e tal governo, não prescinde de um consentimento, prescinde de uma relação de troca: a garantia do sustento econômico, do amparo político e social diante da proteção dada pela autoridade suprema, em troca da obediência: os filhos devem obedecer aos seus pais, às mulheres, a seus maridos, e os subordinados ao seu superior, encarnado na figura do pai protetor, sendo o paterno, em seu sentido literal, apenas uma das dimensões do patriarcado. A ordenação masculina ditada pelas normas patriarcais atribui um maior valor às atividades exercidas pela imagem paterna, como protetora e reguladora das relações, sejam estas entre os subordinados, não subordinados, entre os filhos e principalmente as mulheres, legitimando o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia destas. Portanto, o governo patriarcal se exerce sem fronteiras: está presente ordenando as relações sociais como força de Estado e está presente na ordenação das relações pertinentes a família.

Destaca-se a observação feita por Pateman:

Na Inglaterra do século XVII, a obediência dos súditos ao Estado era ensinada a partir do púlpito utilizando-se como analogia o poder paterno. No catecismo, o Quinto Mandamento era interpretado de modo a significar, em uma única declaração poderosa, que o Pai Civil é aquele que Deus instituiu como Magistrado supremo (PATEMAN, 1993, p. 44).

O patriarca governa através da força de instituições como o Estado e a igreja, ambas sustentadas pela obediência. À imagem de Deus, o pai é visto como a encarnação terrestre de um poder espiritual que transcende a carne. Família e sociedade estão no mesmo plano, são consideradas como o paradigma de um vigor imanente ou do próprio Estado. Dessa maneira, o patriarcado regula as relações de mercado ou econômicas como também as regras sociais e culturais sustentado nas relações afetivas e nas crenças constituídas através do simbolismo relacionado à proteção de todos por um “pai civil” com poderes supremos.

De acordo com Roudinesco (2003), a origem dessa imagem paterna pode ser encontrada nas características da família judaico-cristã:

Heróico ou guerreiro, o pai dos tempos arcaicos, é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias. Herdeiro do monoteísmo reina sobre o corpo das famílias e decide sobre os castigos infligidos aos filhos (ROUDINESCO, 2003, p.21).

O pai arcaico é o pai que é investido de autoridade suprema. O pai dos tempos arcaicos é o mesmo pai com poderes absolutos da suposta horda primitiva contida na história freudiana em *Totem e tabu* (1913) <sup>22</sup>. O pai da sociedade do início da era moderna que exerce o poder como um tirano e incita a ambivalência de sentimentos entre os filhos. A origem dessa imagem paterna é a mesma contida na história hipotética do contrato original: os homens estabelecem acordos entre si e inclui as mulheres como objeto destes.

Para consolidar seu poder, o corpo do pai, embora tenha como destino à morte, prolonga-se através da transmissão do nome aos seus descendentes e torna-se, portanto imortal: “O pai se torna na Idade Média um corpo imortal: carne e espírito, o germe e o logos, a natureza e o cogito” (ROUDINESCO, 2003, p.27). O pai se torna a figura de autoridade suprema, está acima dos limites da carne. Como guardião da família pode reificar uma mulher ou amaldiçoá-la até a morte, pode proteger um filho, destituí-lo ou condená-lo, sua lei se faz

---

<sup>22</sup> Na remissão que Rief (1979), faz a *Totem e Tabu*, ressalta que “Freud tomou um cuidado especial ao enfatizar o caráter repressivo da sociedade primitiva, pois nele, ele encontrou um modelo para o caráter repressivo de todas as sociedades [...] O pacto social aparece como uma resposta contra-revolucionária a derrota do governo patriarcal” (RIEF, 1979, pp.229/ 230). O entendimento consiste em reconhecer que o governo do pai autoritário foi substituído por um governo que promove a liberdade.

presente mesmo com a ausência do corpo, através da esposa e dos filhos que carregam o seu nome.

Porém, chega o tempo em que a opressão centrada no poder patriarcal exercida pelo pai que detém a autoridade suprema, volta-se para a direção oposta, e os filhos reclamam para si o ideal de um logos que a lei paterna deveria lhes transmitir. Roudinesco destaca:

Se o pai era claramente, a imagem de Deus, o depositário de uma palavra que jamais reduzia a alma a um corpo carnal, certamente era preciso admitir que o filho fosse por sua vez, capaz de perpetuar, enquanto filho o ideal desse logos que o verbo paterno lhe transmitira (ROUDINESCO, 2003, p.29).

Concebendo o pai como uma imagem divina, que exercia o poder acima dos limites naturais ou da carne, os descendentes deste reclamam para si os mesmos direitos. Os filhos querem a imanência concedida ao pai, os filhos querem o mesmo direito exercido sobre as mulheres. O que está em jogo é que o mesmo domínio exercido pelo pai deveria ser distribuído entre os filhos. E ao negá-lo, o pai se faz parecer um mero mortal amesquinhado. E os filhos promovem a destituição política e social do pai. Esta foi a via que permitiu a fundação da sociedade civil que prima pelo indivíduo e destitui a autoridade absoluta do patriarca: o pai que tudo pode e tudo vê, torna-se uma ameaça e é confrontado pelo ideal de um pai fraterno, respeitado e não temido. O poder patriarcal sobre os filhos deve ser destituído. A figura do patriarca como autoridade suprema, deve esvair-se e morrer, deixando lugar para o pai domesticado.

Destarte, o pai aniquilado da suposta horda primitiva contida nas suposições freudianas sobre a origem da sociedade, o que está em jogo é a contestação do patriarcado como forma de poder político e social, e em seu lugar a proposta do contrato moral e social que permite aos filhos partilhar os mesmos direitos que só pertenciam ao pai. Esse novo contrato moral e social faz nascer a noção de “indivíduo” elemento fundamental do contrato social que pretende estabelecer a autonomia e liberdade para todos, tornando-os indivíduos e livres. Ser indivíduo significa a renúncia à tutela do pai, significa a derrocada política do pai com poderes incontestáveis e absolutos. Separa-se, portanto, o poder patriarcal político do poder patriarcal familiar, o patriarcado como forma social é substituído pela moderna sociedade civil sustentada por relações fundamentadas em contratos. Os filhos não mais obrigados a obediência cega ao pai, ganham a autonomia de adultos. Ambos ficam, portanto, em posição política de igualdade para exercer seus direitos como indivíduos livres. E a figura do pai, é reinvestida em seu poder, com a missão de tornar-se “um pai justo, submetido à lei e respeito dos novos direitos adquiridos em virtude da declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão” (ROUDINESCO, 2003, p.39). Nascem, portanto, as relações sustentadas pelo contrato social. Este é o signo da morte dos poderes políticos da autoridade suprema centrada na figura do pai. A abolição do primado do poder patriarcal indica um acordo entre os homens.

Pateman (1993), observa que uma das maiores confusões acerca dos debates e explicações sobre o patriarcado deve-se ao fato das histórias hipotéticas sobre o desenvolvimento da família patriarcal ou da sociedade civil ser contadas como histórias das origens da sociedade humana ou da civilização. Essas histórias são contadas nas narrativas freudianas sobre a origem da sociedade e nas interpelações lévi-straussianas sobre a origem da família e da sociedade. Factíveis ou não, todas as histórias parecem convergir para os mesmos propósitos: consolidar os direitos dos homens sobre as mulheres seja através das alianças constituídas com base na troca de mulheres, seja através das alianças estabelecidas com base em acordos entre os homens. Ambas indicam manter a assimetria sexual nas relações entre homens e mulheres. O que se pode observar é que tais histórias não destacam as relações de desigualdades entre os sexos. Pelo contrário, convocam o entendimento e a aceitação de que as relações entre homens e mulheres são mantidas com base em direitos e deveres equânimes, através de um acordo de reciprocidade e cooperação que funda a família, ficando, portanto, omissa a dissimetria nas formas das relações sexuais e conjugais entre homens e mulheres e, portanto, omitindo-se a história do contrato sexual que estabelece as relações hierárquicas ou desiguais entre estes.

Assim, na contemporaneidade, o que se pode observar é o modelo patriarcal comumente aceito como um termo que está vinculado às relações sociais dos tempos arcaicos: “O modelo patriarcal foi quase que totalmente ignorado no século XX. A interpretação tradicional da história do pensamento político moderno é a de que a teoria e o direito patriarcais estão mortos e enterrados há 300 anos” (PATEMAN, 1993, p.38). Com o surgimento da moderna sociedade civil, os debates sobre patriarcado tornaram-se irrelevantes e são marcados por interpretações patriarcais; dentre as mais importantes e freqüentes estão dois argumentos inter-relacionados: patriarcado como uma relíquia do antigo mundo do status; como ordem natural de sujeição. Em outras palavras, um resquício do antigo mundo do poder ou do direito paterno que precedeu o mundo da moderna sociedade civil regida pelo contrato social. Isso significa que o modelo patriarcal que regia ou rege<sup>23</sup> a autoridade dos homens sobre as

---

<sup>23</sup> De acordo com o autor, o mundo não era igualmente patriarcal. “O poder dos pais, irmãos, maridos e filhos, embora virtualmente predominado em toda parte, de fato diferia entre as classes e culturas” (THERBORN, 2006, p.34).

mulheres, precisa deixar de ser apresentado como história da origem da sociedade humana ou da civilização, e precisa ser reconhecido como um modelo que ofusca e fortalece a permanência das relações de poder desiguais nas relações entre os sexos. O discurso ideológico e político que anuncia o declínio do patriarcado, baseia-se na idéia de que não há mais o direito do patriarca sobre as mulheres. Porém, uma vez mantido o direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, como se cada homem tivesse o direito natural de poder sobre a esposa, ainda prevalece às relações assimétricas e desiguais que se fizeram presentes nas relações patriarcais. O patriarcado pode ser nomeado ou até questionavelmente substituído por outro termo como gênero, falocracia ou androcentrismo (PATEMAN, 1993). No entanto, deve-se atentar para a força histórica da sua atuação em diversas culturas, atuando como alicerce político e ideológico na sustentação da dissimetria sexual entre homens e mulheres.

Entende-se, que na sociedade moderna o poder conjugal do contrato social é dos indivíduos homens e não do patriarca, é parte do direito sexual do homem sobre a mulher. O contrato social da sociedade civil que propõe a liberdade e a autonomia para todos os indivíduos indica que não eliminou o contrato sexual, pelo contrário, aquele só pode existir pela sustentação deste. Com isso, nas relações entre os sexos, o fato de homens e mulheres fazerem parte de um contrato de casamento, de estabelecerem uma relação conjugal antes de serem pais e mães, é esquecido, ocultando, portanto, a questão social mais ampla, que é o caráter das relações entre homens e mulheres e a abrangência do direito sexual do homem sobre a mulher.

Therborn (2006), ressalta que por volta de 1900 a família européia tinha sido submetida a três grandes mudanças: 1. a proletarização, que significa o crescimento da classe destituída de propriedade e dependentes da venda do seu trabalho. Esta mudança afetou o patriarcado, já que o pai proletário não possui bens para transmitir aos seus filhos e está submetido ao poder superior dos proprietários de terra ou de capital; 2. a urbanização também desafiou o patriarcado pelo caráter heterogêneo de várias opções de sobrevivência; 3. e por fim, a industrialização, após a separação em grande escala entre o lugar de trabalho e da casa, enfraquecendo o controle paterno. Mas, o poder do pai familiar se reproduziu no controle da economia do salário e das normas familiares. Therborn ressalta:

No século XIX, as mulheres casadas e solteiras européias eram totalmente subordinadas ao poder dos maridos e dos pais respectivamente: a lei francesa, até 1965, manteve a determinação – à qual recorria, até pelo menos 1962, a mais alta corte de lei privada da terra – de que a mulher casada teria de ter a permissão de seu marido para trabalhar fora de casa [...]. Baseado no Código Civil Napoleônico a lei

prussiana de 1851 proibia a participação das mulheres nos comícios políticos e sua filiação a associações políticas e pela contínua exclusão delas da educação superior (THERBORN, 2006, pp. 46/49).

Pode-se compreender que ainda no século XX o vigor do contrato sexual se mantém pelo controle das mulheres ou pela manutenção das desigualdades de poder entre os sexos. Ao considerar os índices apresentados pelos especialistas, a omissão do contrato sexual nas histórias reais ou hipotéticas da origem da civilização, parece ter significado uma via de manutenção das relações de poder sexualmente hierarquizadas. E a família contemporânea, centrada no indivíduo, parece indicar a manutenção de uma ordem familiar de desigualdades, contidas ou expressas nas ordenações e prescrições que são características do modelo patriarcal.

Nesse sentido, Castells (2002), ressalta que estruturalmente o patriarcalismo afeta as sociedades contemporâneas ocidentais: “Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente do homem [...] através da organização da sociedade; da produção e do consumo a política; a legislação e à cultura” (CASTELLS, 2002, p. 169). Assim, pode-se admitir que na contemporaneidade, as características de tal instituição se afirmam nas relações familiares através da divisão sexual do trabalho, das condutas da mulher e do homem frente às atribuições domésticas e cuidado com os filhos que, de modo geral, continuam a ser realizadas pelas mulheres. Castells destaca que:

A família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada por processos inseparáveis de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. As forças propulsoras desse processo são o crescimento de uma economia informal global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pela luta da mulher e por um movimento feminista multifacetado, três tendências observadas a partir da década de 60. A incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado aumentou o seu poder de barganha em relação aos homens, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Além disso, colocou um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido). Primeiro os anticoncepcionais, depois a fertilização *in vitro* e a manipulação genética que se aprimora a cada dia são fatores que permitem a mulher e a sociedade controle cada vez maior sobre a ocasião e frequência das gestações (CASTELLS, 2002, p. 170).

Muito embora a família patriarcal nos moldes da sociedade moderna tenha apresentado considerável declínio, percebendo-se na contemporaneidade a eliminação da figura masculina como chefe familiar, bem como a quebra pelas mulheres, das fronteiras entre o público e o privado (conquistando a autonomia com a participação no mercado de trabalho, e de direitos e garantias como indivíduo), tais mudanças trouxeram conseqüências conflituosas: “[...] embora a discriminação legal tenha de certo modo diminuído, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual

quanto coletiva, ante a perda do poder” (CASTELLS, 2002, p.173). Pode-se supor que a liberdade social conferida às mulheres, parece não encontrar correspondente nos encontros afetivos: o imaginário masculino desenhado pelas histórias sobre as origens da família, em que a mulher é marcada como signo, encontra eco e parece ressoar, ainda hoje, no cotidiano dos homens, como se para as mulheres, o direito, a autonomia e liberdade não significasse direito de uso e de propriedade.

Assim, Negreiros e Féres-Carneiro (2004), evidenciam que nas sociedades ocidentais ainda se pode observar famílias pautadas sob diferentes modelos: o ‘antigo’, em que homem e mulher possuem identidades distintas sendo concebidos como seres diferentes em termos anatômicos, psíquico e social, e a partir daí com responsabilidades distintas: o homem é considerado provedor econômico e autoridade moral da família; a mulher mãe, cuidadora do lar e filhos, muito embora possa contribuir para o sustento familiar. Em concomitância, há o “modelo novo”, regido sob o signo da realização de projetos individuais (comumente observados em classes com maior poder aquisitivo), em que as fronteiras de identidades entre homem e mulher tornam-se mais flexíveis. Tal modelo evidencia uma menor rigidez na determinação das condutas dos sujeitos, com atuação da mulher em atividades nomeadas como masculinas. Porém, surge uma mulher ambivalente, dividida entre os cuidados da família e a realização dos seus projetos pessoais.

No modelo novo o homem não é mais o exclusivo provedor nem protetor familiar. Mas, tanto no ‘antigo’ como no ‘novo modelo’ observam-se desigualdades de gênero que podem gerar tensões e conflitos.

O que está explícito é que ainda há conflitos e diferenças relevantes nas relações sociais entre os sexos, muito embora o século XXI tenha consolidado mudanças no que tange as relações entre homens e mulheres, principalmente em relação aos direitos e garantias e da liberdade de escolhas dos filhos. De todo modo, especialistas sinalizam que continuam persistindo determinações discriminatórias nas condutas exercidas pela mulher e pelo homem na família e fora dela, a exemplo das atividades domésticas e da desigualdade salarial e, em alguns casos, nas situações de violência (SAFFIOTI, 2004). Na prática, a realização de projetos pessoais a exemplo de carreira, participação valorativa no mercado de trabalho, ganhos financeiros equivalentes ao gênero masculino ainda são fatores que revelam as desigualdades.

Os debates sobre a existência do patriarcado medieval ou moderno, como gênese das relações desiguais de poder entre homens e mulheres só destaca que há desigualdade e não responde por que ela existe. Pode-se supor que a relevância consiste em considerar que a base material

do patriarcado indica não ter sido destruída (SAFFIOTI, 2004). Se a sociedade contemporânea apresenta desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres, as discussões e debates devem estar atrelados aos pressupostos que constituem o contrato sexual e o contrato social, bem como ligadas ao entrelace de tais contratos. No entanto, tais pressupostos não são revelados pelos embates que priorizam as origens da civilização. A principal questão que se faz urgente na contemporaneidade é por em relevo as implicações do entrelace de tais contratos, principalmente na relação familiar, isso significa a desconstrução sistemática dos pressupostos que regimentam as desigualdades entre os gêneros. Nesse sentido, faz-se mister ressaltar o movimento de mulheres e em particular o feminismo, que pôs em questão a maneira como as relações sociais entre os sexos foram e são constituídas, indicando os pilares de desigualdades que as sustentavam, contribuindo para que novas formas de poder possam ser redesenhadas.

## CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE PODER REDESENHADAS

### 2.1 Feminismos: entraves e destraves

Therborn (2006), sustenta que o último século assistiu ao enfraquecimento dos modelos relacionais estabelecidos através do modelo patriarcal. Com a formação da moderna sociedade civil e a proposta de liberdade e autonomia para todos os indivíduos, as mulheres tiveram a possibilidade de contrapor suas realidades e de aspirar à vontade de afirmar a sua individualidade; as condições de possibilidade do questionamento das relações de assimetria sexual foram dadas:

Os desafios ideológicos ao patriarcado europeu vieram de duas formas. A primeira delas, o radicalismo protestante, cuja primeira grande manifestação foi o tratado de John Stuart Mill sobre a sujeição das mulheres, que se tornou instantaneamente, uma bíblia feminista, publicada no mesmo ano em todo o Império britânico [...] O principal ponto de Mill era o de que a subordinação de gênero se tinha tornado um dos principais obstáculos ao progresso humano. A igualdade de gênero não significaria apenas, um indizível ganho na felicidade privada da metade libertadora da espécie, mas implicaria também em “um aumento na reserva comum do poder de pensar e de agir e em uma melhoria nas condições gerais de associação entre homens e mulheres (THERBORN, 2006, p.45).

Os desafios ideológicos regidos pela ação discursiva que combatia o patriarcado fundamentam-se na proposta da eliminação da dissimetria de poder nas relações entre homem e mulher. A crítica consiste na condição de assujeitamento das mulheres, privadas dos direitos de direcionar as suas condutas em função da obediência aos valores de um modelo de família que as mantém como propriedades dos maridos. Influenciadas pelo ideal de liberdade prometida aos indivíduos, não era mais possível as mulheres aceitar a autoridade dos homens em troca de uma proteção que se tornava malogro ou prisão. Na família, isto pode ser entendido como alguma alteração de diferentes modos de relações entre homens e mulheres e conseqüentemente entre os filhos. As relações regidas pela autoridade do homem sobre a mulher é questionada e torna-se objeto de crítica frente às desigualdades de poder. O discurso ideológico que sustentava a autoridade e supremacia masculina sobre a mulher, bem como o modelo familiar regido pela autoridade do homem como proprietário da família, e ainda a figura da mulher como restrita ao lugar de mãe e dona de casa são postos em questão. A esse propósito, diz Beauvoir:

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser

humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de ter se apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas (BEAUVOIR, 1980, p.7).

Destronar o mito da feminilidade significa empreender-se em uma batalha sem precedentes: significa pensar a sexualidade feminina desvinculada da reprodução e do destino de ter como esposa e mãe sua condição de existência exclusiva. Afirmar a independência significa ter que garantir por si mesma sua existência como pessoa, numa sociedade em que ser mulher é sinônimo de reflexividade do espelho masculino. Tal empreitada não se dará sem grandes tensões e sucessivas batalhas.

Um dos primeiros movimentos destacados foi “A Convenção de Sêneca Falls e a declaração de 1848, que tornou-se um marco histórico feminista e reivindicou a reforma da lei da propriedade marital no estado de Nova York” (THERBORN, 2006, p.156). Tal movimento obteve a atenção dos defensores masculinos pertencentes às organizações e instituições que defendiam as fronteiras de gênero. A partir de movimentos como este as mulheres exerceram o direito de votar e de reivindicar mudanças da lei da propriedade que os homens exerciam sobre suas mulheres e sobre o patrimônio da família, engendrando as primeiras raízes do feminismo. Este pode ser compreendido como o movimento social que deu maior enfoque as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, principalmente sobre as relações familiares, possibilitando contar uma diferente história sobre as origens: “ “Sexismo” e diferença sexual tornaram-se moralmente os principais acusadores, tão graves como “racismo” e “discriminação racial” ”(BADINTER, 1986, p. 171). Nesse sentido, as críticas feitas pelo feminismo como movimento de libertação das mulheres do Ocidente, no fim dos anos 60, tomaram a forma de críticas fundamentais à família. O lugar da mulher como dona de casa e mãe é visto como sub-valorizados.

Politizando o entendimento desse estado de coisas, o feminismo passa a desafiar a visão da família como um domínio harmonioso e igualitário. “Nos anos 60 e 70 as perspectivas feministas dominaram a maioria dos debates e das pesquisas sobre a família evidenciando a violência nas relações entre homem e mulher na esfera doméstica” (MORAES, 1996, p.84). Sob a luz de tais observações, o feminismo pôs em dúvida a visão da família como instituição harmoniosa ou como unidade cooperativa, baseada em interesses comuns, e apoio mútuo, questionando padrões e características da família centrada na superioridade e autoridade masculina, destacando a dissimetria de poder nas relações familiares. A família deixa de ser

vista como lugar de harmonia e cuidado e passa a ser vista como o lugar onde as desigualdades de poder entre homens e mulheres revelam sua maior expressão.

Assim, de acordo com Rago (2001), não há dúvida que as mulheres do século XX tenham conquistado uma importância fundamental em direitos políticos e civis e no espaço público ocupando profissões outrora determinadas como masculinas: “As mulheres brilham [...]. Ao mesmo tempo, parece que se ouve falar cada vez menos do feminismo, sobretudo no senso comum, estão convencidos de seu desaparecimento” (RAGO, 2001, p.06). Em outras palavras, a quem ou ao que se deve as conquistas das mulheres na contemporaneidade? Não há como ignorar a significativa relevância do feminismo como movimento social que contribuiu para modificar as formas relacionais de convivência entre homens e mulheres ao questionar a superioridade masculina acerca de direitos e garantias sociais e políticas.

O feminismo surge como um movimento que pretende revelar e anular a dissimetria entre os sexos<sup>24</sup>. Com essa finalidade propõem a igualdade de direitos e a equidade frente aos direitos dos homens. O feminismo nasce como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram exercidos apenas pelos homens (MACHADO, 2000).

Em outras palavras, o movimento feminista pretendeu explicitar o que já era prática comum no dia a dia da vida familiar: o fato das mulheres sempre trabalharem em prol da família, no cuidado da casa e dos filhos, sem, porém, terem o direito político e civil de atuar e determinar seus próprios destinos na vida pública e privada. O feminismo tornou evidente que os ideais

---

<sup>24</sup> Cova (1998), ressalta que a invenção do termo feminismo é atribuída abusivamente, ao utopista Charles Fourier (1772-1837), por volta de 1830. As feministas francesas vêm em Charles Fourier um precursor do feminismo, bem como o Marquês de Condorcet (1743-1794) e Léon Richer (1824-1911) são personalidades emblemáticas para as feministas. Este último é o fundador, em 1882, da *Liga Francesa para os direitos das mulheres*, com a finalidade de obter a igualdade entre os dois sexos. O termo feminismo surgiu na França, entre os anos 1870-1880 e propagou-se para outros países no virar do século. Antes dos movimentos feministas se organizarem, existiram, desde sempre, atos feministas isolados em defesa das mulheres.

De acordo com Therborn (2006), o nascimento oficial do feminismo organizado, ocorreu em 1848 em uma capela em Seneca Falls, nos Estados Unidos. Em 1857 é fundada a União das Mulheres Cristãs pela Temperança, emergido do meio-oeste americano. Seu papel histórico principal foi a promoção de uma agenda feminista que culminou em 1883 com o direito de voto às mulheres na Nova Zelândia e na nova Comunidade da Austrália em 1901. As feministas americanas engajaram-se em uma prolongada luta em defesa dos direitos da mulher à educação, trabalho e poder político, que culminou em 1920 com a conquista do direito de votar. Após esta vitória, o movimento exclusivamente feminista surge partir da década de 60.

Em 1966, Betty Friedan cria a Organização nacional da Mulher (NOW) com o objetivo de defesa dos direitos das mulheres, passando a exemplificar o feminismo liberal típico, concentrando seus esforços na igualdade de direito para as mulheres em todas as esferas da vida social econômica e institucional (CASTELLS, 2002).

estabelecidos na moderna sociedade civil e nos pressupostos do contrato social, que preconizava a igualdade de direitos para todos os indivíduos, não os sustentavam validando-os para ambos os gêneros, muito menos assumindo no concreto a exigência do usufruto da liberdade e regência autônoma das condutas femininas. Com esse propósito “os primeiros movimentos do feminismo referiram-se a emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado<sup>25</sup>, e pela incorporação no estado moderno, industrializado, como cidadãs nos mesmos termos que os homens” (MACHADO, 2000, p.64). As principais reivindicações centraram-se essencialmente no direito ao voto, e pela afirmação do estatuto de sujeito, ou seja, sujeito livre para agir, para determinar projetos próprios, para eliminar fronteiras entre o público e o privado e para lutar pela equidade dos direitos em relação aos homens<sup>26</sup>. Por tais perspectivas, a reprodução foi abordada como principal fator de desigualdade e de opressão das mulheres. Os principais focos centraram-se em questionamentos acerca da contracepção, do aborto e da violência sobre as mulheres. Em 1960, as especificidades do corpo feminino, como a gravidez, maternidade e a lactação foram consideradas como barreiras que impediam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, Grosz (1994), ressalta que os primeiros movimentos do feminismo identificavam o corpo, como o local de poder, como o lócus de dominação e exploração. Porém, muito embora conscientes da força ideológica que impõem limitações às ações das mulheres, o corpo foi um ponto cego conceitual nos movimentos iniciais da teoria feminista. Grosz ressalta:

O feminismo adotou acriticamente muitas das suposições filosóficas em relação ao papel do corpo na vida social, política, cultural, psíquica e sexual e, pelo menos neste sentido, pode ser visto como cúmplice da misoginia que caracteriza a razão ocidental. Feministas parecem compartilhar uma visão comum do sujeito humano como um ser constituído por duas características opostas dicotomicamente: mente e corpo, pensamento e extensão, razão e paixão, psicologia e biologia. Esta bifurcação do ser não é simplesmente uma divisão neutra de um campo descritivo abrangente. O pensamento dicotômico necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa (GROSZ, 1994, p.72).

---

<sup>25</sup> Subordinação pode ser definida como uma relativa falta de poder. Considera-se subordinação de gênero quando as mulheres não estão no controle das instituições que determinam as políticas que afetam as mulheres tais como os direitos reprodutivos ou a paridade na falta de empregos (STREY, 2009).

<sup>26</sup> Tais reivindicações foram parte do repertório do movimento feminista, denominado feminismo da igualdade ou “primeira onda”. De acordo com Grosz (1994), o movimento desenvolveu-se no final do século XIX, anos 60 (nos Estados Unidos) e nos anos 70 (na Europa e difundindo-se pelo mundo inteiro nas décadas seguintes) com a participação da filósofa francesa Simone de Beauvoir, posteriormente Betty Friedan entre outras feministas liberais e humanistas.

Pode-se compreender que na interpretação do “feminismo da igualdade”, o corpo feminino foi visto como uma barreira que dificultava a ascensão das mulheres no espaço público, como se tal fosse o limitador para a efetiva participação das mulheres no mundo da razão masculina: o corpo feminino era visto como uma barreira, que precisava ser superada para obter igualdade entre os homens. A mulher na figura de mãe era tida como empecilho, um entrave para que a mesma se tornasse ativa na esfera política e na vida pública; ao mesmo tempo a maternidade era vista como uma via que permitia aos corpos e as experiências das mulheres uma percepção especial, algo que os homens, via de regra, não podem realizar. Ou seja, há uma dicotomia que classifica os corpos tanto feminino, como masculino: o mesmo corpo que era visto como entrave para o acesso aos direitos exercidos pelos homens era reconhecido como um domínio especial que os homens não possuem. Porém, o corpo masculino, diferentemente da mulher, não era concebido como algo que limitava a conduta do homem. Dito de outra forma, o feminismo da primeira geração estava atrelado a uma visão de mundo excludente que não concebia o natural sob diferentes formas de pensar ou simbolizar. Os pontos de vista das primeiras reivindicações do feminismo indicavam estar sob influência de suposições que denotavam a dicotomia entre natureza e cultura, entre emoção e razão. “Nesse sentido, tanto o corpo feminino como masculino eram considerados como biologicamente determinados e fundamentalmente alheios ao aprimoramento cultural e intelectual” (GROSZ, 1994, p.62). Havia, portanto, uma separação entre uma mente sexualmente neutra e um corpo sexualmente determinado e limitado.

No entanto, seria o domínio natural de gestar a vida o empecilho para valorização da mulher no espaço público, ou as crenças ou forma de valorização desse domínio? O que estava implícito não era a posição da mulher como mãe ou dona de casa, mas sim o valor que a sociedade atribuía a tais posições como sendo atividades que são exercidas por mulheres e, portanto, de menor qualificação. Se concebermos as necessidades da reprodução biológica como determinantes da organização simbólica da divisão social do trabalho e, de toda a ordem natural e social, a natureza torna-se um epifenômeno. Uma idéia de que a assimetria de poder entre homens e mulheres e dominação/exploração destas ocorrerem em função de terem um corpo inadequado, isto é, feminino, ou potencialmente maternal, só pode ser justificada através de um determinismo biológico contido nas histórias das origens que pretende naturalizar a assimetria de poder nas relações entre os sexos. Assim, não é o fato das mulheres gestarem filhos que limitaria a autonomia sobre si ou sobre seus corpos, mas a concepção de fragilidade ou vulnerabilidade que é atribuído ao corpo da mulher, que convocava a aceitação de um paradigma de subordinação e limitação social. Nesse sentido, qualquer movimento em

direção a equidade das relações entre os sexos tornavam-se irreconciliáveis; tornavam-se “um malogro”, ou seja, as mulheres, como seres que gestam, estariam sempre em desvantagem em comparação aos homens.

Entre embates e destraves as propostas ideológicas concernentes aos primeiros movimentos do feminismo foram postas em questão percebendo-se que tal entendimento continha como ponto basilar os mesmos princípios de visão ideologizante que fundamentavam a dissimetria de poder nas relações entre os sexos. As relações desiguais de poder entre homem e mulher não podem ser entendidas como resultado das diferenças biológicas entre estes (SAFFIOTI, 2004).

A mulher, como mãe, tem que responder aos imperativos de um corpo que requer cuidado e acolhimento ao gerar vida, mas essa realidade não pode ser utilizada como um viés que incapacita a participação das mulheres nas determinações dos seus destinos manifesta de modo especial, pela luta em prol da participação ativa na vida pública e privada. Como agente de um domínio sexual que possui um corpo que gesta a vida, deve, conjuntamente com o homem, participar das ordenações sociais e políticas que pavimentam o seu próprio destino e o destino dos seus filhos. As diferenças biológicas entre homem e mulher devem ser vistas como uma diversidade vital para o sentido do humano e não para a hierarquização entre os sexos.

Baseada em tais pressupostos, a segunda geração<sup>27</sup> do feminismo propõe a equidade de direitos considerando a relevância das diferenças anátomo-fisiológicas pertencentes a cada sexo (GROSZ, 1994).

Grosz (1994), salienta que a segunda geração do feminismo (ou feminismo da segunda onda) surge nas décadas de 60/70 especialmente nos Estados Unidos e na França e se prolonga mais ou menos até meados dos anos 80. O movimento das mulheres das décadas de 1970 e 80 caracterizou-se como um movimento político. A partir do projeto político, surgiu um projeto intelectual acadêmico de fato: a teoria feminista. Tal teoria em geral foi entendida como forma de política, ou como "política por outros meios". Pretendia facilitar a mudança no modo de vida cotidiana analisando e expondo o papel que as ideologias de gênero

---

<sup>27</sup> Grosz (1994), salienta que a segunda geração do feminismo inclui a maioria das teóricas feministas contemporâneas: Julia Kristeva, Michèle Barrett, Nancy Chodorow entre outras feministas marxistas, psicanalistas, e todas as teóricas envolvidas com a noção de construção social da subjetividade. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas enfatizavam o valor da diferença sexual entre homens e mulheres, destacando a especificidade da experiência feminina. As feministas francesas tiveram influência do pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida.

desempenham (e tem desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização. Isso significava reexaminar as suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico – história, literatura, ciência política, antropologia, sociologia, psicologia, etc. Compreende-se, portanto, que não é o corpo que instaura os limites das ações dos sujeitos, mas a história social em que os corpos estão inscritos, ou seja, através da subjetividade e da singularidade das experiências do homem e da mulher.

Nesse sentido, concebe-se que as subjetividades são construídas em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo, conforme arrazoa Grosz:

Ao invés de ser codificada por uma oposição natureza/cultura, como para as feministas igualitárias, a oposição mente/corpo é agora codificada pela distinção entre a biologia e a psicologia e pela oposição entre os domínios da produção/reprodução (corpo) e da ideologia (mente). Esta codificação não está diretamente relacionada com a oposição macho/fêmea já que tanto homens quanto mulheres participam nos domínios materiais e ideológicos; mas no interior de cada um desses domínios, as posições de homens e mulheres são distintas. No domínio material da produção, os homens funcionam no interior do modo de produção enquanto que as mulheres, mesmo que funcionem na produção, são como mulheres, largamente alocadas ao modo de reprodução (GROSZ, 1994, p.73).

Abandona-se, portanto, a dicotomia natureza e cultura, compreendendo-se que é no interior do domínio ideológico que as mulheres são concebidas como passivas e femininas, e os homens como ativos e masculinos<sup>28</sup>. Questiona-se a posição valorativa dada ao homem como fonte produtiva de riquezas em detrimento da mulher, que mesmo agente de fontes produtivas está atrelada a idéia dos limites de um corpo reprodutivo. Nesse sentido, os princípios do feminismo da segunda geração compartilham com os mesmos ideais que promulgam o corpo como um entrave ou em consonância com a visão biológica determinada do corpo e a manutenção do dualismo mente/corpo. A mente é vista como um objeto social, cultural e histórico, um produto da ideologia; e o corpo permanece naturalista e pré-cultural. Diferem, entretanto, quando atribuem que não são as diferenças anatômicas em si, mas a visão de mundo que classifica as diferenças e agem como vetor para as desigualdades de poder entre homens e mulheres. A distinção entre o corpo como objeto anátomo-fisiológico e o corpo como um objeto de representação é uma suposição fundamental. Dito de outra forma, a anatomia define o sujeito como macho ou fêmea, mas a definição do corpo da fêmea como sendo do sexo feminino, e o corpo do macho como sendo do sexo masculino, é uma representação de constructos sociais, ancoradas no naturalismo científico das ciências positivistas. Por tal perspectiva a oposição sexo/gênero, que também se fundamenta a partir da dicotomia natureza/cultura, sendo o corpo biológico e a cultura uma construção social,

---

<sup>28</sup> O corpo masculino não é visto como lugar de reprodução. Pelo fato de não gestarem o filho, os homens desvinculam-se dos cuidados com a criança e parece não estar envolvidos na reprodução (MORAES, 1996).

ainda se mantém. “Supondo que a biologia ou o sexo são uma categoria fixa, as feministas tenderam a centrar-se nas transformações no nível do gênero” (GROSZ, 1994, p.76). O objetivo era neutralizar os valores atribuídos as diferenças anátomo-fisiológicas do corpo do homem e da mulher, dando-lhes significados que promovam a alteração do funcionamento psicológico de cada gênero suplantando a hierarquia valorativa que discrimina o gênero masculino e o gênero feminino. Com isso, pretende-se engendrar relações mais equânimes entre os dois sexos a partir de um devir psicológico acerca das relações de gênero. Em outras palavras, não é a partir da mudança do corpo que as desigualdades serão suplantadas, mas da re-significação das condutas que classificam formas de ser homem ou mulher. Relações mais equânimes entre os sexos não significam ignorar ou alterar a realidade do corpo. Entende-se que o corpo é uma via para uma alteração psicológica, mas não se encerra na simbolização dos valores que são relacionados a este. O corpo do homem e da mulher é, e possivelmente será sempre o mesmo: macho e fêmea. O manejo dos símbolos relacionados a estes é que darão novos sentidos ao significado de ser do gênero masculino ou ser do gênero feminino.

Assim, são fundamentadas as ações da terceira geração do feminismo<sup>29</sup>, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças e da alteridade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença (MACHADO, 1992).

Contrastando tanto com o feminismo da diferença quanto do feminismo da igualdade, nas propostas engendradas pelo feminismo da terceira geração, o corpo é crucial para a compreensão da existência psíquica e social da mulher, mas não é mais visto como um corpo a priori, pronto e, não cultural. A importância da análise está no reconhecimento do corpo vivido: “O corpo não é nem bruto, nem passivo, mas está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles” (GROSZ, 1994, p.77). O que está implícito é a negação a dualidade corpo e mente. O corpo é visto como um instrumento cultural, político, social e cultural. O corpo é, ao mesmo tempo, natural e cultural. O feminismo da terceira geração reconhece as diferenças biológicas entre o corpo da mulher e

---

<sup>29</sup> Já a terceira geração do movimento feminista foi direcionada por um grupo de filósofas sociólogas, antropólogas como Judith Butler, Luce Irigaray, Jane Gallop, Monique Wittig entre outras. O movimento é fruto da intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia de ciências. A autora destaca que as feministas da terceira geração “tendem a suspeitar da distinção sexo/gênero e a se interessar menos pela questão da construção cultural da subjetividade do que pelos materiais com os quais tal construção é feita. Problematicaram as teorias essencialistas ou totalizantes das categorias fixas e estáveis do gênero presentes nas gerações anteriores. Nas gerações anteriores, o gênero era definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina nas pessoas (GROSZ, 1994). Na terceira geração, as feministas refutaram tais proposições, desnaturalizando e desconstruindo a perspectiva de gênero das gerações anteriores. O gênero passa a ser uma categoria relacional e política (SCOTT, 1988).

do homem, mas não atribui a este o encargo de todas as produções ideológicas que lhe são ordenadas. Entende-se, portanto, que não há mais espaço para a valoração da dicotomia sexo/gênero. Porém, não há respostas ou caminhos direcionados para suplantar os efeitos historicamente produzidos do sentido de sexo como aprioristicamente natural, e do sentido de gênero como socialmente engendrado. Desse modo, o feminismo não evoca a noção do corpo desvinculado das ordenações sociais, culturais, sociais ou discursivas, mas um corpo como objeto social e discursivo, um corpo vinculado à ordem do desejo, do significado e do poder. Possivelmente este é um dos caminhos mais eficazes para a compreensão dos valores atribuídos ao corpo feminino e masculino e dos embates entre os princípios feministas e as prescrições normativas que regem o modelo patriarcal. A relevância reside na forma como são vinculados ao corpo, fenômenos naturais ou biologicamente determinados sustentados por uma visão de mundo que atribui como signo, o corpo e as condutas das mulheres. Em contraponto, o corpo pode ser visto como um símbolo fundamental, o lugar de contestação, de embates, de lutas políticas, sexuais, econômicas e sociais.

Nessa perspectiva, o feminismo como movimento social apresenta uma plasticidade que suscita discursos e práticas tanto nas questões que ressaltam as desigualdades de gênero, como de raça, classe, etnia e expressão da sexualidade. O emprego da expressão feminismo esconde um mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogêneo de ideologias que parecem centraram-se em parâmetros de igualdade e diferença entre os sexos. Machado (2000), salienta que toda a reflexão sobre o feminismo deve delinear os contornos dessa noção. Se os estudos dos conflitos que envolvem as mulheres são relacionados com o feminismo, isso não significa que a história das mulheres se reduz à história dos feminismos. Porém, deve-se reconhecer que tais movimentos se encontram na origem das interrogações sobre a história das mulheres.

Nesse sentido, faz-se relevante considerar a diferença entre mulher e subordinação e mulheres subordinadas. A mulher em situação de desvantagem acerca das garantias e direitos como sujeitos livres e regentes de suas condutas, revela a condição de desigualdade de poder entre os sexos. Mas, mulheres têm diferentes realidades em relação à dissimetria de poder na família e na sociedade. Mas as desvantagens indicam ser comuns há quase todas, muito embora as realidades sejam diferentes. A exploração/subordinação não se dá mesma forma, nem são aceitas por todas as mulheres: para muitas, as desigualdades estão atreladas as diferenças de classe e raça/etnia. Para outras, as reivindicações consistem na livre expressão da sexualidade, como também em questões no âmbito do mercado de trabalho, no que se refere ao trabalho mal remunerado (ou na ausência de equidade frente às atividades exercidas

comparativamente aos homens), muito embora se reconheça que o trabalho não é a via de libertação e igualdade.

Assim, sob a bandeira do feminismo esconde-se uma variedade de feminismos que, no entanto, convergem para contestar pressupostos de dominação, exploração e discriminação acerca dos sujeitos humanos, dos seus modos de vida e da livre expressão das suas singularidades.

Faz-se relevante destacar o movimento feminista de caráter socialista/marxista que visa combater a exploração de classe e da posição da mulher como essencialmente reprodutora: “Ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e apropriações [...] tanto do valor produzido pelas mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu corpo, voz, re- e a-presentações” (CASTRO, 2000, p.99). Considerando que a explicação das origens e formas de opressão das mulheres não podem ser encontradas fora das leis de desenvolvimentos sociais e das questões sobre o direito de propriedade. O direito ao trabalho é considerado um fator de emancipação das mulheres, apesar do seu caráter discriminatório e opressor no capitalismo. (CASTRO, 2000; SAFFIOTI, 2004; 1979) Assim, colocam a necessidade de alteração da base material e da superestrutura da sociedade em termos ideológicos e culturais, instituindo-se um novo regime político e social, considerando as condições materiais e históricas em que foram constituídas. Mas, sobretudo ampliando os debates sobre as relações/conceito de gênero e classe social que não abarcam a complexidade inerente a pressupostos ideológicos, ou seja, dos discursos e práticas pertinentes as relações sociais e interpessoais.

Também faz-se relevante ressaltar a forma como as mulheres negras, convivem com as desigualdades de gênero, e raça, indubitavelmente diferente do gênero. Os conflitos vividos pela mulher negra, numa sociedade, tanto racista quanto sexista, não pode ser compreendido como se tal fosse um acréscimo ou corolário a um conjunto de discriminações vividas pelas mulheres. Implica em um outro tipo de opressão e discriminação. “O contato com as vidas das mulheres negras<sup>30</sup> [...] levou os anos 80 à descoberta, surpreendente de início aos olhos das feministas brancas de que a mulher negra nunca é simplesmente uma mulher” (PIERUCCI, 2000, p.135). Nesse período os meios acadêmicos foram alertados pelo feminismo negro, que o paradigma feminista racial terminava por substituir, e reproduzir em outra ordem, os

---

<sup>30</sup>De acordo com Pierucci (2000), na década de 80, a escritora americana feminista *bell hooks*, impetrou um grito de protesto anti-racista proferido de dentro do feminismo etnocêntrico com o livro intitulado: “E eu, não sou uma mulher? ”. O livro apresenta fases que parte de um modelo anti-racial, ao enfoque bi-racial até a perspectiva multicultural. Tais fases são similares as gerações ou ondas pertinentes ao movimento feminista.

mesmos padrões enviesados da cultura ocidental moderna que convoca a supremacia e autoridade masculina: substituir o homem universal, por uma mulher branca universal (PIERUCCI, 2000). Na mulher negra, raça e gênero estão fortemente entrelaçados, são experienciados no mesmo corpo e se constituem mutuamente, sem serem, contudo, experiências idênticas. Dois processos diferentes, perfeitamente individuais em seus efeitos, mas irreduzíveis uma o outro, em constante tensão e continua transformação (PIERUCCI, 2000; PATEMAN & MILLS, 2009).

O feminismo lésbico também vem contestar discriminações entrelaçadas no que se refere às discriminações de gênero e da sexualidade, como forma de separação radical e consciente das mulheres em relação aos homens, considerados como a fonte de opressão das instituições indissociáveis dos pressupostos patriarcais e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2008). Critica-se o binarismo que constitui a noção de homem e mulher através da heterossexualidade compulsória ou de uma lei imperativa, que classificam o macho e a fêmea como seres inscritos exclusivamente numa realidade sexuada, por via de uma divisão socialmente construída que só pudessem conceber relações hierarquicamente determinadas.

Entende-se, portanto, que as três gerações do feminismo<sup>31</sup>, tanto em seus aspectos políticos quanto teóricos epistemológicos, não podem ser entendidas através de uma perspectiva histórica linear, nem homoganeamente centrada em contestações específicas. As diferentes propostas observadas nas gerações do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade, incorporando as discussões e contestações sobre diferentes paradigmas acerca de situações de dominação, exploração e discriminação que envolve questões de gênero raça/etnia, classe e sexualidade.

Porém, o tempo demonstrou que os impasses e as implicações dos feminismos, como movimentos de contestações dos padrões morais opressivos nas relações familiares e nas relações sociais mais amplas; na contestação de políticas sociais excludentes e discriminação de gênero, raça e classe, acerca das mulheres e a criação de uma nova subjetivação feminina e masculina desvinculadas de desigualdades, não se resolveriam tão facilmente com discursos e práticas de vontade, por se tratarem de questões de ordem não apenas política, sócio cultural, mas também psicológicas. Há que se considerar as diferentes realidades vivenciadas nas relações entre os sexos, em muitos casos, afetadas, por problemáticas sociais e de

---

<sup>31</sup> As gerações ou fases no feminismo, também conhecidas como 'ondas do feminismo' ocorreram em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas em cada tempo (SCOTT, 1988). Não há, na atualidade, um só feminismo, mas vários feminismos que coexistem enquanto movimentos políticos e teórico-epistemológicos.

subsistência. No que concernem as relações na família, as realidades, não raro, estão imbricadas por sentimentos e afetos que não se tornam claramente perceptíveis, às causas ou soluções, frente a experiências emocionais negativas relacionadas às desigualdades de gênero ou quaisquer desigualdades. O valor afeto<sup>32</sup> é a principal força que explica a permanência da família na história da humanidade. E como tal, torna-se um instrumento privilegiado de sustentação do poder (SAWAIA 2008). Assim, toda e quaisquer situações de conflitos entrelaçadas por sentimentos e afetos são objetos de profunda complexidade, suplantando as referências ideológicas que pretendem dar respostas para tais fenômenos. Os entraves nas relações sociais e interpessoais entre os sexos frente à dissimetria de poder ainda se fazem objeto de discussões epistemológicas, debates, críticas e questionamentos para que seja possível, se não a eliminação, mas a atenuação dos conflitos de gênero.

---

<sup>32</sup> Entende-se por afeto, um fator que promove, sem separação, a sobrevivência biológica e humana. Não há uma cisão entre razão, emoção e ação. Sua eficiência depende da sensibilidade e da qualidade dos vínculos afetivos, especialmente da “paixão pelo comum”, dos sentimentos que vinculam os sujeitos (SAWAIA, 2008).

## 2.2 Gênero e Conflitos

[...] Quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder  
(LAQUER, 2001, p. 23)

Quais são os principais elementos que, marcados pela história, formam o núcleo constitutivo da dimensão particular dos conflitos e gênero: 1. O homem tido como dominador sexual superior? 2. A mulher como dominada sexualmente, transformada em objeto frágil e signo de troca? 3. Uma visão de mundo que constituiu o feminino e o masculino como gêneros hierarquizados? 4. As relações entre as gerações e as intersubjetividades constituídas pelos laços conjugais?

De pronto, estamos ainda na esteira dos questionamentos, muito embora o século XX tenha marcado profundas discussões sobre as relações de gênero<sup>33</sup>.

À procura de uma forma unívoca de ação diante das lutas contra a discriminação de gênero, o feminismo foi desafiado a resistir à estratégia epistemológica colonizadora que centrava no patriarcado a gênese de diferentes configurações de dominação e exploração da mulher (MACHADO, 2000). No entanto, do ponto de vista epistemológico, faz-se relevante ressaltar a existência do patriarcado, haja vista a evidência de seus pressupostos e características marcantes na estruturação da família moderna, especificamente na família burguesa ocidental. O patriarcado, como modelo familiar centrado na figura do homem como autoridade superior de uma forma de organização ou de dominação social, com estruturas fixas e hierarquicamente determinadas, foi instituído na ordem social quase que universalmente, e

---

<sup>33</sup> De acordo com Butler (2003), Gayle Rubin (1975), foi uma referência básica ao suscitar questões em seu texto *The Traffic in Woman* In: REITER, Reyna. (ed.), *Toward an anthropology of Women* (New York, Monthly Review Press, 1975, pp.157-210). Esse trabalho foi objeto de polêmicas e debates sobre o conceito de gênero ao propor a idéia de uma sociedade sem gêneros. Para Butler (2003), o mais significativo é tomar o gênero como um princípio de diferença, pedra fundamental de debates contemporâneos para a metamorfose de subordinações, não fazendo sentido sua abolição.

com tal eficiência que a família moderna também é atravessada por características desse traço (SAFFIOTI, 2004).

Alinhando-se com a reflexão dessa autora, Castro & Lavinias (1992; 2009<sup>34</sup>), ressaltam a importância de resgatar o conceito de patriarcado, sua propriedade de uso associado às análises sobre o capitalismo, complementando o conceito de gênero e explicitando as tensões e conflitos vinculados a este. Porém, deve-se atentar que tais conflitos concernentes as relações entre homens e mulheres constatados a partir do início do século XX remetem a uma não fixidez nem universalidade das relações, indicando que as relações são constructos sociais e culturais engendradas de modos diferentes nas diversas formas relacionais de convivência e, portanto, passíveis de mudanças<sup>35</sup>.

Assim, a categoria gênero surge com o propósito de explicitar as desigualdades políticas e os elementos constitutivos das relações de poder entre homens e mulheres. De tal maneira que gênero não é sinônimo de sexo, mas corresponde ao conjunto de representações edificado por cada sociedade, através de sua história, imbuído em atribuir significados, símbolos e características para o homem e para a mulher (HARAWAY, 2004). Comumente, o gênero é utilizado para determinar as diferenças biológicas entre homem e mulher, como se tal diferença fosse natural e imutável. No entanto, alinhamo-nos à outra perspectiva que pretende conferir gênero como categoria, no intuito de contestar as relações assimétricas entre homem e mulher no que tange ao paradoxo liberdade e sujeição. Conforme Haraway:

A teoria e prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente construídos e posicionados em relação de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p.24).

O conceito de gênero pretende desmontar as articulações teóricas que postulam as diferenças entre homem e mulher pelas leis naturais ou pelo determinismo biológico implícitos no uso de termos como sexo ou diferença sexual. Dito de outra forma, o que está em questão é a dissimetria de poder entre homem e mulher, bem como as condutas existenciais de ser homem ou mulher pela via da sujeição e subordinação, que promove o debate de constructos como feminilidade e masculinidade e as nomações que os normatizam. Porém, deve-se

---

<sup>34</sup> Texto revisitado sob o título: Revisitando Construção do Conceito de Gênero na Área de Trabalho no Brasil (CASTRO, 2009).

<sup>35</sup> Por outro lado, Castro (2003), resalta que o conceito de gênero como categoria política pretende o debate para as relações sociais e sugere que, se as relações sociais são várias e se autocondicionam, então tanto classe como gênero, de per si, seriam referências insuficientes para darem conta do real e do imaginário contido nas ideologias dominantes.

compreender o significado aprendido e internalizado do gênero nas relações sociais humanas, e de que forma o gênero dá um sentido à organização e à percepção das coisas e do mundo.

Para Scott (1988), o gênero deve ser posto como categoria de análise com o propósito de construção e elaboração de teorias que permitam a compreensão da complexidade deste. Deve-se, portanto, buscar os fatos reais e documentais que o constituiu em cada contexto histórico, buscando compreender de que forma foram formulados e reformulados. Assim, faz-se necessário evidenciar seu caráter polissêmico, expor tanto a seletividade dos procedimentos pelos quais eles adquiriram um sentido único quanto às lutas de interpretações concorrentes que os produzem. Devem, ainda, serem expostas as estratégias de dominação que sustentam a construção binária da diferença dos sexos: homem e mulher.

Por outro lado, Varikas (1994), ressalta que não é a falta de uma categoria histórica de gênero que enriquece o debate, mas o potencial de epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo, que corroboram para elaborar uma visão não determinista da história, visão esta sincrônica comum a visão das mulheres como sujeitos da história, que possivelmente eliminariam os conflitos de gênero. Destaca-se a importância das abordagens no âmbito da história das idéias e das mentalidades, que concederam um lugar privilegiado para a análise das representações, dos discursos normativos, do imaginário coletivo “as quais chamaram a atenção para o caráter histórico e mutante dos conteúdos do masculino e do feminino, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais as mulheres puderam re-interpretar e re-elaborar suas significações” (VARIKAS, 1994, p.70). Em plena concordância com tais considerações, Saffioti (1999), ressalta que gênero não pode ser considerado apenas como uma “categoria de análise”. Assim como classe e raça, gênero é uma “categoria histórica” e não se encerra nos movimentos discursivos, mas nas práticas de lutas das mulheres<sup>36</sup>. O perigo de considerar gênero como uma categoria de análise consiste no caráter relativo que pode ser atribuído a este. Ou seja, consiste na ausência de uma estrutura definida ou de princípios que fundamentem tal análise. Deve-se sair do plano do discurso.

Butler (2008), evidencia que as teóricas feministas afirmam gênero enquanto uma interpretação cultural do sexo. Porém, destaca que o gênero ou o sexo são fixos ou livres, em função de um discurso que visa determinar certos limites à análise ou a salvaguardar certos dogmas do humanismo, como um pressuposto de qualquer análise do gênero. O binarismo masculino e feminino conduz o gênero ao sentido, primordialmente político, que ocorre num

---

<sup>36</sup> Castro (2001), ressalta que a reflexão crítica de Saffioti (1999), sobre Scott (1988), é pertinente especificamente na ação das mulheres em movimentos sociais, atentas aos conflitos de classe, tais como o Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR e, portanto, o espaço de luta não se restringe ao cenário de discursos ou ao plano da linguagem.

campo discursivo e histórico de relações de poder. Gênero é, portanto um ato performático: masculino e feminino. Tais significados são comumente dissociados das diferenças de classe, raça e etnia ou das relações de força que fazem das pessoas objetos de propriedade. O gênero masculino e feminino é o efeito das prescrições normativas inscritas nos modos de agir do homem e da mulher, é o efeito produzido ou gerado, conforme infirma Butler:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a especificidade do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a identidade como tornam equivocada a noção singular de identidade feminina (BUTLER, 2008, p.21).

Essa definição resgata a noção de processo e de construção singular de cada sujeito, dentro de um campo situado de possibilidades, de seu próprio gênero, que é reafirmado ou renegociado através de sucessivas performances ou práticas concretas através das quais os sujeitos se constituem. Significa pensar a categoria gênero como um vetor político e questionador das práticas sociais que regulam as ações entre os homens e mulheres.

Dessa maneira, as regulações de gênero não são apenas mais um exemplo das formas de regulamentação de um poder mais extenso, mas constituem uma modalidade de regulação específica que tem efeitos constitutivos sobre a subjetividade. As regras que governam a identidade inteligível são parcialmente estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino. Nestes termos, o gênero não é nem a expressão de uma essência interna, nem mesmo um simples artefato de uma construção social. “O gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é” (BUTLER, 2008, p.48). Nessa perspectiva, os sujeitos atravessados pelo gênero seriam, antes, resultados de repetições constitutivas que se refletem nas próprias ações. Portanto, o gênero, é ele próprio, uma norma. Porém, se os atributos de gênero são o produto da ação de homens e mulheres e não uma entidade a priori, a postulação de um sexo feminino e masculino como incontestáveis revela-se como uma ficção reguladora ou fruto das construções relacionais de poder. E para que tal ficção se torne eficazmente possível, torna-se fundamental a indução e repetição reiterativa no sentido de fazer-se internalizar nas ações dos sujeitos. Nessa perspectiva, pode-se supor que a aproximação de um ideal de gênero masculino ou feminino nunca é de fato completa, e que os corpos nunca obedecem totalmente ou exatamente às normas pelas quais sua materialização é fabricada. Diante da força das prescrições normativas a resistência possibilita a subversão como via de minar a ordem absoluta. Nesse sentido, é justamente pelo fato de a instabilidade

das normas-gênero estarem abertas à necessidade de repetição, que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferente. Assim, o gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas poderia ser um vetor pelo qual estes termos poderiam ser desconstruídos e desnaturalizados e mais ainda, re-significados. Por tal entendimento, o homem e a mulher, sujeitados ao gênero, mas subjetivados pelo gênero masculino e feminino nem precede, nem segue o processo dessa criação de um gênero, mas apenas emerge no âmbito e como a matriz das relações de gênero propriamente ditas. Essa tensão paradoxal permite compreender que se o gênero é uma norma, ele também pode ser fonte de resistência. Se o gênero é uma norma regulada pelas relações de poder, torna-se frágil sua incorporação pelas subjetividades: pode haver uma possibilidade de deslocamento que é inerente à repetição do binarismo masculino-feminino. Isto sugere perspectivas de transformação ou a formulação de uma nova concepção de subjetivação que acompanhe a re-elaboração das normas de gênero. O que isso significa? A possibilidade de pensar as condições pelas quais se faz possível o rompimento da hierarquia sexual nas relações entre o homem e a mulher, atenuando os conflitos e tensões, que haja vista, significativas mudanças, ainda se fazem pertinentes às relações familiares na contemporaneidade.

## 2.3 Relações de Poder na Contemporaneidade

Diante das mudanças das relações de poder entre homens e mulheres ou do impacto das relações de poder redesenhadas na contemporaneidade, quais repercussões se podem conferir na família contemporânea, locus em que se materializa e se visibiliza com maior nitidez as tensões/distensões entre gêneros?

Para Bozon (2003), as mudanças não alteraram as determinações que regem as relações entre homens e mulheres acerca da divisão sexual do trabalho na família, bem como nas questões acerca da sexualidade entre os mesmos.

Se um laço novo se estabeleceu entre sexualidade e vida conjugal, podemos perguntar-nos se ele corresponde a uma transformação radical das relações entre homens e mulheres como a muito utilizada expressão “revolução sexual” daria a entender. Em um domínio vizinho, o da divisão do trabalho doméstico, a adesão maciça e nova dos homens e das mulheres a uma norma de igualdade não obteve uma verdadeira “tradução” nas práticas. O lado prático da “revolução sexual” deve ser questionado (BOZON, 2003, p.134).

Isso significa que, em termos reais, na contemporaneidade não houve uma mudança fundamental nos princípios que ordenam as relações entre homem e mulher, muito embora mudanças significativas se tenham produzido no decorrer das três últimas décadas no Século XX, a exemplo das práticas sexuais dissociadas da idéia de reprodução. Ou seja, a relação de dependência que ligava a sexualidade ao casamento foi completamente invertida: da instituição matrimonial que legitimava a atividade sexual, passou-se ao intercâmbio sexual como motor interno das relações conjugais. A sexualidade, que no modelo de sociedade moderna do Século XVIII e do Século XIX foi um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência da união informal nas relações entre os sexos (BOZON, 2003). Dessa maneira, a idéia de mudanças, que na contemporaneidade, por vezes, é considerada como revolução sexual<sup>37</sup>, deve ser observada como mais uma nova categoria: os sujeitos indicam acreditar que houve uma revolução sexual, que diz respeito à liberalização de determinados códigos mais restritos das condutas, sobretudo as das mulheres, associado a uma maior liberdade em tratar publicamente o tema da sexualidade. No entanto, as desigualdades de gênero e a assimetria nas relações entre homens e mulheres permanecem sendo organizadores poderosos do modo como se desenrolam a atividade sexual e a capacidade de negociação entre parceiros, acerca do que ocorre em um

---

<sup>37</sup> O termo revolução sexual é empregado para indicar uma equivalência nas relações entre homens e mulheres acerca da liberdade sexual (HEILBORN, 2004).

intercurso sexual, possibilitando questionar no plano analítico a maneira pela qual realmente ocorreram tais mudanças ou transformações significativas nos padrões morais acerca das relações entre os sexos (BOZON, 2003).

Compreende-se que as experiências sexuais dos indivíduos, no mundo contemporâneo, continuam a ser estruturadas por pares de oposição em tensão permanente, sustentadas pela idéia de masculinidade e feminilidade como fatos naturais. Se isso faz sentido, a busca pela continuidade na relação entre dois parceiros opõe-se à exigência da espontaneidade do desejo. À busca pela reciprocidade, opõe-se ao prazer individual. À exigência de exclusividade, opõe-se a atração por uma possível simultaneidade de laços sexuais. Compreende-se, portanto, que essas oposições tendem a fixar-se numa divisão de trabalho estável entre os sexos, geralmente justificada em termos de masculinidade, feminilidade ou de diferenças de natureza psicológica entre homem e mulher. Enquanto os homens são vistos como sujeitos desejantes independentes, as mulheres continuam a ser vistas como objetos a serem possuídos (STREY, 2009).

O fundamento do lugar masculino, principalmente na família, reside numa representação social de gênero que identifica o homem como autoridade moral familiar, perante o mundo externo, diz respeito a uma razão simbólica, que se re-atualiza nas diversas configurações feitas pelos sujeitos acerca da família, seja esta nuclear, extensa ou reconstituída (VAITSMAN, 1994). Pode-se admitir que as famílias contemporâneas apresentam diversas configurações, não tendo, portanto, um modelo específico ou estrutura familiar determinada. No entanto, as características que impediram as desigualdades nas relações entre os sexos, como a divisão sexual de condutas, se faz presente de maneira efetiva nessas famílias. Isso significa a força de uma engrenagem simbólica e sistemática que sustenta uma visão de mundo pela lente da superioridade masculina como universalmente constituída (BOURDIEU, 2003). Nesse sentido, questiona-se quais as perspectivas da psicologia, e aqui em recorte, da psicanálise, frente às desigualdades de gênero nas relações familiares?

## CAPÍTULO III – PSICOLOGIA, GÊNERO E FAMÍLIA

### 3.1 Perspectivas da Psicologia Frente às Desigualdades de Gênero nas Relações Familiares.

Pretende-se problematizar os discursos sobre as relações de gênero na psicologia, identificando as produções discursivas que legitimam as desigualdades de gênero nas relações familiares. Com o escopo de estabelecer um diálogo entre o crivo foucaultiano sobre as relações de poder, as produções do saber e as desigualdades de gênero (sem, no entanto, deixar de considerar as diferenças e as tensões que lhes são constitutivas), pretende-se utilizar as ferramentas conceituais desenvolvidas por Foucault (1984; 1999, 2002; 2008), na desconstrução dos discursos hegemônicos acerca das relações de poder que se representam através dos dispositivos de controle sobre o sexo, qual extorsão de verdade, que aparece historicamente em lugares determinados, a saber: 1.a propósito do corpo da mulher e dos padrões morais das relações em sociedade, utilizados no desenvolvimento de diversos campos de conhecimento (psiquiatria, pedagogia, psicologia); 2. na instauração de um conjunto de regras e de normas, em que se apóiam instituições sociais; 3. no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, seus prazeres, sentimentos, sensações, sonhos, evidenciando os efeitos normatizantes na produção da subjetividade humana. (FOUCAULT, 1984).

Para a psicologia, faz-se mister o aporte às ferramentas conceituais utilizadas nas análises foucaultianas como vetor de problematização dos pressupostos da dissimetria de poder nas relações entre os sexos com o propósito de ressaltar que tal dissimetria é construída, confirmada e re-confirmada na produção do saber, que se impõe como forma de poder.

De acordo com Roso & Parker (2002), a análise foucaultiana questiona a constituição da categoria sexualidade em seus códigos morais ao longo da história compreendendo a sexualidade a partir das relações de poder que a conformam em cada período da história e em cada contexto socioeconômico e cultural: o corpo é identificado como o local de poder, como o lócus de controle (histerização do corpo da mulher); o poder é uma rede que se articula através dos sujeitos e sob os mesmos. Tais análises podem incluir algumas das formas mais poderosas no que refere as críticas sobre as desigualdades de gênero (ROSO & PARKER, 2002).

Com tal propósito, evoca-se uma análise crítica à ciência psicológica, com a finalidade de ressaltar os aportes naturalistas e as práticas reguladoras que por esta foram utilizadas.

Nos índices textuais da crítica foucaultiana o nascimento da Psicologia foi influenciado pelos movimentos intelectuais e científicos da época, de modo particular, adotando os mesmos *métodos das ciências naturais*, seja para estudar a experiência da consciência seja para capturar e compreender o comportamento humano.

Em *A Psicologia de 1850 a 1950*, Foucault (2002), evoca a reflexão sobre os princípios basilares que pretendia-se edificar a *ciência psicológica*. A relevância em considerar tal reflexão consiste no exercício crítico referente aos métodos e objeto, utilizados pela psicologia para demonstrar sua legitimidade na captura do comportamento do sujeito. A análise foucaultiana destaca que o método empregado pela psicologia, mostra-se como decalque dos procedimentos organicistas fundamentados na ciência positivista; revela o esforço da psicologia em acatar os princípios da ciência positivista e naturalista. Em outras palavras, para fazer-se ciência, o estudo dos fenômenos humanos, também deveria ser passível de observação e sujeito à elaboração de problemas e hipóteses, submetidos à análise experimental; portanto, medido e quantificável: deveria a psicologia elaborar o problema, fundamentar hipóteses e, engendrar leis que regeriam as ações humanas, bem como interpretar tais dados à luz de métodos estatísticos, tanto quanto possível mensuráveis, na tentativa de explicar as ações do sujeito.

O que se observa nesse esforço é a utilização de uma metodologia regida pela objetividade em explicar fenômenos subjetivos. Criva assim o autor os saberes psicológicos:

Toda a história da psicologia até o meado do século XX é a história paradoxal das contradições entre esse projeto e esses postulados; ao perseguir o ideal de rigor e de exatidão das ciências da natureza, ela foi levada a renunciar aos seus postulados; ela foi conduzida por uma preocupação de fidelidade objetiva em reconhecer a realidade humana outra coisa que não um setor da objetividade natural, e em utilizar para reconhecê-lo outros métodos diferentes daqueles de que as ciências da natureza poderiam lhe dar o modelo [...] Mas o projeto de rigorosa exatidão que a levou, pouco a pouco, a abandonar seus postulados tornou-se vazio e sem sentido quando esses mesmos postulados desapareceram: a idéia de uma precisão objetiva quase matemática no domínio das ciências humanas não é mais convincente se o próprio homem não é mais da ordem da natureza [...] a renovação radical da psicologia como ciência do homem não é simplesmente um fato histórico do qual podemos situar o desenrolar durante os últimos cem anos; ela é ainda uma tarefa incompleta a ser preenchida e, a esse título, permanece na ordem do dia (FOUCAULT, 2002, p.134).

Compreende-se, portanto que a psicologia nasceu e sobreviveu comprometida com os princípios da modernidade, com os postulados imperativos das ciências positivistas sustentados pelos ideais contidos na sociedade civil moderna que invocava o indivíduo livre e regente de suas condutas. Porém, tal método auto-imposto tornou-se sem sentido, já que não respondia aos propósitos empreendidos. A partir de então, a *ciência psicológica* passou a

contradizer-se: ou atender aos princípios de uma ciência positivista que confere uma interpretação objetiva das ações do sujeito humano, ou ao contrário buscar uma ciência que fosse capaz de compreender suas singularidades pelo viés subjetivo.

Tal caminho seria possível para permitir à ciência psicológica o conhecimento da pessoa humana? Optando pela aposta máxima na primeira possibilidade, é o que demonstra a contabilidade centenária que Foucault faz das psicologias. A contradição se fortaleceu devido à necessidade da própria psicologia perceber a importância de criar seus próprios métodos para investigar o sujeito humano, enquanto tal, que não se define psicologicamente pela objetividade e pela naturalidade, mas, que é dotado de uma complexidade que escapa às predições biológicas e naturais. Isso significa reconhecer que o sujeito humano é constituído pela sua história, pelos valores atribuídos aos símbolos, ou seja, pelos princípios fundamentais que dão significado aos fenômenos que o cerca.

Em *A psicologia de 1850 a 1950*, a análise foucaultiana revela os resultados que a psicologia auferiu com tal propósito. O interesse centra-se na análise da perspectiva histórica, ou seja, de que modo a ciência psicológica se fez possível. Quais foram os entraves que sofreu a psicologia por alinhar-se à tendência naturalista de produção de ciência?

Sob a lente foucaultiana a psicologia esteve presa aos próprios conflitos que a constitui. Esse foi o caminho que levou a psicologia a fazer ciência até a metade do século XX. Cito Foucault:

A Psicologia, em contrapartida nasce nesse ponto do qual a prática do homem encontra sua própria contradição: a psicologia do desenvolvimento nasceu como uma reflexão sobre as interrupções do desenvolvimento; a psicologia da adaptação, como uma análise dos fenômenos de inadaptação; a da memória, da consciência, do sentimento, surgiu primeiro como uma psicologia do esquecimento, do inconsciente e das perturbações afetivas. Sem forçar uma exatidão pode-se dizer que a psicologia contemporânea é, em sua origem, uma análise do anormal, do patológico, do conflituoso, uma reflexão sobre as contradições do homem consigo mesmo. E se ela se transformou em uma psicologia do normal, do adaptativo, do organizado, é de um segundo modo, como que por um esforço para dominar essas contradições [...] O futuro da psicologia não estaria doravante, no levar a sério essas contradições, cuja experiência justamente, fez nascer a psicologia? Por conseguinte não haveria desde então psicologia possível se não pela análise das condições de existência do homem e pela tomada do que há de mais humano no homem, quer dizer, sua história (FOUCAULT, 2002, pp.135/151).

Entende-se, portanto, que a psicologia esteve presa, a uma necessidade de provar sua eficácia, através da utilização de um método naturalista para explicar o funcionamento lógico do psiquismo humano.

Tal análise remete às questões da dissimetria de gênero, que tem como fundamento, a noção do masculino e feminino pela ancoragem do método naturalista. As críticas foucaultianas são fundamentais no processo de compreensão dos modos operacionais em que o gênero masculino e feminino são considerados como biologicamente determinados. As articulações do gênero como categoria pretende desmontar as articulações teóricas que postulam as diferenças entre homem e mulher pelas leis naturais ou pelo determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. Dito de outra forma, o que está em questão é a dissimetria de poder nas relações entre os sexos, bem como as condutas existenciais de ser homem ou mulher pela via da liberdade e sujeição, que promove o debate de constructos como feminilidade e masculinidade ou nas nomeações que as normatiza.

Em suas contradições, a psicologia não tem sido capaz de, ao falar do fenômeno psicológico, enunciar com propriedade as condições econômicas, sociais, políticas, culturais e históricas nas quais se inserem os sujeitos humanos. Mesmo a psicanálise, que mais se aproximou dessa legítima e inerente tarefa psicológica, não escapou às seduções de um confortável naturalismo. A psicologia parece contribuir significativamente para ocultar tais condições, conforme reitera Bock:

Fala-se da mãe e do pai sem falar da família como instituição social marcada historicamente pela apropriação dos sujeitos; fala-se da identidade das mulheres sem se falar das características machistas de uma cultura patriarcal; fala-se do psicológico sem falar do cultural e do social (BOCK, 1999, p.28).

Isso significa que a dissimetria de poder nas relações entre homens e mulheres e a noção de feminilidade e masculinidade são entendidas como atributos pertencentes à personalidade dos sujeitos mulher e homem, excluindo-se as construções sociais determinadas por um contexto histórico ou por uma visão de mundo sustentada pela dicotomia natureza versus cultura. Tais problemas crivam a psicologia desde a sua origem. Nessa perspectiva, a eficácia da Psicologia Social começa a ser questionada, apontando-se para a crise do conhecimento psicossocial, ineficiente em intervir, explicar e prever comportamentos sociais. Há uma crítica na forma de concepção do social como se tal fosse apenas guiado pelos processos psicológicos individuais, como se o social se constituísse a partir da somatória dos indivíduos, sustentados na concepção da dicotomia natureza e cultura. Assim, todas as definições se referem às suas condutas particulares, ou na concepção dicotômica indivíduo e sociedade; estuda-se muito a influência do social no indivíduo, mas este individual não é trazido para o social, perdendo-se o referencial do sujeito, sua particularidade.

De acordo com Sawaia (2006), a partir da segunda metade do século XX irrompeu um movimento de denúncias à suposta neutralidade do conhecimento científico e conseqüente revisão epistemológica, orientada por pressuposto ético-político, com base no materialismo histórico-dialético. Esse referencial politizou o conhecimento situando-o como mediação das relações de poder que historicizou os fenômenos humanos destituindo o mito da ciência que promove o progresso e o da ciência imparcial. A Psicologia Social com bases materialistas-históricas<sup>38</sup> surge na tentativa de restabelecer, através dos princípios do pensamento marxista, a força dos conceitos e os compromissos filosóficos e políticos necessários a uma redefinição da psicologia e da questão do processo de subjetivação. A crítica apoiava-se em fundamentos marxistas e neo-marxistas acerca dos conceitos como alienação, ideologia e dominação que tornaram-se elementos essenciais para a compreensão da subjetivação humana<sup>39</sup>. Nesta perspectiva, a Psicologia Social absorve os pressupostos que visam compreender o sujeito humano através da interseção de sua história, portanto o individual no entrelaçamento com o social, forjada, pelas experiências vividas pelos sujeitos.

Strey (2009), ressalta que a psicologia sócio-histórico-crítica vem abordando os estudos das relações entre homens e mulheres pela vertente da categoria gênero. Tal compromisso requer uma atitude interdisciplinar de produção do conhecimento e favorece a superação dos pressupostos universalistas da psicologia. Tarefa, contudo, que ainda se apresenta como um desafio, pois, ao se compreender o gênero como elemento fundamental no processo de subjetivação, necessário se faz a construção teórica para abarcar suas pluralidades e não somente sua incorporação aos estudos em psicologia (SIQUEIRA, 1997). Portanto, tais desafios ainda e fazem presentes.

---

<sup>38</sup> De acordo com Kahhale (2006), a contradição conceito fundamental para a concepção marxista, significa que a matéria contém em si, sua própria negação. Ou seja, ela deve ser compreendida á maneira dialética, de forma que há uma superação do velho pelo novo, sendo que este conserva características do movimento anterior, e que pode, em um movimento em espiral, atualizar-se, mas estando sempre modificadas. Isso significa considerar que as ações do sujeito estão vinculadas as suas experiências passadas ( histórias) e presentes ( históricas, sociais, políticas e culturais), que se atualizam e re-atualizam evidenciando a forma pela se dá o processo de subjetivação.

Porém, muito embora o materialismo histórico dialético seja contrário a filosofia das práxis que fortalecem o reducionismo natural, termina por constituir um dos erros que pretendia evitar: a redução da diversidade a *um*, sucumbindo ao mito da teoria unitária que se traduziu, na prática, na síndrome do “final feliz”, como se a superação da propriedade privada dos meios de produção significasse liberdade para sempre. Sucumbiu também a divisão maniqueísta entre os homens e a sociedade como se tal fossem categorias generalizantes que se bastavam a si mesma (SAWAIA, 2006).

<sup>39</sup> Falar do processo de subjetivação humana é falar da ordem objetiva e subjetiva em que vivem os sujeitos, refere-se a uma construção no nível individual do mundo simbólico que só constitui-se pelo social. O processo de subjetivação é concebido como algo que se constitui na relação com o mundo material e social (FOUCAULT, 2002).

A metodologia recomenda ao pesquisador efetivar delimitações, por questão de precisão. Seguindo esse vetor, limitemo-nos à demonstração dessa espécie de reducionismo dirigido à psicologia acerca das desigualdades de gênero mediante o isolamento da crítica a teoria psicanalítica. Quais são as bases em que se fundamenta a psicanálise?

De que forma esse fundamento metodológico se apresenta? Pelo crivo foucaultiano, a psicanálise também sucumbiu ao naturalismo. Foucault ressalta:

[...] Sem dúvida a psicanálise ainda permanece, no pensamento de Freud, ligada às suas origens naturalistas e aos preconceitos metafísicos ou morais, que não deixam de marcá-la. Sem dúvida, há na teoria dos instintos o eco de um mito biológico do ser humano. Sem dúvida, na concepção da doença como regressão a um estado anterior do desenvolvimento afetivo reencontramos um velho tema spenceriano e os fantasmas evolucionistas de que Freud não nos poupa, mesmo em suas explicações sociológicas mais duvidosas (FOUCAULT, 2002, p.135).

Aqui a teoria freudiana é colocada sob crítica, e são apontadas as marcas comprobatórias do naturalismo científico que nela se faz presente. A crítica repousa sobre a teoria dos instintos e aos valores morais da sociedade moderna, indicando-os como arraigados a uma concepção biológica da pessoa humana. Ou seja, a construção da personalidade proposta pela psicanálise se pautaria pela bem-sucedida passagem dos estágios de desenvolvimento<sup>40</sup>. Porém, que respaldo pode sustentar a acidez foucaultiana?

Na constituição da teoria psicanalítica o caminho seguido por Freud (1895), foi à criação de uma teoria que explicasse os processos psíquicos, para tal, elaborou um *Projeto de uma Psicologia Científica*, com o propósito explícito de criar uma psicologia qual ciência natural. Em suas palavras: “[...] apresentar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los livres de contradição” (FREUD, 1895, p. 347). Com tal finalidade na primeira parte do *Projeto...*, Freud (1895), elabora dois teoremas fundamentais: a *Concepção Quantitativa e a Teoria dos Neurônios*, sustentados por princípios genuinamente mecanicistas ou emprestados da termodinâmica. *O Projeto...* evidencia uma das trilhas seguidas pela teoria freudiana para conceber o psiquismo e seu funcionamento: explicar o psiquismo humano através de uma linguagem fisiologista, em que as necessidades humanas pudessem ser traduzidas pelos estímulos neuronais, tendo como base princípios mecânicos revelados através de uma linguagem fisicalista.

---

<sup>40</sup> As fases oral, genital e fálica são compreendidas como fases do desenvolvimento do sujeito. Na teoria freudiana tais fases são fundamentais no processo de formação da personalidade implicando em complicações de ordem psíquica, caso não ocorra uma transição adequada de tais fases no processo de desenvolvimento.

Porém, como pensar o desejo como realidade psíquica e não mera força natural plantada na estruturação genética dos sujeitos humanos? Questão que provoca a teoria psicanalítica, explicitando o caráter insatisfatório de sua ancoragem naturalista. Embora suscite insatisfação e questionamento, este naturalismo não foi abandonado pela trajetória freudiana. Numa interpretação naturalista acerca da expressão da sexualidade dos sujeitos<sup>41</sup>, esta é explicada pela gênese da hereditariedade e pelo primado genital. A sexualidade aparece como pronta já nascida com o sujeito e sobre a qual nada lhe compete, a não ser esperar à hora e o momento certo para o seu acionamento. A conduta humana é regida por uma força que lhe é fornecida pela natureza, a qual, *a priori*, se sobrepõe a qualquer possibilidade de constituição do sujeito.

No entanto, Foucault (1984), observa que embora marcada pela técnica naturalista, a psicanálise revela sua ambivalência ao descrever a sexualidade através das instâncias das relações familiares:

Mas, eis que a psicanálise, que parecia, em suas modalidades técnicas, colocar a confissão da sexualidade fora da soberania familiar, reencontrava, no próprio seio dessa sexualidade, como principio de sua formação a chave de sua inteligibilidade, a lei da aliança, os jogos mesclados dos esponsais e do parentesco, o incesto (FOUCAULT, 1984, p. 106).

Isso significa que embora o naturalismo positivista se faça presente, a teoria psicanalítica descreve as relações humanas a partir das relações de poder. Nas suposições freudianas contidas em *Totem e Tabu*, Freud (1913), ressalta que os filhos “Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também” (FREUD, 1913, p.146).

As lutas e os acordos se dão entre os homens pelo poder de autonomia e controle sob as mulheres, permeados pela ambivalência dos sentimentos de amor e ódio. Tais suposições pretendem descrever as formas relacionais entre os sujeitos na família<sup>42</sup>. A teoria freudiana

---

<sup>41</sup> No *terceiro ensaio sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905), invoca a constituição de uma condição *a priori* acerca da sexualidade do homem e da mulher. Numa interpretação naturalista a análise freudiana destaca a puberdade como manifestação da sexualidade, mediante uma condição organicista que já nasce pronta nos sujeitos “Escolheu-se o que mais se destaca nos processos da puberdade como o que constitui sua essência: o crescimento manifesto da genitália externa. Que exibira, durante o período de latência da infância, uma relativa inibição. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos genitais internos avançou o bastante para que eles possam descarregar produtos sexuais ou, conforme o caso recebê-los para promover a formação de um novo ser vivo. Assim ficou pronto um aparelho altamente complexo, à espera do momento em que será utilizado” (FREUD, 1905, p.197).

<sup>42</sup> Em *Totem e tabu*, Freud (1913), também descreve: “Os desejos sexuais não une os homens, mas os dividem. Embora os irmãos tivessem se reunido em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um queria ser como o pai: ter todas as mulheres para si” (FREUD, 1913, p.146). Parte-se do

ressalta que o tabu do incesto instaura a lei da aliança, assegura o direito de todos os homens às mulheres e funda a noção de sociedade. “Mas era na sociedade européia do século XIX que o rapaz se irritava com o controle exercido por um pai distante e todo poderoso que reprimia a sexualidade” (COSTA, 1986, p.43). Os conflitos de poder entre pai e filhos da horda primitiva descritos por Freud (1913), são os observados na moderna sociedade civil regulada pela noção de contratos. Nessa perspectiva, o poder, como expressão da autonomia e liberdade não vale para todas, a mulheres sempre vão aparecer como signo comunicável, apenas os homens serão sujeitos de desejo.

É fundamentado em tais pressupostos que Freud (1924), apresenta a idéia de masculinidade e feminilidade pelo complexo de Édipo<sup>43</sup>. De acordo com a teoria freudiana, tal complexo está no âmago de toda neurose humana como também é a principal experiência estruturante da psique: “A relação com os pais, instigada pelos “anseios, os principais elementos da situação edipiana são os sentimentos sexuais da criança incestuosa, é o complexo central das neuroses” (FREUD, 1924, p.192). Os principais elementos da situação edipiana são os sentimentos sexuais da criança pelo progenitor do sexo oposto, os profundos sentimentos de ambivalência da criança para com a mãe ou o pai e os sentimentos de ansiedade do menino em relação às ameaças contra o seu órgão genital. Freud descreve:

Quando o interesse da criança (do sexo masculino) se volta para seu órgão genital, atrai este por manuseá-lo com freqüência, e então ele é obrigado a descobrir que os adultos não aprovam esse comportamento. Mais ou menos diretamente mais ou menos brutalmente, pronunciam uma ameaça de que essa parte dele que tão altamente valoriza, lhe será tirada. Geralmente é de mulheres que emana a ameaça; com muita freqüência elas buscam reforçar sua autoridade por uma referencia ao pai ou ao médico, os quais como dizem, levarão a cabo a punição. (FREUD, 1924, p. 194).

Disso decorre que a fase fálica da organização genital sucumbe a essa ameaça de castração. Freud (1924), considera como um fato inevitável que todos os adultos reprimam essa

---

pressuposto que esta descrição caracteriza as concepções ideológicas de uma relação familiar fundamentadas em pressupostos de desigualdades, tal qual na família patriarcal.

<sup>43</sup> “O complexo de Édipo é um conjunto organizado de desejos amorosos hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo de morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontra-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p.77).

De acordo com Freud (1924), o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha do objeto.

Para a teoria psicanalítica o complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estrutura da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os especialistas ele é o principal eixo de referência da psicopatologia; para cada tipo patológico eles procuram determinar as formas particulares da sua posição e da sua solução.

atividade genital na criança. Porém, o que a teoria freudiana tem o mérito de descrever é a ação do menino interpretada pelo pai e pela mãe, com base nos valores morais da sociedade que orienta às suas condutas, e que são, via de regra, internalizados pela criança: “Ao proibir e ameaçar com punição, os pais transformam a ação do menino numa importante violação da boa conduta, a proibição pode ser entendida como parte da repressão profunda da sexualidade na sociedade civil moderna” (POSTER, 1979, p.08). Infere-se daí que a gênese atribuída à importância do primado genital como o símbolo da sexualidade da criança tem como fundamento os padrões morais referenciados pela família moderna. Há uma profunda relação entre o que os pais coíbem ou permitem e o valor atribuído pela criança acerca dos atos dos pais. Porque a ameaça é tão definitiva a criança aprende os valores morais impostos pelos seus pais e pela sociedade. A ameaça de castração indica ser menos importante do que a intensidade da intenção. O que se torna relevante é menos o triângulo sexual que caracteriza o complexo de Édipo, do que o grau de envolvimento emocional entre pais e filhos. Um grau que parece aplicar-se de maneira adequada ao isolado mundo da família burguesa nos séculos XIX e XX e possivelmente à família de classe trabalhadora no capitalismo avançado de meados do século XX (GAY, 2008). Nesses casos, as relações são engendradas numa teia afetiva que os pais constituem as figuras emocionalmente significativas e prioritárias para a criança durante os primeiros anos do seu desenvolvimento.

No entanto, Freud (1931), indica que o valor do órgão genital já existe para a criança, como se tal fosse naturalmente um órgão com valor absoluto. Assim, torna-se também natural, que as figuras parentais suprimam a ação da criança, e é também natural que o pai seja a autoridade mor nessa repressão. Por essa via, o complexo de Édipo sucumbe ao complexo de castração, e a constituição da masculinidade na teoria freudiana constitui-se através dos seguintes processos, conforme Freud:

É apenas na criança do sexo masculino que encontramos a fatídica combinação de amor por um dos pais e simultaneamente, ódio pelo outro, como rival [...] É a descoberta da possibilidade de castração, tal como provadas pela visão dos órgãos genitais femininos, que impõe ao menino a transformação do seu complexo de Édipo e conduz a criação de seu superego, iniciando assim todos os processos que se destinam a fazer o indivíduo encontrar lugar na comunidade cultural (FREUD, 1931, p.237).

Aqui o sexo masculino é destacado como fundamental na trama entre as demandas de amor do pai e da mãe; pela relevância do primado genital, as emoções e sentimentos da criança são avaliados e invoca que, ao ver o sexo oposto, o menino, confirma o conteúdo das ameaças. É pelo temor da castração que o menino internaliza a autoridade parental. Nesse sentido, a prova do complexo de Édipo está vinculada a existência de uma autoridade interna, constituída

externamente pelas regras morais, mas que passa a operar por via da culpa, da internalização dos valores morais transmitidos pelos pais. A teoria da castração indica ser a chave para a compreensão de toda a psicologia adulta do homem. Sob a impressão do perigo de ser castrado o menino abandona e reprime o complexo de Édipo, e via de regra, um severo superego instala-se como seu herdeiro. “Pelo complexo de castração a sexualidade infantil masculina vem à tona, e transforma-se em sexualidade adulta masculina normal e a sua libido concentra-se na sua área genital, após o agente paterno ter sido internalizado e ter-se tornado um superego” (FREUD, 1932, p. 192). A fase final para a construção da masculinidade consiste em desvincular o superego das figuras parentais que primordialmente era o representante psíquico. Isso significa pensar a masculinidade pela oposição a feminilidade. O primado genital é substituído pelo primado do falo que representa o poder e tem como elemento principal o masculino em contraposição a figura feminina.

Assim, a respeito da relação existente entre os complexos, para a teoria freudiana existe um contraste fundamental entre os dois sexos: enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas aquele só se faz possível pela introdução desta, ou seja, o complexo de Édipo é uma formação secundária, as operações do complexo de castração o precedem e preparam. Tal contradição é explicada através do entendimento que o complexo de castração age no sentido oculto em seu conteúdo: inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade. Cito Freud:

O que acontece na menina mostra-se de maneira quase diversa nos meninos: o complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, em vez de destruí-lo; a menina é forçada a abandonar a ligação com a sua mãe através da influência de sua inveja do pênis, e entra na situação edipiana como se esta fora um refúgio. As meninas permanecem no Édipo por um tempo indeterminado, e como consequência a afirmação do superego deve sofrer prejuízos, não conseguem atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural (FREUD 1932, p. 129).

Na explicação freudiana, são inteiramente diferentes os efeitos do complexo de castração na menina, relativamente ao que ocorre no menino. Para o criador da psicanálise, a menina reconhece o fato de sua castração, e através deste, a superioridade do menino e sua própria inferioridade, mas não aceita de pronto, rebelando-se contra tal situação. Dessa atitude, dividida, abrem-se três linhas de desenvolvimento. A primeira leva a uma mudança total á sexualidade: a menina, assustada pela comparação com os meninos, cresce insatisfeita com o seu clitóris, sua sexualidade em geral, bem como boa parte de sua masculinidade em outros campos. Para teoria freudiana isso acontece quando a menina descobre que a mãe é castrada. Com isso, a mãe na figura da mulher perde o valor, e a menina termina por abandonar seu

primeiro objeto amoroso. “Foi uma surpresa, no entanto, constatar, na análise que as meninas responsabilizam sua mãe pela falta do pênis nelas e não perdoam por terem sido, desse modo, colocadas em desvantagem” (FREUD, 1932, p. 124). Por tal perspectiva a construção da feminilidade na mulher está atrelada ao valor atribuído a primazia do genital e a primazia do falo.

Sem o representante simbólico do poder, a mãe é rebaixada, pela menina, e em seu lugar um novo objeto de amor é colocado. Tal processo é ressaltado por Freud da seguinte forma:

Seu amor estava dirigido à mãe fálica; com a descoberta de que sua mãe é castrada, torna-se possível abandoná-la como objeto, de modo que os motivos de hostilidade, que há muito se vinha acumulando, assumem o domínio da situação. Isso significa, portanto, que, como resultado da descoberta da falta do pênis nas mulheres, estas são rebaixadas de valor pela menina, assim como depois o são pelos meninos, e posteriormente, talvez pelos homens (FREUD, 1932, p. 126).

A menina é a primeira a abandonar a mãe como objeto de amor, e também a rebaixar o valor da mulher, já que esta não possui o representante simbólico do poder. No entanto, pode-se supor que a análise freudiana descreve a forma como a mulher é tratada na sociedade moderna e principalmente na família nuclear burguesa. A mãe que não é fálica é a mãe sem autonomia, submetida à hierarquia de poder do homem como chefe familiar; é a mulher que é “vigiada” e “protegida” pelo homem sob a ordem das relações fundamentadas no contrato sexual e no contrato social. O que a menina indica perceber é a figura de autoridade centrada no poder masculino, representado pela figura do marido e pai, que ofusca a autoridade da mãe. Quando a menina percebe tal fato, desafia a auto-afirmatividade ou o poder que sustenta essa posição. A interpretação freudiana sustenta que “até em idade inacreditavelmente tardia, a menina aferra-se à esperança de conseguir um pênis em alguma ocasião. Essa esperança se torna o objetivo de sua vida e a fantasia de ser um homem” (FREUD, 1924, p. 237). A interpretação freudiana também indica que se o desenvolvimento da menina seguir outro caminho, muito indireto, ela atingirá a atitude feminina tida como normal: toma o pai como objeto, encontrando assim o caminho para a feminilidade. Diante da impossibilidade do pai realizar seu desejo a menina idealiza um filho que simboliza o desejo obtido do pai.

O filho torna-se o ideal a ser alcançado e o pai fica em segundo plano. Por tal via, na teoria psicanalítica a feminilidade constrói-se quando o desejo de ter o falo<sup>44</sup> (poder) é corporificado

---

<sup>44</sup> “Em psicanálise, o uso deste termo sublinha a função simbólica desempenhada pelo pênis na dialética intra intersubjetiva, enquanto o termo pênis é, sobretudo reservado para designar o órgão na sua realidade anatômica. A organização fálica, progressivamente reconhecida por Freud como fase de evolução da libido dos dois sexos ocupa lugar central na medida em que tem correlação com o complexo de castração no seu apogeu e domina a posição e a dissolução do complexo de Édipo” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p.167).

no desejo de ter um filho e o único caminho possível para tal realização, é a mulher tornar-se mãe. Embora tal análise revele o olhar cuidadoso da trajetória freudiana ao perceber a complexidade das relações familiares na constituição do complexo de Édipo, Freud termina por se render as questões organicistas que distorce sua compreensão das relações entre os sujeitos humanos (KEHL, 2008). Os conceitos de identificação e sexuação na psicanálise estão de tal forma inscritos em uma lei estabelecida *a priori* numa concepção biologicamente determinada que acaba por fixar e restringir as manifestações da sexualidade a duas posições normativas: masculinidade e feminilidade: “A feminilidade nas mulheres revela sempre uma incompletude, sendo ameaçada pelas fantasias quanto pelo traço de identificação, antitéticos e insuficientemente recalçado, da masculinidade” (KEHL, 2008, p. 205). Compreende-se que a constituição ou conquista da feminilidade para as mulheres, custa mais que a masculinidade para os homens. Em ambos os casos, a substituição do conceito de primazia dos genitais pelo de primazia do falo ocorre quando a passagem da sexualidade infantil para a adulta deixa de ter uma determinação puramente orgânica, baseada na maturação dos órgãos genitais e passa a ser marcada por uma mudança na interpretação da diferença sexual (KEHL, 2008). Entende-se, portanto, que as diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem sobre o corpo da mulher e acentuam as desigualdades de gênero.

Porém, a abordagem sobre gênero não se inscreve numa questão de mulheres; inscreve-se nas relações de desigualdades de poder que coloca a mulher numa posição de desvantagens, que só podem existir numa posição relacional. “Os estudos de gênero estiveram tradicionalmente associados a pesquisas sobre “a mulher” como se essa categoria pudesse ser compreendida independentemente de sua relação com a de “homem”” (HITA, 1999, p.371). Não se pode tratar das questões desiguais entre os sexos, sem mencionar a maneira como a masculinidade e a feminilidade são construídas e interpretadas<sup>45</sup>. Mais ainda, tratar das relações desiguais

---

O termo falo é raramente mencionado nos escritos freudianos, comumente é utilizada expressão como fase fálica; primazia do falo; mãe fálica. Porém na literatura contemporânea psicanalítica, pode-se verificar a distinção dos termos pênis e falo. O primeiro com o significado da anatomia genital masculina e o segundo significando o seu valor simbólico (POSTER, 1979; RIEF, 1979).

<sup>45</sup> A autora analisa a obra literária de PEDRO, Joana M. e GROSSI, Miriam P. Masculino, Feminino, Plural. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis-SC, Editora das Mulheres, 1998. E observa que a obra destaca e remete a “uma preocupação de incorporar o tratamento do campo em estudo como uma relação e não mais um pólo, ora feminino, ora masculino, tão característico de abordagens de outrora, colocando-o, portanto, em uma perspectiva de ponta” (HITA, 1999, p.372).

entre homem e mulher é tratar de relações que afetam todas as estruturas sociais, principalmente a família.

As desigualdades de gênero, não se representam por questões específicas do feminino, tratam-se das relações entre os sujeitos humanos que constituem relações e famílias, portanto, homens e mulheres, bem como em suas classificações simbólicas historicamente constituídas (pai, mãe, filhos, irmãos tias, primos, avô e avó). As questões de gênero não dizem respeito apenas às análises da exclusão de um domínio sexual acerca as instâncias do poder. São questões que revelam os valores da sociedade e da família. Scott ressalta que:

“Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1988, p. 32).

A noção de gênero implica que as desigualdades entre os sexos são fundamentalmente relacionais. Implica tratar com categorias simbólicas homem e mulher acerca da maneira como foram atribuídos os significados de ser macho e fêmea. Através da capacidade de criar e manipular símbolos, os sujeitos estabelecem as condições para a interação social.

No entanto, o que a teoria freudiana indica ignorar é que tais relações são constituídas em pilares e padrões morais determinadas por uma visão de mundo constituída na sociedade civil moderna, através das relações fundamentadas em contratos (PATEMAN, 1993). Por outro lado, pode-se compreender que não consiste a teoria freudiana a gênese na desqualificação ou desvalor dos órgãos genitais da mulher ou das características femininas. A análise freudiana descreve como os padrões sociais da sociedade civil moderna e da família burguesa, determinaram as regras de convivência e os valores nas relações entre os sexos; descreve as relações de homens e mulheres na família, e como tais relações afetam os próprios sujeitos e o comportamento dos filhos.

Poster (1979), destaca que a teoria freudiana não elabora uma teoria autoconsciente sobre a família. No entanto, Freud (1893; 1905; 1913; 1924; 1930), aborda a família sob diversos

---

Porém, por circunstâncias pertinentes aos constructos de pesquisa, esse ensaio se limitou a mencionar a maneira como a masculinidade e feminilidade são construídas pelo viés psicanalítico. Contudo, compreende-se a relevância acerca de um aprofundamento nos estudos sobre masculinidade e feminilidade.

aspectos e modos discursivos: nos estudos sobre a histeria, sobre as formas constitucionais de organização social; em documentos técnicos sobre a psicanálise; nos estudos da metapsicologia, história, sociedade e cultura. “A família é o elo das experiências com que a psicanálise está em causa. Freud procura decompor o indivíduo no seu essencial (porém inconsciente) às relações familiares” (POSTER, 1979, p.120).

A falta/falha freudiana consiste em ignorar a existência das desigualdades de gênero e atribuir como naturais padrões morais que engendram tais desigualdades. Freud (1905; 1924; 1931; 1932), descreve as relações entre os pais e os filhos, entre homem e mulher, menino e menina, considerando as circunstâncias que constituem tais relações e como tais relações são influenciadas pelas determinações que medeiam às relações de poder, de apenas um dos sexos, o masculino. As condutas da mulher e do homem estão atreladas aos pressupostos pertencentes ao contrato sexual: o sexo deve estar totalmente vinculado à reprodução, ao “poder das mães”, sendo está o elemento essencial da casa e da família, mas, sobretudo tutelada pela autoridade do homem como chefe familiar. Assim, enaltece-se a autonomia e autoridade masculina sobre a família, que igualmente deve prover o sustento da casa e comandar as diretrizes da família, sob pena da perda da virilidade. Nesse sentido, o primado genital e o complexo de Édipo, corroboram a forma de constituição da masculinidade e da feminilidade pelos pressupostos da desigualdade e dos modos relacionais entre os sujeitos na família, como se fossem fenômenos naturais.

Por outro lado, a teoria freudiana mostra-se ambivalente ao tratar de tais questões. Na *Conferência XXXIII - Feminilidade*, último trabalho da teoria freudiana especificamente sobre a sexuação nas mulheres Freud (1932), ressaltou a dificuldade em se definir masculinidade e feminilidade, e, sobretudo em considerar que homens e mulheres sejam naturalmente estruturados como masculinos e femininos. Essa reflexão ambivalente revela que as concepções que constituem tais fatores, não podem ser compreendidas pelas características biológicas de cada ser. Ser masculino ou feminino não é algo que já nasça com o sujeito homem ou mulher. Cito Freud:

Aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge ao alcance da anatomia. Estaria quem sabe, nos domínios da psicologia? Estamos habituados a empregar ‘masculino’ e ‘feminino’ também como qualidades mentais, e da mesma forma temos transferido a noção de bissexualidade para a vida mental. Assim, dizemos que uma pessoa, seja homem ou mulher, se comporta de modo masculino numa situação e de modo feminino em outra (FREUD, 1932, p. 115).

Em um Freud ambivalente, a sexualidade é tida como algo não inato, mas resultante da maneira singular com que cada sujeito lhe confere sentido. Aqui o primado genital cede lugar

para uma possível interpretação consubstanciada nos domínios da psique humana. A análise freudiana destaca que a anatomia não determina a expressão da sexualidade. Porém incita a questão: quem pode responder a psicologia? Supostamente nem ela, já que ser masculino ou feminino também não são qualidades mentais ou atributos pertencentes personalidade dos sujeitos. O sexo feminino e o sexo masculino só existem em função do significado social que simbolicamente lhe são atribuídos. Ou seja, dependem das construções simbólicas que medeiam às relações em sociedade.

Assim, o Freud ambivalente ainda ressalta que não cabe à psicanálise dizer o que seja a mulher, mas sim investigar “como da disposição bissexual infantil, surge à mulher” (FREUD, 1932, p.118). Destarte a ambivalência freudiana sobre as mulheres capaz de sustentar, na argumentação, paradoxos como os revelados sobre a masculinidade e feminilidade, que contrariam todos os estereótipos sobre gênero. Ao mesmo tempo, volta a manter os estereótipos quando descreve em *Análise terminável e interminável* Freud (1937), que o único caminho para a “cura” feminina é aceitar que deve tornar-se mãe. Toda a teoria psicanalítica no que se refere às questões de gênero convergem numa ambivalência que sempre conserva a mulher como objeto, sujeitada, destituída de desejo. Como resultado a psicanálise parece ignorar que a relação entre homem e mulher e entre pais e os filhos geram uma resposta emocional carregada e estruturada nas ideologias que acentuam a dissimetria entre os sexos. Termina por apresentar uma interpretação enviesada sobre as relações de poder e conflitos de gênero na relação familiar. Gênero é o que determina os modos relacionais de convivência entre meninos e meninas, entre homens e mulheres e é culturalmente conceituado como algo que remete e fundamenta-se pelas relações de poder ao estabelecer condutas diferenciadas para o sexo. De acordo com Scott (1988), o masculino e o feminino adquirem significativa importância para se pensar a igualdade *versus* a diferença. No entanto, essas oposições são interdependentes e hierárquicas. A hierarquia é construída com a oposição de um termo dominante a outro subordinado ou secundário. É desse modo que as diferenças são tradicionalmente organizadas:

“[...] os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados), enquanto as mulheres eram consideradas exemplos do particular (corporificada, sexuada e socialmente diferenciada” (SCOTT, 1988, p. 173).

Assim, as diferenças, dentre elas as diferenças sexuais, não são desprezadas, mas utilizadas para organizar uma estrutura hierárquica. Dito de outro modo, não basta debater as diferenças entre homens e mulheres (diferenças externas), é preciso também debater as múltiplas diferenças entre os homens e entre as mulheres (diferenças internas). Se não se nasce mulher,

mas é construída como tal, conforme Beauvoir (1980), logo, esta construção é histórica e social e, sendo assim, existem múltiplas formas de construir o que é ser homem e o que é ser mulher. O fundamental não consiste na análise das diferenças entre os sexos, mas inclusive nas formas em que estas funcionam para reprimir as diferenças no interior de cada grupo de gênero (SCOTT, 1988).

Se a análise do complexo de Édipo for mais profunda, pode-se admitir claramente que a família nuclear moderna é a principal condição estrutural que fundamenta a análise psicanalítica. A internalização dos valores parentais requer uma determinada intensidade no relacionamento entre a criança, e os pais (POSTER, 1979). O segredo do Édipo parece está constituído na complexa família burguesa, assentados nos seguintes elementos: no controle da sexualidade; na combinação de controle e modelação; de uma conduta repressiva dos pais para os filhos e ao mesmo tempo, aliados a um intenso grau de interesse, amor e cuidado. E tais fatores se fazem presentes quando a família está distanciada de uma rede social mais ampla. A ambivalência contida na fase edipiana pressupõe que a criança se relacione emocionalmente com um limitado número de pessoas. As fantasias infantis ganham relevo nos cuidados empreendidos pela mãe aos filhos: na higiene corporal que desperta sensações prazerosas; no aprendizado rígido do controle dos esfíncteres; na regras morais de comportamento; com a vedada expressão emocional de relações na esfera pública ou no mundo dos negócios, criando maiores necessidades de satisfação emocional na família (POSTER, 1979). Os sentimentos ambivalentes frente à agressão, devido à repressão e ao mesmo tempo de intenso amor e cuidado, parecem perfeitamente justificados na situação específica da família burguesa.

Portanto, “as pessoas que cercam a criança, são alvo tanto das atrações eróticas quanto de sentimentos hostis. O complexo de Édipo, em sua forma direta e inversa, mostra esse conflito em jogo de identificações, eleições e rivalidades” (ESPINA BARRIO, 2008, p.80). Dessa maneira, pode-se admitir que o complexo de Édipo esteja presente nos modos relacionais que caracterizam a família burguesa. As características relacionais que regem a conduta dos sujeitos nesta família, parecem orientadas para gerar esse complexo emocional, ainda que o Édipo não possa ser reconhecido, nem pretendido pelos pais. Mas, a teoria freudiana parece deslocar as relações pertinentes à família burguesa, para os símbolos mitológicos, excluindo as contingências sociais, políticas, históricas e culturais que afetam tal estrutura familiar.

O Édipo privatiza o mito, a emoção apropria-se da fantasia e do inconsciente, concentrando a psique na relação parental. Cito Foucault:

[...] A tragédia de Édipo a que se pode ler em Sófocles – deixarei de lado o problema do fundo mítico a que ela se liga – é representativa e, de certa maneira instauradora de um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, de que nossa civilização ainda não se libertou. Parece-me que há realmente um complexo de Édipo na nossa civilização. Mas ele não diz respeito ao nosso inconsciente e ao nosso desejo, nem as relações entre desejo e inconsciente, mas de poder e saber (FOUCAULT, 2008, p.31).

Sob a coloração das lentes foucaultianas, a teoria do sujeito e do desejo na psicanálise está ainda atrelada à hipótese repressiva e a uma concepção política do poder. Nesse sentido a teoria freudiana teria uma noção do sujeito distinta de uma história de subjetivações, na qual subsistiria a concepção de um sujeito determinado por uma ordem simbólica universal a-histórica, no que se referem aos mitos universais fundadores do sujeito e da cultura. Isso significa que a interpretação freudiana das relações familiares parece ir à busca de uma explicação por via dos mitos para reiterar estruturas sociais, como se tal fosse características individuais dos sujeitos que estabelecem relações. A família é então percebida como um refúgio contra as ameaças da sociedade e também um parâmetro, em que a privacidade e a idéia de estabilidade pareciam estar unidas na ordem familiar. O complexo de Édipo freudiano explica formações psíquicas que são específicas de uma limitada estrutura de família, na medida em que a psicanálise não consegue conceituar o Édipo da perspectiva da teoria social acabando por torná-lo um conceito não crítico de um lado e de outro e ideológico. Sendo a família o lócus fundamental da sexualidade sob controle, os pais e os filhos são os seus principais objetos ou alvo. A teoria freudiana indica ignorar o impacto dos padrões sociais contidos na família, e as conseqüências que tais padrões trazem para a relação entre homem e mulher e entre pais e filhos. Acaba por descrever sabiamente o comportamento do menino e da menina frente às condutas adotadas pelos seus pais, e a expressão da sexualidade infantil diante de tais condutas. Mas o naturalismo biológico positivista o impede de ver que tais comportamentos têm como gênese padrões sociais da era burguesa e moralista e da família conjugal moderna com sua rígida divisão sexual das condutas entre os sexos. Nesse sentido, cabe à psicanálise interrogar-se em que medida a teoria da subjetivação e sexuação inconsciente determinada pela constelação representacional do falo e do complexo de Édipo pode ser considerada como um princípio universal ou se configuraria em uma teoria de uma forma de subjetivação produzida numa determinada cultura.

Nesse sentido, a psicanálise é convocada a romper com um esquema de cientificidade instaurada pelo naturalismo. Seu objeto assim a impõe, já que o homem e a mulher não são elementos constituídos por fenômenos naturais, mas habitantes da cultura. A crítica foucaultiana aos modelos e objetos de estudo da psicologia, possibilita a compreensão da

ciência constituída pelas relações de poder, destituindo o mito da ciência que promove o progresso pela vertente da imparcialidade.

Entretanto, muito embora Foucault (1983; 1984), evidencie os efeitos normatizantes dos modos de controle na produção da subjetividade humana através da análise das questões do poder e do saber e dos métodos naturalistas empregados pela ciência psicológica, as desigualdades de gênero nas relações entre os sexos, não são consideradas em suas análises. O crivo foucaultiano não ressalta as relações regimentadas pelo viés de uma superioridade masculina, que se faz atuante através da linguagem, dos discursos (“homem” como significante universal), das concepções de razão e das práticas sociais de ação.

Porém, a linguagem, está sempre vinculada à marca do gênero (SCOTT, 1988). Embora Foucault (1983; 1984; 1995; 2002), aponte os modos pelos quais os discursos científicos, ignoram os discursos “marginalizados”, e argumente que tais discursos são locais de resistência, o enfoque crítico foucaultiano sobre a “sociedade de controle” coloca à margem de sua genealogia os discursos das mulheres e suas práticas de resistência (DIAMOND & QUINBY, 1998).

A falha foucaultiana consiste em identificar a “análise do poder” como especificamente masculina e intrinsecamente ligada à extensa ideologia patriarcal da cultura Grega<sup>46</sup>.

Lauretis (1987), ressalta a inobservância da análise foucaultiana acerca das questões de gênero: “Negar gênero, em primeiro lugar, é negar as relações sociais de gênero que constituem e validam a opressão sexual das mulheres; em segundo, negar gênero é manter uma ideologia que serve aos interesses do sujeito masculino” (LAURETIS, 1987, p. 15). Pode-se supor que embora a crítica foucaultiana destaque a sexualidade como o produto das relações de poder-saber, as análises são sustentadas em princípios regidos pela hegemonia heterossexual e masculina. Há uma ambigüidade acerca do caráter preciso das práticas reguladoras que produzem a categoria do sexo. Foucault (1984), crítica a sociedade moderna por seus padrões repressivos acerca da sexualidade e das condutas dos sujeitos, entendendo que estas são sempre constituídas no interior dos modos de subjetivação e, portanto, das relações do saber como poder. Porém, não ressalta que tais relações são sustentadas pelas convenções culturais heterossexuais e masculinas. As relações de poder e as produções da “verdade” e do “sujeito” estão absolutamente entrelaçadas com as questões de gênero:

---

<sup>46</sup> Em a *Historia da sexualidade – O uso dos prazeres*, Foucault (1984), analisa as relações entre homem e mulher pelas diferenças de sexo, corroborando a superioridade masculina sobre a casa e a família “É porque, numa constituição livre, os cidadãos comandam e são comandados alternadamente, enquanto que na casa é o homem que deve guardar a superioridade permanentemente. Desigualdades de seres livres, mas desigualdades definitiva baseada sobre uma diferença da natureza” (FOUCAULT, 1984, p.159).

“Foucault revela uma indiferença problemática em relação à diferença sexual” (BUTLER, 2008, p.11). Nesse sentido, por que reagindo criticamente ao naturalismo da psicologia (e aqui destacado da psicanálise), enfatizando a necessidade de enfrentamento de um método que respeite os desafios em torno da história – pessoal/coletiva, e reconhecendo a histerização do corpo da mulher, o disciplinamento corporal, o crivo foucaultiano, ignora a categoria gênero? A genealogia foucaultiana indica reconhecer o controle das mulheres, através do reconhecimento do corpo desta, como locus de projeção do poder e concebia processos de luta como libertação. Entretanto, era contrário às políticas identitárias dos movimentos libertários, propondo que “as relações que devemos manter conosco mesmos não devem ser relações de identidade, mas sim relações de diferenciação, de criação e de inovação” (FOUCAULT, 1999, p. 421). Tal concepção também é corroborada por Scott (1988) e Butler (2008), no que refere às políticas identitárias que toma as “mulheres” como tal. As autoras ressaltam que a unidade da categoria “mulheres” fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar. “O sujeito feminista se revela discursivamente constituído e, pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação” (BUTLER, 2008, p.18). Há um entendimento que o gênero deve ser dissociado do sexo, principalmente como categoria natural binária e hierárquica. Tal desconstrução coloca em debate a política de identidade e a categoria das mulheres, estruturas basilares da fundamentação do feminismo, pretendendo revelar a instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Isso significa uma convergência com a análise foucaultiana acerca da noção de sujeito como não universal. A crítica das relações entre os sexos permeadas por desigualdades de poder, também propõe a desconstrução de princípios acerca de um sujeito autônomo e universal, porém suplanta os constructos foucaultianos ao questionar a aceitação deste sujeito como autoridade centrada no poder masculino.

Se as políticas identitárias revelam um aprisionamento aos mesmos pressupostos que visam questionar, ou seja, representar-se através de discursos e práticas a partir da afirmação de um sujeito “mulher universal”, então deve-se abandonar tais estratégias de contestação, sob o risco de aferra-se aos entraves que colocariam em xeque sua legitimidade. Já que os debates se pautariam numa dicotomia entre a importância e o valor em ser homem ou ser mulher. Nesse sentido, entende-se que as políticas de contestação que visam desconstruir as desigualdades de gênero não deveriam ter como sustentação políticas de identidade para que se façam representar. Deve-se colocar sob relevo realidades discriminatórias num exercício crítico das estruturas sociais contemporâneas que engendram, naturalizam e imobilizam categorias de identidade ao contrapor tais realidades pela dicotomia natureza versus cultura.

No entanto, se, o olhar foucaultiano objetiva revelar que se faz necessário promover novos processos de subjetivação, mediante a negação do ideal de indivíduo que tem sido proposto desde da consolidação da modernidade, possibilitando uma outra maneira de significar a constituição da pessoa humana, enquanto sujeitos conscientes da regência de suas próprias condutas (FOUCAULT, 1984). A inclusão das questões da dissimetria de gênero à genealogia foucaultiana tornar-se-ia de fundamental importância e extremamente fecunda. Supõe-se que tal exercício demonstraria como o ideal de indivíduo está extremamente vinculado e entrelaçado ao contrato sexual, que pretende naturalizar a superioridade masculina através de pressupostos de oposições discriminatórias nas relações entre os sexos.

Quando Foucault (1983; 1984), ao invés de propor uma moralidade unitária, propõe uma ética filosófica que consiste em transformações possíveis no modo como os sujeitos se reconhecem, deve-se considerar que as relações com a autoridade, as relações entre homens e mulheres e as formas relacionais na família, impõe que esta nova ética deva imprimir transformações necessárias às relações entre os sexos reconhecendo suas diferenças, mas, sobretudo respeitando-as.

Compreende-se que as famílias contemporâneas ainda carregam os entraves gerados pela dissimetria de poder, que não raro, suscitam efeitos emocionais que debilitam as relações sociais entre os sexos, possibilitando situações de tensões e conflitos. Isso significa que as modificações das condições de existência das mulheres nas últimas décadas, em particular o considerável desenvolvimento de uma contracepção escolhida e controlada; a elevação significativa da instrução educacional e a progressiva generalização do trabalho assalariado aumentaram fortemente sua autonomia social em relação aos homens, mas o estilo das relações entre os sexos, tal como se exprime, por exemplo, no intercâmbio sexual, e o valor atribuído ao trabalho realizado pela mulher, indica não ter sofrido uma mudança significativa no que se refere às características fundamentais pertinentes ao contrato sexual.

Bozon (2003), evidencia que a interpretação da assimetria de gênero e das mudanças nas relações sexuais não pode ser feita sem um exame prévio da maneira pela qual as representações sociais dominantes vêm dando conta de fatos e mudanças na contemporaneidade. Discursos, contraditórios, coexistem no que diz respeito às relações entre homem e mulher, especificamente na família: a sexualidade contemporânea é denunciada porque indica atender a tirania do prazer e do desejo: “Já não se respeita mais a família em si, mas só enquanto instrumento de realização pessoal das pessoas. Aquilo que antes era uma

instituição obrigatória metamorfoseou-se agora em instituição de gênero emotivo e elástico” (LIPOVETSKY, 2005, p.139). Tal discurso parece basear-se nas relações entre os sexos para ressaltar a perda contemporânea de valores essenciais para a formação da família, possivelmente se fundamenta numa defesa da moral sexual e dos valores tradicionais em que parece haver o predomínio dos mesmos pressupostos que promoveram o contrato sexual, como se o sexo biológico determinasse a consciência em si mesmo ou o desenvolvimento posterior em relação aos comportamentos dos sujeitos; dos interesses, estilo de vida, condutas e características da personalidade.

De acordo com Strey (2009), do ponto de vista afetivo, emocional ou intelectual, tais fatores seriam determinados pelo processo de socialização e outros aspectos da vida em sociedade decorrentes da cultura, “que abrange homens e mulheres desde o nascimento e ao longo da vida, em estreita conexão com as diferenças sexuais, mas de maneira semelhante a todos os aspectos de diferenciação física, tais diferenças são experienciadas simbolicamente como gênero” (STREY, 2009, p.180). A construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades ou em épocas diferentes. As desigualdades de gênero precisam ser compreendidas como decorrentes do modo relacional como são constituídas as relações entre homens e mulheres e as famílias. Compreende-se, portanto, que a família como locus de controle e vetor de reprodução de práticas discriminatórias e excludentes, é fonte de desigualdade de poder entre os sexos, e as desigualdades de poder na família geram conflitos e tensões.

Para que a família possa representar de forma positiva um lugar de construções afetivas, de vínculos e recursos, para a aprendizagem dos sujeitos consigo mesmos e para os desafios das relações interpessoais que constituem (Donatti, 2008; Ferry, 2008), deveriam ser constantemente questionados os pressupostos que engendraram e reafirmam as relações desiguais de gênero. Através de relações mais equânimes, homens e mulheres podem atenuar as tensões e conflitos pertencentes ao constructo família, tornando-a um genuíno locus de cuidado. Compreender que as ações de homens e mulheres e de parentesco (pais e mães, filhos e filhas, irmãos, irmãs, tio, tias, primos, avós, avos) estão vinculadas ao entrelace dos contratos social e sexual (Pateman, 1993; 2008), e dos dispositivos sociais que regulam as suas condutas e que também são por eles regulados (Foucault, 1983; 1984), consiste em possibilitar re-significações das condutas humanas, bem como fazer com que os constructos científicos incorporados na linguagem das ciências e aqui destacada da ciência psicológica, e/ou da psicanálise possam melhor dimensionar as determinações dos conflitos familiares e dos entraves pertinentes a qualquer gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero como variante do micropoder familiar interpela o entendimento da maneira como os sujeitos humanos dão sentido aos fenômenos que os cercam. As concepções sobre as origens da família que classificam formas de ser do macho e da fêmea, pela ancoragem de hierarquias valorativas, revelam uma visão de mundo que constroem os sujeitos inscritos na ordem do simbólico. Resultam dessas classificações sujeitos marcados em estruturas promotoras de desigualdades: tida como signo comunicável para os propósitos dos homens, as mulheres, constituintes da realidade familiar, são tomadas como objeto. E a família, reconhecida como condição fundamental na constituição do sujeito humano, é constituída sob os pilares de desigualdades.

Tais desigualdades estão fundamentadas numa ficção política que medeia às relações na sociedade e na família através da noção de contratos, como se todos os sujeitos realizassem acordos em comum perante as regras de convivência. Mas a noção de contratos, de liberdade, notadamente a que evoca a noção de indivíduo, só se torna possível pelo entrelace do contrato social com o contrato sexual, que consolida a desigualdade entre os sexos. Dessa maneira, o contrato social e o contrato sexual constituem-se em um só elemento, e só podem existir pelo entrelace das suas prescrições (PATEMAN, 1993). Nesse sentido, a família torna-se um locus de controle, “um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder” (THERBORN, 2006, p.11). A noção de indivíduo que carrega o sentido de liberdade só se faz possível pela negação da liberdade da mulher, na medida em que a sua conduta está sob o jugo da autoridade do homem.

A partir da modernidade, cria-se um conjunto de discursos sobre o sexo, codificados em termos do caráter do desejo sexual, definido pelas noções de masculinidade e feminilidade. Por tal perspectiva, a sociedade moderna indica ser tributária do entrelace entre o contrato sexual e o contrato social, favorecendo a criação de um ideal de masculinidade e feminilidade que indica sobreviver aos tempos contemporâneos. Esse experimento do poder possibilitou uma concepção de família em que homens e mulheres vivenciam as figuras representativas de mãe: cuidadora dos filhos e da família; e de pai: autoridade superior da família. A imagem da esposa mãe acentuou o modelo entre os dois sexos, das atividades e dos sentimentos: o feminino como mais sensível e frágil e o masculino como racional e forte (BADINTER, 1985).

Compreende-se que a aderência de homens e mulheres às características familiares sob a ordem da dissimetria e desigualdades visou atender a uma visão de mundo sustentada por prescrições e normatizações de controle, mas também às aspirações e necessidades psicológicas de tais sujeitos (SENNETT, 1988). Nessa concepção, o surgimento de uma acentuada hierarquia de poder nas relações entre o homem e a mulher na família moderna, não foi observada como possível fonte de conflitos e tensões. O modelo familiar dissimétrico, durante séculos foi aceito de maneira plena e adequada para sustentar o discurso da necessidade do cuidado familiar. Criou-se uma nova forma de amor maternal que foi considerada natural. As situações de opressão, exploração e violência na família foram ignoradas (SAFFIOTI, 2004).

Porém atos e movimentos foram determinantes no processo de contestação de tais situações. A visão do feminismo pela política de gênero, vinculada às questões de classe, e raça, possibilitou uma maior compreensão dos modelos sociais de desigualdades exploração e discriminação. O feminismo abordado sobre a perspectiva do corpo evidenciou que é no interior do domínio ideológico que as mulheres são concebidas como passivas e femininas, e os homens como ativos e masculinos. Interpelam-se significativos avanços que se concentram na análise das diferenças e da alteridade. Com isso, questionam-se os estudos sobre mulheres e sobre os sexos, centrando-se nas relações de gênero, ou seja, nos aspectos que se opõem aos homens e as mulheres, e que justificam e hierarquizam essa oposição pelo viés do naturalismo. Nesse sentido, o uso da categoria gênero possibilitou re-significações sobre as diferenças entre masculino e feminino, rejeitando o determinismo biológico que classifica o sentido de ser macho e ser fêmea.

No entanto, o feminismo como movimento de contestação sobre processos de exploração e discriminação sob a condição das mulheres, ainda se faz objeto de contradições: as políticas identitárias são fontes de embates e negações, revelando a necessidade de re-estruturação das políticas que objetivam desconstruir as práticas e discursos de subordinação, exploração e discriminação nas relações entre os sexos.

Entende-se que não se pode centralizar a discussão das desigualdades de gênero sob o enfoque da mulher numa posição de vitimização. Mulheres e homens são co-autores das suas histórias. E os conflitos de gênero nas relações entre os sexos devem ser reconhecidos muito menos como de ordem da “identidade da mulher” ou da “identidade do homem”, mas, sobretudo de ordem familiar. Questões de gênero são indissociáveis da noção de família, de constituição familiar ou das formas relacionais de convivência familiar entre homem e mulher, pais, filhos e filhas. Pode-se supor que de maneira assertiva, as políticas deveriam

muito menos centrar-se em posições identitárias, mas, sobretudo, em políticas que abordem às relações entre os sujeitos, principalmente às relações familiares

A mulher numa posição de desigualdade, passível de sofrer discriminação, violência e exploração, revela a estrutura desigual e conflituosa em que possivelmente estão sustentadas as ordenações familiares a que pertence. As diferenças entre homens e mulheres não podem ser utilizadas como vetor para a prescrição de condutas que constroem e penalizam qualquer gênero. Em concordância com Santos (2004) “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a serem iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 2004.p.86).

Ressalta-se que mudanças que neutralizem estereótipos sexistas, ainda se fazem urgentes. Na contemporaneidade o corpo da mulher ainda é considerado como o símbolo para o estatuto social que lhe foi apresentado, comparando-se com oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade (GROSZ, 1994). O cuidado dos filhos pela mulher ainda é o padrão dominante (BADINTER, 1985; 1986; NEGREIROS E FÉRES-CARNEIRO, 2004; POSTER, 1979). O casamento ainda é pensado como um ideal em que os casais são livres e fazem suas escolhas sob seu completo domínio. De maneira que, as famílias contemporâneas ainda carregam os entraves intensificados na sociedade civil moderna e na família burguesa no que tange a dissimetria de poder nas relações entre os gêneros.

Os efeitos das relações desiguais produzem uma dinâmica de sujeições, em cobranças sociais que penalizam emocionalmente homens e mulheres ao enquadrarem-se em estereótipos de gênero ou para rompê-los. As relações desiguais de poder desagrega “a família” ao constituir padrões hierárquicos de condutas e legitimar relações de dominação e exploração como naturalmente pertencentes aos processos de convivência.

Entende-se que a família como locus de controle suscita conflitos e tensões entre os sujeitos que movidos pelos afetos e desejos perdem-se na trama das desigualdades possibilitando situações de violência.

Na sociedade contemporânea os sujeitos sentem interesse por outros a partir de parâmetros de masculinidade e feminilidade vinculados aos padrões de condutas estabelecidos pelo entrelace entre o contrato social e contrato sexual que orienta os indivíduos acerca das suas condutas sociais e sexuais pelo viés dos estereótipos de gênero. Nesse sentido, as relações entre homens e mulheres são pautadas em uma hierarquização em que tais sujeitos agem de acordo com as representações oriundas de tal dissimetria. As representações constituem-se em valores interiorizados pela noção de masculinidade e feminilidade, sem uma consciência permanente

dessas representações. Porém, todas essas dimensões interiorizadas pelos indivíduos desempenham um papel relevante na maneira que cada um vive ou exerce sua individualidade bem como na sua biografia sexual, orientada pelos roteiros sexuais.

A teoria psicanalítica que tem como objeto de estudo o psiquismo humano, termina por negar o poder simbólico que contém e legitima a rígida categorização de homens e mulheres em estereótipos de gênero (STREY, 2009). Favorecendo dessa forma, a manutenção do padrão masculino como referência de universalidade: o complexo de Édipo da teoria freudiana reforça a visão de mundo que engendra tais desigualdades e pode ser interpretado como resultante de relações dissimétricas de poder pertinente a estruturas familiares centradas na dissimetria entre os sexos. A ambivalência emocional dos filhos frente às condutas dos pais, em destaque a desqualificação da mulher por não ter o falo – representante simbólico do poder masculino revela as prescrições e proibições de uma ordenação familiar constituída em pilares de desigualdades.

Numa perspectiva contrária a psicologia social-histórica, objetiva estabelecer elos conceituais com as ciências sociais, pensando os sujeitos humanos como constituídos por sua história e pelos fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais. Mas tal objetivo só se faz possível através de um comprometimento interdisciplinar de produção do saber e do conhecimento, incluindo as questões de gênero e favorecendo a superação dos pressupostos universalistas da ciência psicológica.

Através desse estudo pode-se compreender que as relações familiares possuem realidades tão complexas quanto às relacionadas aos gêneros em suas desigualdades. Faz-se necessário um maior aprofundamento com enfoque relacional entre os sexos, abarcando os estudos sobre as estruturas familiares dissimétricas e as condutas dos “homens”, bem como desenvolver estudos que possibilitem um maior aprofundamento acerca do constructo ‘famílias’ com enfoque acentuado sobre as diferentes configurações que se fazem presentes na contemporaneidade, suplantando as discussões sobre gênero, mas, sobretudo, buscando uma compreensão acerca das implicações do entrelace entre o contrato sexual e o contrato social nas relações familiares.

Compreende-se que, ainda, se faz necessário uma abordagem crítica do conhecimento e produção de ciência no sentido de melhor compreender as relações que os sujeitos humanos constroem entre si, como aqueles desenhados como fenômenos sociais e familiares. As relações entre os sujeitos, tal como os modelos familiares com características relacionais de hierarquização entre os sexos devem ser elementos preceptores da re-elaboração de saberes. A ciência psicológica, em destaque a teoria psicanalítica imprime-se o desafio de considerar os

saberes constituídos sob diversas relações de poder, desconstruindo os efeitos de verdade que aprisionam os sujeitos em estereótipos relacionais marcados por desigualdades.

Os constructos teóricos que referem sobre o psiquismo humano devem considerar os elementos históricos, sociais, políticos e culturais que o constitui. Os conflitos relacionais entre homens e mulheres são advindos da complexidade dos comportamentos humanos analisados sob as ordenações de ações e condutas coletivas e individuais conjuntamente, vinculadas aos fatores psicológicos, históricos, políticos e sociais em que estão inseridos. Isso significa que a ciência psicológica ao constituir as noções e teorizações, sobre a concepção dos sujeitos humanos deve evidenciar a sua produção histórica e social.

## REFERÊNCIAS

### I – LIVROS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª edição, Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_ **Um é o Outro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 10ª impressão Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

BOCK, A. M. B. **A Perspectiva Histórica da Subjetividade: uma exigência para a Psicologia atual. Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia**. São Paulo: Editora Cortez/EDUC, 1999.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Capítulo I, pp.13-67.

BRUSCHINI, Maria Cristina. **Teoria crítica da família, In: Infância e violência doméstica, fronteiras do conhecimento**, 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1993, pp.49-79.

BUTLER, Judith: **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. Volume 2.

CASTRO, M.G. & LAVINAS, L. **Do Feminismo ao Gênero: a construção de um objeto**. In Costa A. E Bruschini C. Uma questão de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. Capítulo I, pp.9-63.

\_\_\_\_\_ **Sem Fraude Nem Favor: estudo sobre o amor romântico**, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

DIAMOND, I. & QUINBY L. **Feminism & Foucault: reflections on resistance**. Boston: Northeastern University Press, 1998.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**, São Paulo: Editora Paulinas, 2008. (Coleção Família na Sociedade Contemporânea).

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1994.

ESPINA BARRIO, Ángel B. **Freud e Lévi-Strauss; Influências, contribuições e insuficiências das antropologias dinâmicas e estruturais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (coordenadora). **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.

FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês. Política e vida privada na era da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

FIGUEIREDO Claudio. **A Invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**. São Paulo: Editora Escuta 1992.

\_\_\_\_\_. **Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos**. São Paulo: Editora Escuta. 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11 edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **O Sujeito e o Poder**, In: H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão** 16ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estética, Ética e Hermenêutica** (Obras Essenciais Vol. 3) (A. Gabilondo, Trad.). Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_ **A Verdade e as Formas Jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008.

FREUD S. (1893) **Estudos Sobre a Histeria.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Volume II, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1895) **Projeto para uma Psicologia Científica.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Volume I, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996, pp. 335-413.

\_\_\_\_\_ (1905) **Os Três Ensaios da Sexualidade** (1905). Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Volume VII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1908) **Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume IX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1913) **Totem e Tabu.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Volume XIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1923) **A Organização Genital Infantil: uma interpolação na teoria da Sexualidade,** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XIX, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1924) **A Dissolução do Complexo de Édipo.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XIX, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1930) **O Mal-Estar na Civilização.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1931) **Sexualidade Feminina.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XXI, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1933[1932]. **Novas Conferências introdutórias sobre Psicanálise. Conferência XXXIII: feminilidade.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XXII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_ (1937) **Análise Terminável e Interminável.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XXIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

GAY, Peter. **Guerras do Prazer: a experiencia burguesa da rainha Vitoria a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GIDDENS, A. **Sociologia**, 6ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_ **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies**. Toward a corporeal feminism. Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1994. Capítulo I, pp.3-24.

JABLONSKI, B. **O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades**. Em Féres-Carneiro, T.F. (Org.). Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

KAHHALE Edna M.P. (org) **A diversidade da Psicologia: uma construção teórica**, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago Editora, 2008.

LAQUER, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LANE S.T.M. **O que é Psicologia Social**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_ **Novas Veredas da Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

LAPLANCHE & PONTALIS, **Vocabulário de Psicanálise**, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAURETIS De, T. **Technologies of Gender**. New York: Bloomington, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. "A Família", in: SHAPIRO, Harry: **Homem, cultura e sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 1980 (a), p.353-380.

---

**As Estruturas Elementares do Parentesco.** Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Sociedade Pós-Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**, 1ª edição Brasileira. São Paulo: Editora Manole, 2005.

MACHADO Lia Z. “Introdução”. In COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C.(orgs.).**Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.p.9-14.

MAUSS, M.[1923-24]. **Ensaio Sobre a Dádiva.** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In Sociologia e Antropologia, Volume II. São Paulo: Edusp, 1974.

MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

MEAD Margaret. **Sexo e Temperamento**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

MILL, John Stuart. (1869) **A Sujeição das Mulheres.** São Paulo: Editora Escala, 2006.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, C & MILLS, C. **Contract & Domination**, Malden, USA: Cambridge, 2008.

PIERUCCI F. **Ciladas da Diferença**, São Paulo: Editora 34, 2000.

POSTER M. **Teoria Crítica da Família**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1979.

RIEFF, Philip. **FREUD: Pensamento e Humanismo.** Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

ROUDINESCO E. **A Família em Desordem**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

ROUSSEAU, J. Jacques. **Do contrato Social.**(1757).São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Mulher na Sociedade de Classes: mitos e realidade.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1979.

SANTOS, B.S. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado,** São Paulo: Cortez, 2004.

SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 4ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SAWAIA, B. **Novas Veredas da Psicologia Social.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Família e Afetividade: a configuração de uma práxis ético-política perigos e oportunidades,** In: ACOSTA & VITALE (Organizadoras). *Família – Redes, Laços e Políticas Públicas*, 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2008, pp.39-60.

SCHULTZ & SCHULTZ. **História da Psicologia Moderna.** 14ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

SCOTT, Joan Wallace. **Gender: A Useful Historical Category. Gender and the politics of history,** Nova Iorque: Columbia Universty Press, 1988, Capítulo I, pp. 15-50.

SENNET, Ricardo. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade,** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINGLY, François. **Sociologia da Família Contemporânea.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2007.

STREY M. N. (Org.) **Psicologia social contemporânea.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SIQUEIRA, M. J. T. **As Psicologias e a Categoria Gênero: anotações para Discussão.** In A. V. Zanella, M. J. T. Siqueira, L. A. Lulhier, & S. I. Molon (Eds.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 271-279). Porto Alegre: ABRAPSO, 1997.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais. Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernas.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

## II – Teses e Dissertações

MORAES M.L.Q. de. **Vinte anos de Feminismo**, 1996, 103 f. Tese (Livre-docência em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

NARVAZ, M.G. **Submissão e Resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**, 2005, 195f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## III – Revistas

ARAÚJO, M. F. **Violência e Abuso Sexual na Família**. Revista Psicologia e Estudo, Maringá, v.7, n.2-Jul/Dez, pp.3-11, 2002.

ARDAILTON D. & CALDEIRA. **Mulher: indivíduo ou família**. Revista Novos Estudos CEBRAP. Volume 2, nº4, Abril, 1984, pp.2-10.

BLAY, Eva Alterman. **Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas**. Revista Estudos Avançados, n.17 (49), 2003.

BOZON, Michel. **Sexualidade e Conjugalidade. A redefinição das relações de gênero na França contemporânea**. Cadernos Pagu, (20) 2003: pp.131-156.

DINIZ & FOLTRAN. **Gênero e Feminismo no Brasil uma Análise da Revista Estudos Feministas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E): 264, Set-Dez, 2004.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento Contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade & Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade**. Estudos de Psicologia, 8(3), 2003, pp.367-374

HITA, Maria G. **Masculino, Feminino, Plural**. Cadernos Pagu (13) 1999: pp.371-383.

**NARVAZ, M. G & KOLLER S.H. A Marginalização dos Estudos Feministas e de Gênero na Psicologia Acadêmica Contemporânea.** Revista PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n.3, Set/Dez, pp.216-223.

**PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** Revista História, São Paulo, v. 24, N1, pp.77-98, 2005.

**ROSO, A, & PARKER, R.. Psicologia e a Construção Social da Sexualidade: uma revisão dos conceitos de poder nos escritos de Foucault, Weeks e Rubin.** Revista Psicologia, 33 (2), 327-342(2002).

**RUBIN, Gayle: "El Tráfico de Mujeres: notas sobre la "economia política" del sexo",** Nueva Antropología, Vol. VIII, n. 30, México, 1986.

**SAFFIOTI, H. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero, Revista Cadernos Pagu, número 16, 2001 pp. 115-136.**

**SARTI, C. "Deixaras Pai e Mãe: notas sobre Lévi-Strauss e a família".** Revista Antropológica, Ano 9, Volume, nº 16 (1), 2005, pp.31-52

**WAGNER, A. Compartilhar tarefas: papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea.** Em Psicologia Teoria e Pesquisa. Volume 21(2). 2005, pp.181-186.

**VARIKAS, H. História das Mulheres e Relações de Gênero.** Cadernos Pagu, n.16, volume 2, 1994.

#### IV- Documentos Eletrônicos

CASTRO, Mary G. **“Marxismo, Feminismos e Feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais”**. Crítica Marxista, n. 11, 2000, pp. 98-108. (Dossiê Marxismo e feminismo). Disponível em <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 24 de Julho de 2008.

\_\_\_\_\_ **Gênero e Poder**. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes\* Gênero Recebido para publicação em outubro de 2001. Seção de Gênero e Estudos Feministas – Associação de Estudos Latino Americanos (LASA), em 5 de setembro de 2001, Washington D.C., EE.UU. Disponível em <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)> . Acesso em: 24 de Julho de 2008.

COVA Anne. **O que é o Feminismo?** Uma abordagem histórica Movimento Feminista em Portugal Seminário organizado pela UMAR 5 e 6 de Dezembro de 1998. Disponível em <<http://www.umar.no.sapo.pt/investigação/comunicação;Umar.feminismos.com>>. Acesso em 26 Agosto de 2009.

HARAWAY, Donna. **"Gender" For a Marxist Dictionary: the sexual politics of a word**. Cadernos Pagu. Campinas, nº.22, ano 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 20 Março de 2008.

KAMERS, Michele. **As Novas Configurações da Família e o Estatuto Simbólico das Funções Parentais**. Estilos clin. [online]. Dez. 2006, vol.11, nº 21 [citado 29 Agosto 2007], p.108-125. Disponível em <<http://www.Bvs-psi.Org.br/scielo.br>>. Acesso em 20 de Julho 2008.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em Confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo. 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência: Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasília, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em 21 Julho 2008.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro y FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Masculino e Feminino na Família Contemporânea**. Estudo Pesquisa Psicologia. [online]. Junho 2004, vol.4, no.1 [citado 17 Maio 2008], disponível em <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>>. Acesso em Agosto 2008.

RAGO, Margareth. **Adeus ao Feminismo**. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996. Violência contra a mulher: as desventuras do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade. Presença Mulher [periódico na Internet]. 2001 Jul/Set. Disponível em: <<http://www.mulheres.prg.br>>. Acesso em Setembro 2008.